

Antônio Dimas Cardoso
e
Laurindo Mekie Pereira

Intelectuais e a
modernização no Brasil:
os caminhos da
Revolução de 1930



Antônio Dimas Cardoso e Laurindo Mekie Pereira (orgs.)

INTELECTUAIS E A
MODERNIZAÇÃO NO BRASIL
os caminhos da Revolução de 1930



Montes Claros
2020

REITOR

Prof. Antonio Alvimar Souza

**CONSELHO
EDITORIAL**

VICE-REITORA

Profª. Ilva Ruas de Abreu

EDITORA UNIMONTES

EDITOR GERAL

Prof. Antônio Dimas Cardoso

Profª. Adélica Aparecida Xavier;
Prof. Alfredo Maurício Batista de Paula;
Prof. Carlos Renato Theóphilo;
Prof. Casimiro Marques Balsa;
Prof. Elton Dias Xavier;
Prof. Marcos Esdras Leite;
Prof. Marcos Flávio Silva Vasconcelos Dângelo;
Profª. Regina de Cássia Ferreira Ribeiro.

DIAGRAMAÇÃO

Bernardino Mota

CAPA

Chorró Morais

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

I61

Intelectuais e a modernização no Brasil : os caminhos da
Revolução de 1930 [recurso eletrônico] / Antônio Dimas
Cardoso e Laurindo Mekie Pereira (organizadores). –
Montes Claros : Editora Unimontes, 2020.
270 p.:il.; 21 cm. E-book PDF.

Modo de acesso: world wide web
<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-09-3

1. Revolução de 1930. 2. Estado Novo. 3. Intelectuais. 4.
Modernização. 5. Política. 6. Desenvolvimento. I. Cardoso,
Antônio Dimas. II. Pereira, Laurindo Mekie. III. Título.

CDU : 981.081

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126

www.unimontes.br

editora@unimontes.br

Filiada à



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

Agradecimentos

A organização e publicação de uma coletânea envolvem muitas pessoas e instituições. Registramos aqui nossos agradecimentos aos autores de capítulos que compartilham conosco suas pesquisas e reflexões.

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG, financiadora do Projeto “Pensamento e ação: os intelectuais mineiros e os projetos para o Brasil” ((APQ-00340-18). Esta publicação é um resultado parcial desta pesquisa.

Agradecimentos ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas/FGV, pela cessão das fotos para uso neste livro.

Sumário

Agradecimentos	3
Introdução	9
Antônio Dimas Cardoso Laurindo Mekie Pereira	
CAPÍTULO 1: José Américo, a Revolução de 1930 e a Reestruturação Oligárquica na Paraíba	30
Monique Cittadino	
CAPÍTULO 2: Anthenor Navarro: o intelectual e o revolucionário de 1930 na Paraíba	60
Martinho Guedes dos Santos Neto	
CAPÍTULO 3: Na linha de frente do movimento de 1930: Virgílio de Melo Franco	98
Antônio Dimas Cardoso Laurindo Mekie Pereira	
CAPÍTULO 4: Nas malhas da Revolução: Otávio Mangabeira e a oposição ao movimento de 1930	125
Eliana Evangelista Batista Paulo Santos Silva	

CAPÍTULO 5: Francisco Campos: fragmento biográfico (1930-1937)	164
Luciano Aronne de Abreu Luís Rosenfield	
CAPÍTULO 6: A Revolução de 1930: Política e Educação	186
Wagner da Silva Teixeira	
CAPÍTULO 7: O governo representativo após a Revolução de 1930: o que há de novo?	209
Paolo Ricci Jaqueline Porto Zulini	
CAPÍTULO 8: A recepção em Portugal da Revolução de 1930 no Brasil	242
Ernesto Castro Leal	
Sobre os autores	268



Getúlio Vargas com seu estado-maior, no Paraná, durante a Revolução de 1930.
Data de produção: entre 17 e 24 out 1930 (Arquivo: CPDOC/FGV).

Introdução ¹

Antônio Dimas Cardoso
Laurindo Mekie Pereira

Passados seis meses da posse de Getúlio Vargas na presidência, Virgílio de Melo Franco publicou relato acerca do movimento de 1930, a que ele denomina uma “revolução inevitável”. “Para onde vamos?”, pergunta o autor no último capítulo de seu livro. Para ele, o Brasil passara por uma das “maiores transformações” da sua história. No entanto, “Do alcance dessa transformação e da sua extensão ninguém poderá, por enquanto, dizer nada” (FRANCO, 1980, p. 265).

É instrutivo que um dos homens que participaram do centro nervoso do movimento de 1930 termine sua versão acerca desse processo de forma tão prudente. Virgílio conhecia como poucos a heterogeneidade da frente política que disputou e perdeu para Júlio Prestes e as marchas e contramarchas políticas e militares que desaguarão na deposição de Washington Luís e no encerramento da Primeira República.

Se em abril-maio de 1931 parecia ao autor que ninguém ainda poderia dizer sobre o alcance de 1930, à medida que os anos correram, produziram-se e está em produção uma

1 Este livro é resultado parcial da pesquisa “Pensamento e ação: os intelectuais mineiros e os projetos para o Brasil”, financiada pela FAPEMIG (APQ-00340-18).

plethora de reportagens, livros, dissertações, teses, vídeos e, mais recentemente, *lives* e *webinar* sobre a década de 1920, o movimento propriamente dito, os anos 1930 e a “Era Vargas”.

Escrever sobre o assunto é semelhante a dirigir em uma rodovia estranha, com placas em demasia, indicando direções múltiplas e, por vezes, opostas. Não faremos um inventário de todas essas placas e direções nesta introdução, mas tentaremos delinear minimamente o nosso caminho.²

Entre as expressões usadas para delimitar um tempo histórico, seguramente “República Velha” é uma das mais conhecidas e utilizadas pelo grande público. Sua construção e difusão expressa os objetivos da narrativa dos vitoriosos em 1930, demarcando aquele movimento como divisor de águas na história do país, separando o “velho” do “novo”, o “atrasado” do “moderno” (GOMES, 2005).

Essa representação do movimento de 1929-1930 e da Primeira República é explicitamente enviesada, produto do discurso oficial do Estado Novo (1937-1945) que, por sinal, colocava-se como desdobramento e consolidação natural de 1930. Diferentemente disso, observa Dulce Chaves Pandolfi, o período entre 1930 e 1937 foi um tempo de incertezas e ambiguidades, de vários projetos em disputa, aspecto derivado da própria heterogeneidade da Aliança Liberal (PANDOLFI, 2003).

As incertezas no pós-1930 indicam tempos novos. É difícil examinar os textos produzidos, durante ou logo após

2 Entre os trabalhos que propõem um amplo exame da historiografia sobre 1930, pode-se consultar OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Revolução de 1930: resenha comentada*. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-04/325-revolucao-de-1930-uma-bibliografia-comentada/file> e PANSARDI, Marcos Vinícius. **Da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora**: a historiografia frente à Revolução de 1939. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Unicamp, 2002.

o movimento, e não ter a impressão de uma conjuntura de transformações. O alcance e significados dessas mudanças é objeto de muito debate. É também compreensível que a percepção dos contemporâneos permanecesse turvada pelo aspecto óbvio de estarem vivendo no meio do desenrolar dos fatos. O que se pretende destacar aqui é que as fontes coevas indicam uma intuição muito difundida de um momento particular, muito distinto de outras crises políticas. Conforme destacou, em entrevista, Bóris Fausto, as pessoas tinham a percepção de estarem vivendo novos tempos (<https://cp-doc.fgv.br/revolucao1930/ecos>).

Marcos Vinícius Pansardi, um severo crítico da interpretação de Fausto, após examinar a obra de conservadores críticos do movimento de 1930, assinala: “Os autores que escrevem durante os anos 30 têm consciência de estar no meio de um profundo processo de transformação” (2002, p. 57). Esses críticos se referiam ao movimento como revolução com desgosto, porque eram contrários a qualquer movimento dessa natureza.

Em *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936, Sérgio Buarque de Holanda identifica um lento processo de superação da sociedade agrária, de feições ibéricas, apontando que essa decomposição, que tivera na abolição do trabalho escravo em 1888 um lance decisivo, entrava, naquele momento, em sua fase “mais aguda”, embora o “desenlace final” ainda estivesse longe de se efetivar (HOLANDA, 2000, p. 172). Em suas inserções, a cada nova edição de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda aprofunda suas críticas sobre as transformações das classes médias urbanas e disputas políticas crescentes, atualizando o diagnóstico histórico a

respeito do potencial democrático das classes trabalhadoras.

O iberismo, para usar o termo de Sérgio Buarque de Holanda, estava em crise, mas vivo. Noventa anos depois, tem sido frequente olhar para 1930 como uma conjuntura de rupturas e continuidade, como se nota nas temáticas de eventos alusivos ao acontecimento.³

No entanto, durante muito tempo, a ideia de uma ruptura foi predominante, especialmente em duas grandes correntes. A primeira, fortemente vinculada ao pensamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e tributária de uma visão dualista, descrevia 1930 como um enfrentamento entre a burguesia industrial e os setores rurais atrasados. Essa leitura é parte de uma interpretação maior da história do país a partir da arriscada adaptação das ideias da III Internacional ao caso brasileiro. Trata-se do marxismo brasileiro em suas fases primeiras, “materialismo primitivo” e “materialismo funcionalista”, conforme classificação de Guido Mantega. Na primeira, de 1920 a 1940, predomina as ideias do PCB. O “Partidão” defendia a tese de que, antes do socialismo, seria imprescindível que os países periféricos do sistema capitalista passassem pela revolução democrático-burguesa. Essa etapa histórica romperia a exploração imperialista, possibilitando o desenvolvimento das forças produtivas e

3 “Nordeste e 1930: noventa anos de rupturas e continuidades”, série de mesas-redondas reunindo pesquisadores do Nordeste. Organização: Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Casa de José Américo. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCpoQ182wzmywIUd-0dixa5g>. Outro evento, organizado pelo Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq), intitulado “Ciclo de debates 90 anos de 1930”. A primeira mesa desse evento tem como título “Os significados de 1930 para o Brasil: continuidades e rupturas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-7KRcBjSB7c> Acesso em: 07 out. 2020.

protagonismo político das classes trabalhadoras. Na segunda, entra em cena Caio Prado Júnior, mas são também influentes Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, e a tese do feudalismo brasileiro, defendida pelos últimos e duramente criticada por Prado Júnior (MANTEGA, 2002).

A segunda corrente, que convergia com a primeira em muitos aspectos, aponta as classes médias como os agentes vitoriosos em 1930, pela intervenção direta no movimento ou pela sua representação pelo tenentismo. Era uma visão mais elaborada, especialmente no que diz respeito às relações entre tenentes e classes médias (FAUSTO, 1997).

As duas interpretações sofrem grande abalo a partir da tese de Bóris Fausto, cuja visão se tornou, desde os anos 1970, a leitura hegemônica sobre o tema, apesar da extensa crítica que também recebeu (PANSARDI, 2003, VIANNA, 1996, DECCA, 1994, GOMES, 2008, CANCELLI, 2020, BORGES, 2007). Fausto serve-se e, em certa medida, integra a terceira fase do marxismo no Brasil, a do materialismo dialético, especialmente dos estudos de Caio Prado Júnior (2000), Fernando Henrique Cardoso (1970) e Francisco Weffort (1978). Ruíam as interpretações da primeira e segunda fase do marxismo, suas ideias sobre a revolução burguesa no Brasil e suas dívidas com o dualismo.

Para Fausto, 1930 é um conflito político, em que a variável territorial é mais importante que a dimensão classista. Seu raciocínio valoriza os arranjos e desarranjos políticos intraoligárquicos, combinados a uma crise no Estado brasileiro propiciada pelo movimento dos tenentes em uma conjuntura de dificuldades econômicas agravadas pelo *crash* de 1929. O encontro desses fatores criou o terreno fértil no

qual germinou o movimento revolucionário, contando com o apoio das classes médias e mesmo dos trabalhadores, embora de forma difusa (FAUSTO, 1997).

As diferenças entre as economias de São Paulo e dos Estados dissidentes, a exemplo de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não escapam ao autor que as vê representadas, de alguma forma, no programa da Aliança Liberal e nas medidas em prol da diversificação da economia brasileira no pós-1930 (FAUSTO, 1997).

Na mesma linha de Francisco Weffort, Bóris Fausto descreve as relações entre o Estado e as classes sociais, no pós-revolucionário, a partir da ideia de crise de hegemonia. Nessa conjuntura emergiu o “Estado de compromisso”, produto do desencontro entre os representantes políticos e a base social da classe mais organizada e forte, a cafeicultora, e da fragilidade das demais classes sociais, como a burguesia industrial, as classes médias e os trabalhadores urbanos (FAUSTO, 1997; WEFFORT, 1978).

Entre as críticas e qualificações feitas à tese de Fausto, destacamos as análises de Pedro Cezar Fonseca sobre as elites gaúchas, especialmente sobre o pensamento de Getúlio Vargas. O caráter heterogêneo da Aliança Liberal, praticamente um consenso historiográfico, e as vicissitudes do pós-1930 não eliminam o fato de que havia, na formação e trajetória de Vargas e figuras próximas a ele, como Osvaldo Aranha, o esboço de um projeto de país.

Fonseca estuda a formação do pensamento de Vargas desde seu tempo na Faculdade de Direito, onde integrou a chamada “geração de 1907”, que reunia Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Naves da Fontoura e Flores da Cunha.

Fortemente influenciado pelo positivismo, doutrina predominante no Partido Republicano Rio-Grandense, esse grupo, diferentemente da geração anterior, desde cedo, interessava-se por maior participação na política em âmbito nacional.

Ao estudar os escritos diversos de Vargas, desde as respostas das provas na Universidade, em 1906 até os discursos no legislativo estadual, o autor aponta para um conjunto de ideias recorrentes, embora não fixas nem fechadas à transformação, que vão se traduzir em medidas concretas no pós-1930, quando a geração de 1907 galga o poder maior da República. Nas palavras do autor:

A proteção ao trabalhador como dever do Estado, tantas vezes atribuída a Carta de Trabalho de Mussolini, já consta dessa prova de aula de 1906, bem como raízes do intervencionismo pragmático do Estado Novo e do entendimento de que os operários deveriam associar-se para contraporem-se ao capital, inclusive através de sociedades (sindicatos, cooperativas). (FONSECA, 2004, p. 5).

Como parlamentar, Vargas defendeu a diversificação da economia gaúcha, a intervenção do Estado, a integração dos trabalhadores, a organização dos produtores em cooperativas e a nacionalização de empresas estrangeiras por interesse social. Examinar essa trajetória significa repensar a própria imagem das oligarquias regionais como blocos uniformes, fechadas à transformação, destaca Fonseca (2004, p. 6).

A eleição de Vargas para a presidência do estado do Rio Grande do Sul, após acordo que pôs fim aos longos conflitos no interior da política estadual, revela outra faceta: o líder pacificador e negociador. Na gestão, destaca-se pelo caráter

não liberal em virtude da complexidade da vida social que demanda a intervenção do Estado, sendo inclusive seu dever “alavancar as atividades produtivas, fornecer infraestrutura e conceder crédito” (FONSECA, 2004, p. 11).

Imaginar um caminho retilíneo na história de Vargas seria incorrer na “ilusão biográfica”, para usar a célebre definição de Pierre Bourdieu (1998). A grande contribuição das pesquisas de Pedro César Fonseca é apontar, com muita consistência, a convergência das ações de Getúlio à frente da presidência da República, apesar de muitas negociações, ambiguidades e conflitos, com sua formação intelectual e política no pré-1930. Por sinal, o autor se contrapõe também à tese difundida por Celso Furtado (2000) de que a industrialização no pós-1930 foi um resultado não intencional das medidas tomadas pelo governo para o enfrentamento da crise que vinha desde 1929.

No discurso da Aliança Liberal atividades industriais e agrícolas são vistas em complementaridade, e a ideia da diversificação da economia também está presente. Na mesma linha, no pós-1930, embora não se possa falar em um programa industrialista bem delineado, Fonseca destaca as diversas ações e mudanças institucionais que indicam um esforço para a diversificação, a modernização da agricultura, o aproveitamento dos recursos e o apoio a indústrias para além da mera substituição das importações (FONSECA, 2012, p. 851-855).

O projeto modernizante que se verifica na trajetória de Getúlio Vargas e seus aliados mais próximos, a exemplo de Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor, ganha contornos mais concretos no pós-1930 porque, neste projeto, o Estado é ator

fundamental. Trata-se de uma construção de cima para baixo, armada com argumentos científicos e conselhos técnicos, intervencionista, reguladora, autoritária. A propósito, para Elizabeth Cancelli, Vargas já é ditador desde 1930. O período 1934-1937 teria sido um intervalo entre ditaduras. (2020, p. 457).

Estamos diante de uma modernização conservadora, para usar definição de Barrington Moore Jr (1967), ou um capítulo de nossa revolução passiva, como postulam Luís Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho, apoiados numa abordagem gramsciana (VIANNA, 1996; COUTINHO, 2003).

Após tantas críticas às teorias da modernização, o uso do termo requer cuidados, observa Bruno Wanderley Reis. Longe de qualquer perspectiva etapista ou de uma hierarquia de fases, a modernização fala de uma direção, uma tendência que se verifica historicamente, não uma lei que se impõe (REIS, 2020, p. 83).

Mas a “geração de 1907” não foi a única a esposar esse projeto de modernizar pelo alto, tendo o Estado como agente fundamental. Helena Bomeny observa que, já nos anos 1920, a aposta no Estado como agente organizador e promotor da educação, cultura e saúde era algo forte, inclusive entre intelectuais liberais, como Anísio Teixeira, o que contribui para a compreensão da grande convergência entre o projeto varguista no pós-1930 e expressivos segmentos intelectuais (BOMENY, 2001).

Ao analisar intelectuais nascidos e/ou residentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Daniel Pécaut destaca que, à exceção de alguns mineiros, eles não se envolveram na Revolução de 1930 porque a julgavam uma operação estritamente política e liberal (PÉCAUT, 1990). Como discutido

por Pedro Cézar Fonseca, não era exatamente essa a perspectiva de Vargas. É possível que o pensamento de Getúlio Vargas fosse bastante desconhecido no meio intelectual desses centros estudados por Daniel Pécaut. Em tese, sobre as imagens de Getúlio Vargas representadas na Revista Careta entre 1928 e 1933, Marcelo Almeida Silva revela a ignorância reinante entre editores da revista até sobre os traços físicos básicos do líder gaúcho (SILVA, 2019).

Os outros segmentos civis da Aliança Liberal também não eram exatamente liberais. Em diferentes graus, o corporativismo atraía muitos grupos sociais, o que se acentuaria no pós-1930, conforme Luís Werneck Vianna (1999), e não era também o pensamento dos tenentes. Apesar de diferenças entre lideranças do movimento, há um núcleo básico do tenentismo que se traduz na “nacionalização da política” contra os vícios do federalismo e as práticas das oligarquias regionais, no antiliberalismo econômico, antirrepresentativismo e no reformismo (CARVALHO, 2006, p. 128-129).

As críticas ao liberalismo na Primeira República estavam estreitamente vinculadas ao seu caráter estrangeiro em contraposição à “realidade brasileira”. Com muitas nuances, nacionalismo e antiliberalismo caminhavam juntos. Para Christian Lynch, o pós-guerra teria assinalado, no Brasil, uma passagem do paradigma “cosmopolita periférico” para o paradigma “cultural nacionalista”. O primeiro se caracterizava pela reprodução da visão de um “processo unilinear de civilização que, partindo da Europa, se espalhava pela periferia. Fenômeno europeu, a civilização poderia ser difundida para a periferia pelas armas, pela economia e pela

cultura” (LYNCH, 2013, p. 739). O segundo condenava o evolucionismo unilinear do primeiro, “matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria; que não havia linearidade, mas pluralidade das linhas de evolução nacional” (LYNCH, 2013, p. 745).

Pelas lentes de grande parte do pensamento conservador, a sociedade brasileira era atomizada, sem “liames de solidariedade internos, daí porque a visão acerca do Estado é muito distinta, por exemplo, daquela predominante nos Estados Unidos e Europa. “Aqui o Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia” (BRANDÃO, 2005, p. 246).

Alberto Torres foi, certamente, o nome mais importante no pré-1930, posto que seria ocupado por Oliveira Viana no pós-1930. Conforme propõe Lynch (2018), a “orientação da vida política brasileira, depois de 1930, corresponderia em grande medida àquela advogada por Oliveira Vianna”, cujo núcleo básico seria o estatismo, o nacionalismo e a centralização (2018, p. 19). Intelectuais de diversos matizes ideológicos convergem em alguns pontos fundamentais, como:

[...] a necessidade de uma compreensão propriamente nacional para os problemas brasileiros, o reconhecimento da falência das instituições liberais-oligárquicas da ‘República Velha’ para produzir modernização e para lidar com os problemas crescentes da expansão na demanda por participação e o reconhecimento da nação como realidade política essencial. (CASSIMIRO, 2018, p. 140).

O esforço de classificação de autores como Pecaute e Lynch é muito bem-vindo, mas nem tudo se encaixa perfeitamente nesses parâmetros. Como veremos, há muitas especificidades em cada trajetória, o que se percebe na leitura dos capítulos que integram este livro. O próprio Lynch destaca as particularidades do pensamento de Oliveira Vianna que tornaria obsoleta a simples definição do autor como expoente do autoritarismo (LYNCH, 2018).

Por caminhos diferentes, grande parte dos intelectuais se encontraram com e no campo político, no Brasil dos anos 1930, mais concretamente, nas diversas estruturas do Estado que, a partir de então, ampliaria muito o seu raio de ação. Intelectuais de variadas formações e correntes de pensamento evidenciaram, no mesmo contexto dos anos pós-revolução de 1930, ideologias liberais e antiliberais, de ideário da ampliação da participação eleitoral concomitante com estratégias de centralização de poder, em estratégias distintas de ação política. Para muitos, caberia ao Governo Provisório tomar a rédeas do poder e determinar as diretrizes de progresso do país; para outros, o país deveria voltar imediatamente à dinâmica política liberal.

José Américo de Almeida, escritor e liderança política da Paraíba que se projetou nacionalmente no pós-1930, exemplifica as complexas relações entre os intelectuais e o mundo político. Conforme análise de Monique Cittadino (UFPB), em capítulo que abre esta coletânea, o autor de *A Bagaceira* foi um crítico das estruturas sociais e da política oligárquica reinante em seu Estado, defendeu a sua modernização e, vencedor em outubro de 1930, com Getúlio Vargas, galgou o estratégico posto de Ministro de Viação e Obras Públicas, a

partir do qual construiu uma nova dominação, configurando a “oligarquia americista”.

Pelas mãos de José Américo, Anthenor Navarro tornou-se interventor da Paraíba. A trajetória do “acadêmico e crítico de arte” é aqui estudada por Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB), rastreando o percurso de Navarro nos combates estéticos, passando pela aproximação com o tenentismo e a participação no centro nervoso da política entre 1928, quando ocupa o cargo de diretor da Repartição de Água e Esgoto da capital, na gestão de João Pessoa, e em 1932, quando sua interventoria é abruptamente encerrada em virtude de seu falecimento em trágico acidente aéreo.

Outro personagem do movimento de 1930, Virgílio de Melo Franco, atuou a partir do eixo Minas Gerais-Rio de Janeiro e, a partir de julho, mudou-se literalmente para Porto Alegre, onde integrou o núcleo central da conspiração, conforme escrevem Antônio Dimas Cardoso e Laurindo Mekie Pereira, ambos da Unimontes. Embora integrasse as oligarquias mineiras, Virgílio torna-se, conforme sua própria definição, um dos “extremados” da Aliança Liberal, aqueles dispostos a introduzir uma nova variável no processo político nacional: a violência. Seu percurso, de filho da oligarquia a “extremado”, e dessa condição à moderação no pós-1930, é ilustrativo do alcance e limites das transformações em curso naquele cenário.

José Américo, Anthenor Navarro, Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, também estudado nessa coletânea, apesar das diferenças, ilustram o caminho de figuras que já integravam ou transitavam pelo campo político no pré-1930. Apesar das críticas que faziam à ordem social e à política

vigentes, eram, com graus variados de inserção, também participantes e beneficiários dessa estrutura. Além disso, foram diretamente engajados nos embates políticos em 1930.

A revolução de 1930, celebrada por Américo, Navarro, Franco e Campos, foi, para Otávio Mangabeira, a “queda da ordem legal” e a “instituição da ditadura”. O ministro das Relações Exteriores de Washington Luís estava no palco central do teatro político, em 1930, mas, diferentemente de outros personagens tratados aqui, era um grande crítico da nova ordem que então se desenhava. Sua formação, ideias e atuação política, seu exílio e resistência são tratadas no capítulo assinado por Eliana Evangelista Batista (IFBA) e Paulo Santos Silva (UNEB).

Interpretar os anos iniciais de Vargas no poder como governo ditatorial é uma denúncia política em Otávio Mangabeira e uma leitura acadêmica em Elizabeth Cancelli (2020). Possivelmente, a tese da historiadora é mais forte do que o discurso do líder baiano. Naquele contexto, a defesa do Estado forte e centralizado triunfava no Brasil e no mundo. A vaga autoritária de então se articulava a um projeto modernizador, como revelam as ideias e atuação de Francisco Campos, aqui estudado por Luciano Aronne de Abreu (PUC/RS) e Luís Rosenfield (PUC/RS), privilegiando o recorte da educação e apontando convergências do intelectual mineiro com outros movimentos então presentes, especialmente a Escola Nova.

A temática da educação é também objeto de análise de Wagner Teixeira da Silva (UFTM), que recupera momentos e debates sobre o tema durante a Primeira República e analisa as medidas levadas a efeito no pós-1930, entre elas a criação

do Ministério da Educação e Saúde e a Reforma Campos, de 1931. O autor examina os projetos em disputa, a exemplo do escolanovista e o católico, e mostra os aspectos que triunfam e se institucionalizam em momentos importantes, como a Constituição de 1934 e a Reforma Capanema em 1942.

Mudanças com permanências. A rigor, não há como ser de outra forma. A variável é a extensão ou profundidade do que muda ou permanece em cada setor ou aspecto. A problemática está presente também no texto de Paolo Ricci (USP) e Jaqueline Porto Zulini (FGV) que, ancorados em sólidas referências bibliográficas e dados estatísticos, propõem uma análise do problema da representação político-eleitoral na Primeira República e nos anos iniciais pós-1930, apontando os aspectos que indicam transformação, com destaque para a introdução do sistema proporcional que viabilizou a presença das minorias no parlamento, mas salientando, também, o vigor dos elementos da continuidade, configurando o que denominam de “autoritarismo eleitoral”. Nesse percurso, o texto problematiza interpretações já solidificadas sobre processos eleitorais na Primeira República, contribui para as reflexões sobre os desdobramentos do movimento de 1930 e, não menos importante, termina com um instigante estímulo para a cooperação entre as áreas da História e Ciência Política no enfrentamento desta e outras questões correlatas.

Além de líderes políticos depostos, Portugal recebeu e repercutiu também as notícias da Revolução de 1930. Ernesto Castro Leal (Universidade de Lisboa) disserta sobre a recepção do movimento na imprensa portuguesa. Seu texto evidencia a dificuldade dos jornais portugueses em discernir os fatos que se desenrolavam em solo brasileiro, usando fontes

do Brasil, Uruguai e Argentina, o que se traduz em versões conflitantes e certas imprecisões factuais, a exemplo de uma matéria que informava o assassinato do líder paraibano José Américo de Almeida. As relações Brasil-Portugal emergem no texto no enfoque que a imprensa dá a cidadãos e instituições lusas no Brasil, como a Beneficência Portuguesa e o tormentoso momento político, a viagem para Lisboa de Washington Luís e Júlio Prestes, grandes derrotados no movimento que levou Vargas ao poder.

Ao examinar jornais e revistas, Ernesto Castro Leal apresenta a interpretação de diversos personagens e intelectuais portugueses sobre o tema. Entre eles, destacam-se João Sarmento Pimentel, um capitão de cavalaria que se exilara no Brasil em virtude de seu envolvimento na revolta republicana falhada, de 3 de fevereiro de 1927 (Porto), contra a Ditadura Militar, os escritores Joaquim Manso e José de Barros e o intelectual de Açores, Vitorino Nemésio. Manso, Barros e Nemésio são cautelosos em suas avaliações, o que contrasta com Pimentel, para quem estava em curso “a grande revolução brasileira”. Gerardo Seguel, um intelectual chileno, interpreta o movimento à luz do processo de difusão das ideias de liberdade e justiça social. A liberdade não tardaria a ser limitada.

O texto de Seguel termina com uma emblemática fala de Maurício Cardoso, um dos aliados de primeira hora da Revolução de 1930, dirigida a Getúlio Vargas, no dia 03 de novembro de 1930, quando ele tomava posse à frente do Governo Provisório:

“Vamos, Getúlio, sê mais estadista do que general, mais cidadão do que soldado. A questão social espera-te com o

punhal da revolta ou os louros do triunfo. Que estes coroem a tua frente, em lugar daquele te ensanguentar o peito. Vai ao encontro dele, sê digno, sê forte, sê gaúcho diante da vida, como foste diante da morte!”

A questão social seria, dali em diante, um tema central no debate político. O seu enfrentamento teria sido a grande novidade dos novos tempos, obra de um grande estadista, conforme queria fazer crer a narrativa dos vitoriosos (GOMES, 2005).

As dramáticas palavras e vívidas figuras presentes no discurso de Cardoso reaparecem na carta de Getúlio em agosto de 1954. Reclamando para si a imagem do defensor do “povo e principalmente dos humildes”, o presidente se considera vencedor frente aqueles que “pensam que me derrotaram.”.

(<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em 08 set. 2020).

Em um ponto, certamente, Vargas tinha razão: o desfecho trágico que escolheu representou uma terrível derrota para seus opositores. A imagem do “peito ensanguentado” talvez tenha soado exagerada em novembro de 1930, mas se materializou em agosto de 1954, não por obra de um punhal, mas de um revólver.

Referências

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cêzar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.º 2, 2005, pp. 231 a 269.

CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: falas da história. **Revista Estudos Históricos**, 2020, v. 33, n. 71, p. 448-468.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas a política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. **Revista Política Hoje** – 2018. Volume 27, Edição Especial.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DECCA, Edgard de. **1930**: o silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FONSECA, Pedro. Cézar. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista Economia**, Setembro/Dezembro 2012.

FONSECA, Pedro Cézar. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC** - ver CDRom., 2004.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Leituras críticas sobre Bóris Fausto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, n.º 4, 2013, pp. 727 a 767.

LYNCH, Christian. Autoritarismo, autoritarismos: o pensamento político da Era Vargas em revista (1930-1945). **Política Hoje** - Recife, Vol. 27, edição especial, 2018, p. 9-25.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUSIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 147-166.

MOORE JÚNIOR, BARRINGTON. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Revolução de 1930**: resenha comentada. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-04/325-revolucao-de-1930-uma-bibliografia-comentada/file>Acesso em out. 2019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-37 (O Brasil Republicano, v. 2)

PANSARDI, Marcos Vinícius. **Da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora**: a historiografia frente à Revolução de 1930. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Unicamp, 2002.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

REIS, Fabio Pinheiro Wanderley. **Modernização, mercado e democracia**: política e economia em sociedades complexas. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SILVA, Marcelo Almeida. **Caricato Gegê**: representações cômicas de Getúlio Vargas nas charges da Revista Careta (1929-1934). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2019.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados** v. 39 n. 3 Rio de Janeiro 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 18 ago. 2020.

VIANNA, Luiz Werneck. O pluralismo e a autonomia sindicais na Constituinte de 1934. *In: **Liberalismo e sindicato no Brasil***. 4 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAPÍTULO 1: José Américo, a Revolução de 1930 e a Reestruturação Oligárquica na Paraíba

Monique Cittadino

Intellectual e político paraibano que alcançaria renome nacional, José Américo de Almeida situou-se, nessa dupla condição, no epicentro dos acontecimentos que culminaram na chamada Revolução de 1930⁴. Também desempenhou importante papel na montagem do Estado estruturado no imediato pós-30, ao assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, do Governo Provisório, de Getúlio Vargas, cargo que lhe permitiu montar a sua base política de dominação oligárquica.

Nascido em 1887, no município de Areia, na rica e fértil região do Brejo paraibano, José Américo trilhou a carreira jurídica antes de iniciar-se no mundo político. Já não tão jovem, aos 35 anos de idade, publicou sua primeira obra de ficção, *Reflexões de uma Cabra*, seguida de *A Paraíba e Seus Problemas* (1923) e de *A Bagaceira* (1928), marco do movimento regionalista e obra que lhe garantiria o reconhecimento nacional. Nessas páginas, emerge a crítica à situação social

4 Não se constitui objetivo deste trabalho a discussão historiográfica acerca do caráter dos acontecimentos que culminaram na deposição de Washington Luiz e ascensão de Vargas ao poder. Assim, usarei indistintamente o termo “revolução” e “movimento” para me referir a eles.

e à política oligárquica prevalente no Nordeste e a defesa da modernização das suas estruturas.

Convidado por João Pessoa para compor o seu governo como “secretário geral”, Américo tornou-se seu principal assessor, ao mesmo tempo em que articulava, nos bastidores da política paraibana, juntamente com diversos nomes locais e nacionais do tenentismo, o movimento responsável por levar Getúlio Vargas ao poder.

Com a vitória da revolução, José Américo, agora grande liderança civil da Paraíba, assumiu brevemente a intervenção, sendo em seguida nomeado para o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas. Nessa pasta, foi o responsável por todo o projeto de integração nacional e modernização do Estado implementado por Vargas, bem como pela administração da “indústria das secas”, o que lhe garantiu a montagem da sua própria estrutura de dominação, a oligarquia “americista”.

Analisar a inserção de José Américo no movimento de 1930, articulando as críticas à política oligárquica dominante na Primeira República e presentes nas suas primeiras obras literárias, com a sua atuação à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas e da política paraibana entre 1930 e 1934, período em que emerge como um novo chefe oligarca, é a intenção do presente trabalho.

Entre a batina, o judiciário e as letras

Filho de Inácio Augusto e Josefa Leopoldina, José Américo inseria-se em duas das mais tradicionais e influentes famílias da aristocracia agrária do estado: por parte do pai, os

Almeida, do lado materno, os Leal. Ao se considerar os vários outros entrecruzamentos familiares, deve-se acrescentar ao seu capital político familiar⁵ os nomes Cabral, Vasconcelos, Coelho, Soares e outros (ALMEIDA, 1976, p. 11), todos portadores de fortuna e poder. A participação dos seus ancestrais na vida política areiense e paraibana remonta ao Império. Contudo, para fins que nos interessam, deve-se registrar que seu pai, o capitão Inácio Augusto de Almeida, fora incluído pelo chefe local, coronel Cunha Lima, como representante da oposição na chapa para conselheiros municipais, no ano de 1893, e que, após a queda de Cunha Lima da chefia areiense, em 1895, assumira o lugar de vice-prefeito do município, ao lado do coronel José Cabral de Vasconcelos (PEREIRA, 1987, p. 81). Proprietário dos engenhos Timbaúba e Olho d'Água, esse último onde José Américo nasceu, além de uma fazenda de gado, mais distante, no Curimataú, Inácio Augusto era o típico "senhor de engenho", exercendo todos os poderes: "Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem" (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p. 19). Por outro lado, o tio materno e protetor de José Américo, o monsenhor Walfredo dos Santos Leal, foi o homem de confiança de Álvaro Machado, chefe da oligarquia paraibana entre 1892 e 1912 e, nessa condição, governou o estado em duas ocasiões (1895-1896 e 1905-1908), além de ter exercido mandatos como deputado estadual, deputado federal e senador da República⁶.

5 Estamos aqui pensando a partir da conceituação feita por Bourdieu (2000, pp. 190-196) de capital simbólico, no caso, o capital político por delegação de uma instituição permanente, qual seja, a família.

6 A respeito da oligarquia alvarista e do papel nela desempenhado por Walfredo Leal, vide Rodrigues (1989); Lewin (1993).

A prole de Inácio Augusto e Josefa Leopoldina foi extensa: onze filhos sobreviventes, de um total de quinze. Muito rapidamente ficaram órfãos, posto que o pai faleceu precocemente. Josefa Leal, ao ficar viúva, delegou a tarefa da educação de vários de seus filhos a parentes. Assim, José Américo, aos doze anos, passou a morar definitivamente com seu tio paterno, o vigário Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, tendo sido, por força de conflitos que emergiram entre os dois, interno no seminário a fim de tornar-se padre⁷. Contrariando as determinações familiares – “Jamais admiti a possibilidade de ordenar-me. Padre, não. Padre, nunca” (ALMEIDA, 1978a, p. 12) –, abandonou o seminário em 1904, ingressando na Faculdade de Direito do Recife, para onde seguiam os filhos das abastadas famílias nordestinas dispostos a se tornarem doutores, graduando-se em 1908, aos 21 anos de idade, e conquistando capital pessoal de notoriedade (BOURDIEU, 2000, p. 190). No ano seguinte, foi nomeado promotor público da comarca de Sousa, no sertão paraibano, onde só permaneceu por um ano. Ele retornou à região do Brejo, área de influência de seu tio, e intentou o exercício da advocacia no município de Guarabira, onde também tinha um irmão que era vigário, mas terminou por ser nomeado, aos 23 anos de idade, para o importante cargo de procurador-geral do Estado.

Estava lá [em Guarabira] quando fui
surpreendido por um convite para ser

7 Por volta dos oito anos, José Américo, que até então vivia nos engenhos da família, foi enviado para a casa de seu tio, na cidade, a fim de continuar os estudos. Cerca de dois anos após, foi morar com sua família em uma casa adquirida por seu pai. Com a morte deste, retornou para a casa do tio padre.

Procurador-Geral do Estado. Nesse tempo, era um cargo muito importante, nomeado pelo governador (...). Foi uma nomeação extraordinária, porque Procurador-Geral do Estado era lugar de desembargador. Tinha havido uma reforma, mas ainda assim não era lugar para um bacharel de 23 anos (...). Retrai-me inteiramente: como já disse, o tribunal era composto de velhos e eu achei que minha figura não devia contrastar com a deles (CAMARGO e RAPOSO, 1984, pp.87-88).

Para essa “nomeação extraordinária” de um jovem e inexperiente bacharel recém-formado, Américo contou, obviamente, com a ajuda do seu tio e protetor, o monsenhor Walfredo Leal. Recluso nesse cargo, no qual permaneceu por 11 anos, passou a ter uma vida integralmente dedicada à magistratura, aos estudos e às leituras dos grandes clássicos da literatura, além da linguística, filologia e economia. Foi nesse período que acumulou capital cultural que lhe permitiria, posteriormente, desenvolver suas habilidades como intelectual e escritor e que lhe garantiria esgrimir as armas da oratória, essenciais nas lides políticas.

Em 1922, demitiu-se da Procuradoria-Geral em virtude de uma reforma que eliminava a estabilidade do cargo, o que o deixava ao sabor das marés políticas, mas foi nomeado consultor jurídico do Estado. Foi nesse ano que publicou sua primeira obra, *Reflexões de uma cabra*, tida como prenúncio do modernismo, que iria emergir com toda a sua força em *A Bagaceira*, de 1928. Nessa obra, considerada marco do regionalismo brasileiro, Américo assumia um regionalismo que não buscava promover a diferenciação regional e, sim, ampliar o

conceito de nacionalidade. Tratando da dor e do sofrimento humano, sentimentos presentes na tragédia dos flagelados que o autor retratava, o livro *A Bagaceira*, para Santos (1977, p. 307), ao descrever uma “epopeia regional” – palavras de Amoroso Lima –, remetia também à universalidade.

Com *A Bagaceira*, que apresentava, sob a forma literária, os conflitos que atingiam as relações sociais e produtivas no Nordeste, José Américo não só trouxe a problemática socio-econômica da região para o centro das discussões nacionais, como também apresentou a solução política para a sua superação: a transformação da estrutura política oligárquica e clientelística, baseada no poder local, e a reforma do Estado no sentido da sua modernização e racionalização da esfera pública. Nesse sentido, José Américo inseriu-se na geração de intelectuais dos anos 1925-1940 que, segundo Pécaut (1990, p. 22), “...não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais”.

Entre essas duas publicações, José Américo escreveu, em 1923, a pedido do governador Solón de Lucena, o livro *A Paraíba e seus problemas*, encomendado ao escritor Celso Mariz e a ele⁸ como um relatório sobre as obras realizadas por Epitácio Pessoa, na Paraíba, durante o exercício da presidência da República. Sabe-se que foi exatamente nesse período que a indústria das secas, em atividade desde o Império e institucionalizada como política pública ao longo da Primeira República, atingiu o seu apogeu, garantindo

8 Com a desistência de Celso Mariz de participar do projeto, coube exclusivamente a José Américo a elaboração do trabalho.

aos estados nordestinos a remessa de verbas federais antes alocadas quase que exclusivamente aos estados sulistas (FERREIRA, 1993) e assegurando à Paraíba uma distribuição mais equitativa dos recursos perante os demais estados da região⁹.

A Paraíba e seus problemas é um extenso e minucioso levantamento das condições geográficas, climáticas, econômicas e sociais do estado da Paraíba e, certamente, também do Nordeste, assim como é um estudo antropológico dos habitantes locais e de suas condições de vida. Durante o tempo em que esteve retratando as obras empreendidas por Epitácio Pessoa, sobretudo no que se refere às soluções adotadas para o combate à seca, a descrição desse fenômeno teve uma centralidade no trabalho, tendo José Américo retrocedido ao ano de 1692, quando, pela primeira vez, registrou-se a ocorrência das secas no Nordeste, para historiar os diversos e sucessivos momentos em que “o martírio” voltou a castigar o estado. Mesmo tratando-se de um relatório oficial, ele não deixou de expor o impacto que a visão dos esqueléticos retirantes, mais parecidos com mortos-vivos, marchando em busca da salvação, deixou no seu espírito:

E vagueavam pelos caminhos, ora consolados pela esmola miúda, ora escorraçados por lavradores ríspidos.

Foi a minha primeira impressão pessoal da calamidade. E a retentiva infantil tocada

9 José Américo aponta que até a presidência de Epitácio Pessoa, a Paraíba, dentre os estados nordestinos, foi sempre o menos favorecido com os recursos destinados pelo governo federal para o combate à seca, assim como não sediou serviços ou comissões com esse fim, nem tampouco foi contemplada com projetos e estudos para realização das “obras de salvação”, como acontecera com outros estados nordestinos (ALMEIDA, 1980, pp. 271-276).

por cenas tão violentas é indelével. Nunca mais me esqueceu do espetáculo contristador que eu mal compreendia e que anda hoje me arrepia a sensibilidade.

Era uma macabra procissão de múmias.

Passavam, aos ranchos, na solidariedade da dor comum.

Depois de terem palmilhado os sertões longínquos, mortos de sede, de fome e de fadiga, ainda marchavam, caveirosos e arquejantes, atrás de um conforto inatingível (ALMEIDA, 1980, p. 219).

Para Américo, foi com a chegada de Eritácio Pessoa à presidência que o combate à seca deixou de ocorrer pontualmente, e começaram a vir sob a forma de socorros públicos emergenciais, em que as poucas e frágeis obras realizadas para amenizar os efeitos da estiagem desfaziam-se ante o efeito do tempo ou eram apropriadas pelos chefes locais que delas faziam uso político. Assim, na visão de Américo, Eritácio era o líder que assumiu o governo imbuído da tarefa de promover a redenção da Paraíba e do Nordeste:

Era a ele que cabia sistematizar a integral salvação do nordeste, tentada, de forma tardia e hesitante, em medidas fragmentárias, sem o plano que convinha a uma tarefa tão complexa.

Só ele poderia prestar fé às nossas solicitações, para nutrir o organismo exausto e condenado pelos que reputavam as obras contra as secas uma empresa aventureira e preferiam malbaratar os dinheiros públicos em melhoramentos suntuários (ALMEIDA, 1980, pp. 296-297).

Na verdade, José Américo advogava o abandono das

medidas emergenciais e a realização de obras com pouco apuro técnico, além de defender a ideia da sistematização de grandes obras de infraestrutura, sejam hidráulicas ou as viárias. Essa visão terminava por elevar a indústria da seca a outro patamar, marcado pela modernização, uma vez que os pilares do funcionamento de suas engrenagens permaneciam inalterados.

Das tragédias, emerge o político

Foi a visibilidade dada a José Américo por *A Paraíba e seus problemas* que levou João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e novo governador do estado, a convidá-lo para assumir o cargo de secretário-geral de Governo. Sem dúvidas, o tom elogioso ao chefe da oligarquia que dominava a Paraíba, desde 1915, contribuía para selar a aproximação política de Américo ao epitacismo¹⁰. João Pessoa apresentava uma proposta de centralização do poder, por meio da qual se dispunha a atacar aquilo que ele considerava os vícios do sistema oligárquico, marcado pela corrupção e pelo mandonismo dos chefes políticos (MELLO, 1984). Estes, segundo Pessoa, ao enfeixarem o poder local, gozando de ampla autonomia e de diversas prerrogativas, faziam frente ao poder estadual, esvaziando-lhe a autoridade.

Para José Américo, em entrevista concedida aos pesquisadores Aspásia Camargo e Eduardo Raposo, na década de 1970, o que se processava na política praticada na Primeira

10 Sabe-se que Américo se filiava à corrente política liderada por seu tio, Walfredo Leal, que, desde 1915, estava rompido com Epitácio.

República era a deturpação daquilo que ele denominou “regime democrático” pelo poder oligárquico/coronelístico. A proposta de “dar uma vassourada”, elaborada por João Pessoa, garantiria a restauração da “verdadeira democracia”:

A vassourada seria a reforma política, a revisão do regime democrático, na prática. Com essa declaração ele me conquistou, e decidi renunciar a tudo para participar desse movimento. (...) Desde os primeiros passos, ele começou a reagir contra a política que se vinha praticando, não só na Paraíba como em quase todo o Brasil, desfigurando o conceito da verdadeira democracia (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p. 120).

Nesse sentido, José Américo acosta-se ao pensamento político de setores que apontavam para os vícios, desmandos e fracasso do liberalismo republicano, apropriado que foi pelas oligarquias, constituindo-se, nas palavras de Gomes (1979, p. 49), em um regime “...perfeitamente compatível com os mecanismos da prática política oligárquica”. Esses setores, embora estivessem aproximados no que concerne à crítica e à forma como a política liberal era correntemente praticada, divergiam no que se refere aos caminhos a serem adotados para a sua superação, bem como ao alcance das modificações a serem implementadas. Assim, tal crítica provinha: 1. de setores emergentes da sociedade brasileira dos anos 1920 (camadas médias, proletariado urbano, segmentos da burguesia industrial), que avançava no sentido da modernização e diversificação; 2. do pensamento autoritário de autores, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo

Amaral, além dos integrantes do movimento tenentista¹¹, que advogavam a superação de modelo político baseado na autonomia dos estados por meio da adoção de um Estado forte, capaz de pôr cabo aos vícios, desvios e corrupção inerentes ao republicanismo oligárquico¹²; e 3. do pensamento de setores oligárquicos dissidentes, mas ainda liberais, descontentes com o aprisionamento do sistema político pelas oligarquias dominantes, seja em âmbito federal (São Paulo e Minas Gerais), seja em âmbito estadual (oligarquias situacionistas), e que iriam, mais adiante, compor a Aliança Liberal.

Para as oligarquias dissidentes, a aspiração era romper, em âmbito federal, com a hegemonia imposta pelo eixo São Paulo-Minas na condução dos destinos do país e, em termo estadual, com a “política dos estados” ou “política dos governadores”, que praticamente cristalizava a posição dominante das oligarquias situacionistas, impedindo o mínimo de revezamento no poder¹³.

11 Incluo os tenentes nesta categoria e não na anterior, conforme o faz corrente historiográfica inaugurada por Virgínio Santa Rosa, por entender que, muito embora tivessem origem social na classe média, defendessem em discurso a instalação de uma democracia depurada dos vícios que a corrompiam e compusessem, segundo Camargo (1996, p. 133), “a vertente mais renovadora e combativa” da revolução, após vitorioso o movimento armado, se dispusera “...ainda que difusamente, a mudar a ordem social, **mesmo ao preço de sacrificar temporária (ou definitivamente) a democracia...** [grifos nossos]. Para Lanna Jr. (2006, p. 316), muito embora respondessem “...aos anseios das classes médias populares”, apresentavam um “liberalismo de fachada”, mantendo-se fiéis “...à defesa da ordem e das instituições”, com destaque ao seu “caráter elitista”. Tal posição se aproxima com a defendida anteriormente por Pécaut (1990, p. 32), para quem os tenentes não se portaram como “...vanguarda das classes médias” e defenderam a “...supremacia dos valores elitistas e nacionais”.

12 Posteriormente, serão estes pensadores que, partícipes do Estado Novo, irão contribuir para a sua estrutura e funcionamento.

13 A clivagem deste setor com os integrantes do pensamento autoritário, entretanto, não foi absoluta, haja vista que os tenentes e as oligarquias dissidentes aproximaram-se na composição da Aliança Liberal formando aquilo que podemos definir como uma ampla frente (FAUSTO, 1981).

Na nossa avaliação, as críticas que José Américo tecia ao sistema político oligárquico repousavam, fundamentalmente, na ideia da necessidade de impor limites ao poder local perante o poder estadual, além da posição subalterna a que era relegado o Nordeste na divisão do trabalho então existente no Brasil, o que impunha sérios limites ao processo de acumulação das elites dirigentes – as oligarquias (OLIVEIRA, 1987; SILVEIRA, 1984).

José Américo, assim como Eptácio Pessoa, que em seu governo buscou, através da manipulação das verbas da indústria das secas, compensar o Nordeste e suas elites da pouca “atenção” que tradicionalmente lhes fora dirigida pelo governo federal, repudiava a situação de desigualdade a que era condenada a sua região e seus grupos dominantes. Assim como outros líderes oligarcas, pleiteava “...um maior atendimento à sua área e maior soma de poder” (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 409). Dessa forma, garantir melhores condições de acumulação a essas elites, a partir de um Estado centralizado, seja no âmbito estadual ou federal, capaz de induzir as transformações necessárias no sentido da modernização das suas estruturas, era o intuito de Américo.

Seduzido por essa proposta, que pretendia reformar o sistema político estadual, o jurista e escritor, em outubro de 1928, assumiu o novo cargo público de secretário-geral. Em seguida, a Secretaria, em função da estrutura estatal que se tornava mais complexa e dos jogos políticos que sofriam importantes modificações, foi desmembrada, cabendo a José Américo, nas palavras de João Pessoa, “...o nosso politiqueiro” (ALMEIDA, 1978b, p. 33), ocupar a pasta do Interior e Justiça, encarregada da articulação política do governo, e a

Ademar Vidal, a de Segurança Pública.

Os pilares da reforma do sistema político pretendida por João Pessoa atingiram frontalmente os interesses dos grupos oligárquicos, incluindo os que participavam da base política epítacista e que não foram poupados das medidas instituídas, o que levou o governo a um quadro de severo desgaste com esses grupos¹⁴. Foi nesse contexto que João Pessoa, em agosto de 1929, aceitou participar, ao lado de Getúlio Vargas, da chapa da Aliança Liberal à presidência da República. Ao compor, monocraticamente, a chapa estadual que também disputaria as vagas para Senado e Câmara Federal¹⁵, o governador deflagrou o estopim para o levante dos coronéis do sertão paraibano, liderados por José Pereira, do município de Princesa (RODRIGUES, 1978).

Nessas eleições, José Américo teve o seu nome indicado para o cargo de deputado federal, elegendo-se com 28 mil votos. Mas, assim como todos os demais candidatos vitoriosos da chapa aliancista, sofreu a “degola” aplicada pela Junta Apuradora e mantida pela Câmara Federal e não assumiu o cargo. Com isso, voltou ao estado para arcar com a

14 Tais medidas incluíam, por um lado, o ataque aos instrumentos que garantiam aos chefes locais o exercício do domínio político; por outro, a implantação de reformas na esfera econômica, o que ampliava as fontes de receita do estado, invertendo a relação de dependência existente até então perante o poder local. Em contrapartida, a adoção dessa pauta reformista foi muito bem vista pelas camadas médias cidadinas, pelo emergente proletariado urbano, pelos pequenos agricultores e pela burguesia comercial da capital e das grandes cidades, fazendo com que João Pessoa adquirisse um amplo apoio entre estes setores (LEWIN, 1993, pp. 330-332).

15 Além de não consultar os demais integrantes da cúpula partidária, Pessoa, valendo-se do nepotismo, um dos instrumentos da política oligárquica que ele dizia combater, ao tempo em que adotou o critério da “renovação”, excluindo da chapa todos os nomes que dela participaram nas eleições anteriores, manteve uma exceção, a do seu primo, Carlos Pessoa (MELLO, 1982, p. 108; LEWIN, 1993, p. 349).

nova tarefa que o aguardava, a de comandar pessoalmente, no sertão paraibano, as tropas estaduais e as operações na luta contra o coronel José Pereira, uma vez que agora chefiava a Secretaria de Segurança, que havia sido passada para as suas mãos (ALMEIDA, 1978b, pp. 71-72).

Após cerca de cinco meses de peleja, a guerra havia chegado a um desgastante impasse para os dois lados, quando ocorreu o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, em Recife, pelas mãos do advogado João Dantas, correligionário de José Pereira. Para atingi-lo, foi ordenada a invasão do seu escritório, a apreensão do seu cofre e a exposição pública de cartas amorosas trocadas com sua noiva, a poetisa e escritora Anaíde Beiriz, além de outros documentos pessoais¹⁶. Agredido que fora em sua honra e dignidade, restou a Dantas o ato extremo.

A morte de João Pessoa mudaria por completo os rumos da política paraibana e também da nacional. A Paraíba mergulhou em uma situação de completa anarquia motivada pela comoção que tomou conta da população, chocada com a morte de seu líder. Os políticos “perrepistas”, como eram conhecidos os adversários da Aliança Liberal, foram perseguidos pela malta que depredava e incendiava propriedades. José Américo, já na capital, passou a coordenar as escassas forças policiais com o intuito de restabelecer a ordem e evitar maiores danos aos oponentes. E a conspiração pela deposição de Washington Luís, aquecida com a exploração do assassinato de João Pessoa, agora transformado em mártir

16 A autoria da ordem nunca foi definitivamente apurada, com versões que ora a atribuem a José Américo, ora a Ademar Vidal. Contudo, é certo que se não foi determinada por João Pessoa, não teria se consumado sem a sua aquiescência.

nacional, avançava a partir da Paraíba, considerada o epicentro da articulação revolucionária no Norte¹⁷.

Ao longo dos 70 dias que transcorreram entre a morte de João Pessoa e a vitória do movimento revolucionário, José Américo transformava-se, progressivamente, na principal liderança política da Paraíba¹⁸. O fato de controlar as tropas policiais do estado, de assumir a liderança sobre os políticos paraibanos vinculados ao aliancismo e de ser o grande articulador das conspirações revolucionárias, permitiu que ele se impusesse sobre os possíveis adversários e passasse a ocupar o espaço vazio de poder oriundo da ausência de João Pessoa:

Foi nesses dias que José Américo de Almeida centralizou a ação civil do movimento. Ele era o silencioso e impressionante animador das energias que trabalhavam a obra colossal. (...) Como secretário da Segurança abandonara a capital e fora ao sertão combater pessoalmente o cangaceirismo. (...) [Na capital] foi o organizador das forças civis. Arregimentou, por outro lado, a polícia militar, trazendo-a inteiramente para a Revolução (A União, 29/10/1930, fl. 03).

17 Juarez Távora considerava a capital do estado estratégica para o movimento armado nesta região: "...já que ali estacionava o principal núcleo revolucionário do Exército" (TÁVORA, 1973, p. 306). Encontravam-se, na Paraíba, servindo no 22º Batalhão de Caçadores, os primeiros tenentes Juracy Magalhães e Jurandir Bizarria Mamede e os segundos tenentes Paulo Cordeiro de Mello e Agildo Barata Ribeiro, que haviam participado dos levantes da década de 20. Nessa ocasião, Juarez Távora, foragido do hospital da Ilha das Cobras, desde janeiro de 1927, também estava em João Pessoa, refugiado em casas de aliancistas.

18 O governador em exercício, Álvaro de Carvalho, oponente irredutível a qualquer movimento revolucionário, viu-se isolado politicamente, não conseguindo impor sua autoridade sobre as forças políticas em confronto. Quanto a Epitácio Pessoa, esta tragédia afastou-o definitivamente da política. Já os irmãos e primos de João Pessoa, se por um lado foram vitoriosos, transformando João Pessoa no "mártir redentor" paraibano, por outro, não puderam usufruir dessa vitória, haja vista que a mitificação do seu nome e da sua memória foi apropriada pelos revolucionários aliancistas, liderados na Paraíba por José Américo (A respeito do processo de mitificação de João Pessoa, cf. AIRES, 2006).

Vitória a revolução, José Américo foi nomeado pelo coronel Juarez Távora como o chefe do governo revolucionário da Paraíba. Na breve interventoria, a preocupação inicial, bem como a dos integrantes das oligarquias paraibanas congregadas na Aliança Liberal, foi dar continuidade ao processo de manutenção da ordem, de “...domesticação da Revolução (...) a fim de contê-la para que ela não fosse além do previsto”, como bem afirma Assis (2005, p. 152). A preocupação de Américo era a mesma que ocorria a Vargas que, temendo a radicalização do “povo”, em carta do dia 10 de setembro de 1929, endereçada a João Neves da Fontoura, escreveu que “...deveria ser evitada, a todo custo, a deflagração de uma guerra civil” (FONSECA, 1989, pp. 115-116). A defesa das bases oligárquicas transparecia nas notas dirigidas “aos amigos do governo”, os aliados políticos, cujos ataques aos grupos politicamente adversários, mas que integravam a mesma elite econômica dominante, eram sistematicamente condenados:

A atitude do governo é de garantia à vida e à propriedade do cidadão, sem ter, neste particular, em consideração o seu passado político. Não se compreende que a autoridade permita adversários políticos de serem molestados.

Os amigos do governo, os entusiastas do movimento de regeneração política não devem perder de vista essa norma de conduta que não admite transigências (A União, 07/10/1930, fl. 08).

Ao mesmo tempo em que se preocupava em dar garantias aos grupos oligárquicos, mesmo os oposicionistas, José

Américo tratou de promover a revisão do regime republicano que teria desfigurado a “verdadeira democracia”. Assim, no dia 22 de outubro, atendendo a telegrama de Juarez Távora do dia 21, que determinava que todo “...o Poder Legislativo deverá ser considerado inexistente, desde a data de início da Revolução, como dupla medida moralização e economia” (TÁVORA, 1973, p. 325), José Américo, através do Decreto n.º 12, determinou a dissolução da Assembleia Legislativa e dos Conselhos Municipais. Dessa forma, os prefeitos permaneceram em seus cargos até nova reorganização dos municípios (A União, 23/10/1930, fl. 05), medida discricionária que iniciava o processo de esvaziamento das fontes do poder local, submetendo-o ao poder centralizador dos interventores.

Mas, para além das questões envolvendo diretamente os grupos oligárquicos, a interventoria buscou lidar com duas questões decorrentes do novo momento político e econômico: a necessidade de implantar uma nova ordem administrativa, na qual tivessem espaço as grandes lideranças aliancistas, e a urgência em se resolver a situação de penúria em que se encontrava o estado. Assim, os líderes locais do movimento revolucionário assumiram os principais e mais estratégicos cargos da administração pública. Para o preenchimento dos novos cargos a serem criados a partir da reestruturação e da modernização do aparelho de estado, que se tornaria mais complexo e operativo, a interventoria afirmava que o nepotismo não seria levado em conta, a menos que o “parente ou amigo pessoal” tivesse caráter e capacidade técnica para o cargo. Ao mesmo tempo, o governo deixava claro que a filiação a critérios republicanos, nos quais os vínculos político-ideológicos dos pretensos candidatos não deveriam

se constituir como elementos de seleção para preenchimento de cargos, não seria respeitada:

É natural que a preferência do governo recaia sobre os que se sacrificaram pelo êxito da campanha revolucionária. E assim fará sempre o governo. Os indiferentes ou afastados da nossa causa, não poderão preterir os companheiros de luta. E os adversários terão apenas as garantias a que é obrigada uma situação política culta que dirige e governa um povo civilizado (A União, 04/11/1930, fl. 01).

Para enfrentar a desastrosa situação econômica em que se encontrava o estado, José Américo adotou uma severa política de contenção de gastos, que incluiu a supressão de vários cargos da administração pública, considerados “não necessários à eficiência da função pública” (A União, 21/10/1930, fl. 02) e promoveu cortes no orçamento financeiro do estado para o ano seguinte (A União, 24/10/1930, fl. 08). Finalmente, o governo criou uma extensa comissão constituída por profissionais de diversas áreas, que levantou 28 itens relacionados à estrutura produtiva, infraestrutura, legislação fiscal, ordem pública, educação, saúde e assistência social, que foi publicado no ano seguinte na forma do documento *Problemas e necessidades da Paraíba* (A União, 01/11/1930, fl. 03), servindo de base para as ações governamentais a serem desenvolvidas pelo novo interventor (SANTOS NETO, 2018). Esta seria a sua última ação na interventoria, haja vista que, em 10 de novembro, na visita de Juarez Távora ao estado, ele passou o governo a Anthenor Navarro, assumindo, a convite de Getúlio Vargas, o Ministério de Viação e Obras Públicas.

O solo seco concebe o líder oligárquico

O Ministério da Viação e Obras Públicas, entregue a um paraibano, significou, na verdade, colocar nas mãos do Nordeste um dos principais instrumentos adotados pelo governo Vargas para, através do intervencionismo estatal na economia, implantar a sua proposta de reestruturação do Estado brasileiro no sentido da centralização do poder e do desenvolvimento do capitalismo em bases industriais e não agrárias (FONSECA, 1989; IANNI, 1991).

Coube ao Ministério, um dos três mais importantes, pois detinha o maior contingente de pessoal e o maior orçamento, atuar, basicamente, em duas frentes: 1. a implementação de uma infraestrutura capaz de dar suporte às necessidades do avanço do desenvolvimento industrial e da integração nacional, fundamentais, dentre outras coisas, para a formação de um mercado interno consumidor unificado; 2. a atuação na região Nordeste, alimentando a indústria das secas, dotando-a de mecanismos mais eficientes, com o que ampliava o atendimento aos interesses e demandas das oligarquias estaduais¹⁹.

No processo de reestruturação das bases políticas e produtivas do Estado brasileiro, o intuito do governo não era o de promover o aniquilamento desse grupo, e sim garantir a centralização política na esfera federal, com a submissão das oligarquias aos ditames do governo central; afinal de contas,

19 As análises das ações do governo provisório de Vargas no sentido da promoção do desenvolvimento capitalista no Brasil são numerosas na historiografia. Contudo, trabalhos centrados especificamente no papel e na atuação do Ministério da Viação e Obras Públicas ainda são escassos. A tese defendida por Correia (2019) vem contribuir para suprir esta lacuna.

elas eram essenciais ao processo de acumulação de capital e de carregamento de divisas para o país. Nas duas tarefas do Ministério, a atuação de José Américo foi amplamente exitosa, de sorte que foi o único ministro do governo Vargas a permanecer no cargo em todo o Governo Provisório (1930-1934), correspondendo integralmente ao desenho traçado por Pécaut (1990, p. 24), para quem os intelectuais dos anos 1920, “...muitos dos quais haviam recebido uma formação jurídica, não estavam inovando quando se erigiram, sem outro mandato a não ser o derivado de suas convicções, em responsáveis pela restauração do Estado e da Nação.”

No que se refere ao primeiro bloco de ações, é inegável a visão nacionalista que José Américo imprimiu ao Ministério. Assim, revisou ou extinguiu contratos e concessões com empresas estrangeiras prestadoras de serviços em áreas estratégicas como fornecimento de gás e energia, comunicações e ferrovias, chegando a estatizar algumas delas, assumindo para si a responsabilidade de tais serviços²⁰; buscou a nacionalização do subsolo, essencial para a exploração do ferro e subsequente desenvolvimento da indústria siderúrgica; atuou na ampliação das estradas de ferro, promovendo a interligação entre as diversas regiões do país, além de garantir a eletrificação da Central do Brasil, cujos trens, até então, eram movidos a vapor; promoveu a construção de 2.462 km de estradas rodoviárias (ao longo de todo o período republicano, foram construídos apenas 2.255km), além de ter contribuído financeiramente com estados do Norte e Nordeste

20 A exemplo da Sociedade Anônima Agência Americana, que teve todas as suas estações de serviços radiotelegráficos e de publicidade encampados pela Repartição Geral dos Telégrafos, órgão pertencente ao Ministério da Viação.

para a construção de outros 4.214 km (BARBOSA, 2019, pp. 94-115).

Com relação ao combate à estiagem no Nordeste, sobretudo em função da nova seca que assolou a região a partir de 1930 e atingiu seu ápice em 1932, José Américo estabeleceu como linha de ação a solução hidráulica, uma vez que “... condenar a açudagem (...) seria condenar o nordeste ao sacrifício de sua obra de salvação” (ALMEIDA, 1937, p. 158). Assim, promoveu a construção de grandes açudes e reservatórios e concluiu todos os projetos iniciados por Epitácio Pessoa e não finalizados nos governos seguintes. Além da solução hidráulica, o Ministério promoveu o incremento de obras viárias, que teriam como função “...ligar as zonas flageladas a um centro produtor,(...) evitando que se desloque a população, para os riscos da vida errante e os desfalques das epidemias” (ALMEIDA, 1980, pp. 354-358).

Na visão do ministro, as vias de rodagem, ao permitirem o abastecimento das regiões atingidas pela estiagem, a partir dos centros produtores, impediriam a migração dos flagelados, e conseqüentemente, conforme as palavras de Alcebíades Silva, citadas por José Américo, que as cidades ficassem “infestadas de gente nômade, de adventícios sem pão e sem trabalho” (ALMEIDA, 1980, p. 357).

Na verdade, o incremento das grandes obras, sejam as hidráulicas, sejam as viárias, tinha uma dupla função, mais profunda do que conter os fluxos migratórios dos sertanejos desvalidos: 1. Ao utilizar as levas de retirantes como mão de obra, o governo fornecia a essa população miserável um rendimento mínimo, capaz de garantir, ao menos,

a sua sobrevivência²¹; dando-lhes trabalho e fixando-os nos chamados “centros de concentração”²²; a ordem nos centros urbanos e também no mundo rural era garantida, evitando-se a ocorrência de saques e violências; finalmente, há que se destacar que esta população era utilizada não apenas nas obras públicas, como nas particulares, o que reforçava o poder simbólico dos grandes proprietários, vistos como os “benfeitores” capazes de socorrer os necessitados. 2. Ao fomentar as obras viárias, o projeto de integração nacional pretendido pelo governo Vargas era viabilizado, e os grupos oligárquicos eram favorecidos por terem o escoamento da sua produção facilitado.

A dimensão assumida pela “indústria das secas”, em 1932, foi colossal, envolvendo milhares de flagelados recrutados para trabalhar nas numerosas obras tocadas pelo Ministério, incluindo “...o emprego pouco produtivo de mulheres e menores”, conforme explicita José Américo em seu relatório:

Só em 1932, a Inspetoria de Secas tinha em trabalho 220.000 operários que, computada a média de quatro pessoas por família, representavam 880.000 pessoas, sem contar outros tantos empregados em construções ferroviárias, açudes particulares em cooperação com o Governo, prédios para correios e telégrafos, colônias agrícolas ou recolhidos aos campos de concentração (ALMEIDA, 1937, p. 149).

21 É importante salientar que este rendimento mínimo era apropriado pelos grandes proprietários que controlavam, através dos “barracões”, a comercialização inflacionada dos produtos adquiridos pelos trabalhadores. Com isso, movimentava-se mais uma lucrativa máquina dessa “indústria das secas”.

22 Locais instituídos pelo governo para onde a população de retirantes que fugia das áreas mais castigadas pela estiagem era confinada, mantendo-a assim segregada dos centros urbanos.

Nesse sentido, José Américo, ao administrar a indústria das secas, controlando as ações e as vultosas verbas do Ministério da Viação e Obras Públicas, repetia a trajetória de Epitácio Pessoa que, no exercício da presidência da República, ao distribuir a patronagem aos seus correligionários por meio do governador Solón de Lucena, seu fiel aliado e parente, garantiu o ápice da estabilidade ao seu domínio oligárquico (LEWIN, 1993, pp. 280-288).

Na Paraíba, um dos três estados mais beneficiados pelas ações do Ministério (os outros dois foram o Ceará e o Rio Grande do Norte), José Américo, elevado à condição de “redentor” da população sertaneja, consolidava a sua liderança e, controlando as interventorias²³, estruturava a sua base de dominação oligárquica, denominada pela historiografia local de “americismo” (GURJÃO, 1994).

No processo de reestruturação partidária, ocorrido em 1933, obedecendo ainda os moldes da Primeira República, quando os partidos tinham atuação limitada à esfera estadual e obedeciam a um chefe político, a liderança de José Américo já se impunha claramente. Controlando a máquina estatal, ele criou o Partido Progressista (PP), congregando os grupos oligárquicos que participaram da Aliança Liberal e do movimento de 1930, mas também incorporando ex-adversários, os políticos perrepistas ou “carcomidos”, como Américo denominava-os, ampliando assim a sua base de

23 O interventor nomeado para substituir José Américo foi Anthenor Navarro, tenente civil que teve ampla participação no momento revolucionário. Em consequência da sua inesperada morte, em abril de 1932, Navarro foi substituído por Gratuliano de Brito, Secretário do Interior e Segurança Pública no governo de Anthenor Navarro e primo de José Américo. A respeito dessas duas interventorias, cf. Sousa Neto (2012) e Santos Neto (2018).

influência. Nesse momento, os parentes de Epitácio e João Pessoa, suplantados pela liderança americista e ainda esperançosos de darem continuidade ao domínio político do tio, assenhorando-se do espólio deixado pelo ex-governador morto, formaram o Partido Republicano Libertador (PRL). O perfil dos dois partidos, constituído um pelos diversos parentes de José Américo, e o outro, pelos integrantes da família Pessoa, em nada diferia, assim como as práticas eleitorais de ambos, que continuavam marcadas pelo recurso às fraudes e atos de violência.

Nas eleições de 1933, para a Assembleia Constituinte, e nas de 1934, para Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa Estadual, a vitória do partido americista foi absoluta²⁴, consagrando o domínio de José Américo, que também foi eleito como Senador. Nessa ocasião, o candidato do PP ao governo do estado, Argemiro de Figueiredo, secretário de interior da interventoria de Gratuliano de Brito e indicação pessoal de José Américo, também foi vitorioso.

É interessante observar que foi justamente no ano de 1934, ano eleitoral posterior ao ápice da seca de 1932, que o Ministério da Viação e Obras Públicas registrou a sua maior despesa no período do governo provisório, além de ter ampliado a destinação de verbas à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em detrimento de outros órgãos que o constituíam (BARBOSA, 2019, pp. 128-129). Sem dúvidas, era a indústria das secas, por meio do uso eleitoral das verbas ministeriais, em funcionamento para favorecer as

24 Para a Assembleia Constituinte, o PP ocupou todas as vagas disponíveis. Nas eleições de 1934, o partido americista fez os dois senadores, oito dos nove deputados federais e 27 dos 30 deputados estaduais.

facções dominantes.

Foi nessa ocasião, contudo, que se abriu uma das passagens mais obscuras da vida pública de José Américo. Com apenas três meses de exercício de mandato no Senado, ele renunciou ao cargo e também anunciou o abandono da vida política, transferindo a liderança do PP para o novo governador e assumindo um posto no Tribunal de Contas da União.

A explicação por ele dada foi o desencanto com os rumos que a política tomava, retrocedendo às velhas práticas da Primeira República. No entanto, certamente contribuíram os conflitos que ensaiava com o novo governador, ansioso que estava para se autonomizar perante a ingerência americana (CAMARGO e RAPOSO, 1984, pp. 35-36), conforme a carta que lhe foi enviada por Argemiro de Figueiredo deixa transparecer:

Felizmente, pouquíssimo teria concorrido para ela [a decisão de José Américo] a divergência accidental a que alude, com alguns dos meus atos iniciais de governo. Aliás, esse mínimo de mágoa não deixou de surpreender-me e sensibilizar-me, apesar da sinceridade e da delicadeza com que o destila o prezado amigo (...). Fico certo que o caro amigo, pesando tudo em seu alto senso de homem de bem, retificará a parte onde alguns dos meus atos possam aparecer concorrendo para sua renúncia à política. (...) (Carta de Argemiro de Figueiredo a José Américo em 19 de agosto de 1935, apud CAMARGO e RAPOSO, 1984, pp. 500-502).

Conclusão

O fato é que se as verdadeiras razões da renúncia de José Américo à vida pública permaneceram mal explicadas indefinidamente, o seu afastamento concreto foi extremamente fugaz, de forma que, em 1937, ele iniciava sua campanha à presidência da República nas eleições que ocorreriam no ano seguinte. O golpe do Estado Novo abortou o seu projeto de singrar voos ainda mais altos na vida pública e condenou-o ao ostracismo político na Paraíba, que permanecia agora nas mãos dos seus adversários. Com a queda do regime ditatorial varguista, ele voltaria ao cenário político paraibano, liderando seus correligionários e dividindo, com Argemiro de Figueiredo, a chefia da União Democrática Nacional (UDN), cindida em duas alas oponentes: a americista e a argemirista.

Estendo a análise até esse ponto para mostrar o vigor da base oligárquica construída por José Américo quando esteve à frente do Ministério da Viação. Após dez anos afastado da política paraibana, ele não só conseguiu manter a fidelidade e os vínculos com os seus aliados, que passaram todo esse interregno na delicada condição de opositores ao governo estadual, como tornaria, em breve, a novamente liderar a política local, agora na qualidade de governador eleito (1951-1954), ocasião em que voltaria a ocupar a chefia do Ministério da Viação e Obras Públicas no segundo governo Vargas.

Ao analisar a trajetória de José Américo, entre meados das décadas de 1920 e 1930, seja como intelectual ou político, parece-nos clara a ambiguidade que a atravessou: de um lado, emerge em seus escritos a percepção e a sensibilidade

com o sofrimento do povo nordestino, sempre submetido a cruéis relações de dependência e exploração ante os grandes proprietários, pois, para o escritor “há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã” (ALMEIDA, 1988, p. 02); de outro, ao reconhecer a necessidade de superação do poder local oligárquico, submetendo-o a um poder central moderno e racionalizado, o político trouxe para si a tarefa de estruturar esse domínio centralizado, mesmo ao preço da obrigação de “azeitar” a máquina responsável por retirar dos “miseráveis” o pão e o leite de Canaã, o que o transformou, aos olhos desses mesmos “miseráveis”, na “...pessoa importante (...) [que] vem salvar o povo da miséria e [que] pode fazer sua felicidade” (ALMEIDA, 1978a, p. 39).

Referências

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memória**: a “Revolução de 30” na Paraíba. 2006, 167 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

ALMEIDA, José Américo de. **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. Bahia: Duas Américas, 1937.

ALMEIDA, José Américo de. **Memória**: antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

ALMEIDA, José Américo de. **Eu e eles**. Rio de Janeiro: Edições Nosso Tempo, 1978a.

ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**. João Pessoa: A União, 1978b.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 26^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

ASSIS, Guaracy Medeiros de. **A Paraíba pequenina e doida**: José Américo e a revolução de 30. 2005, 179 p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos “brasis”**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). 2019, 170 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAMARGO, Aspásia, RAPOSO, Eduardo. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMARGO, Aspásia, RAPOSO, Eduardo. “A questão agrária: crise de poder e reformas de Base (1930-1964)”. In: Boris Fausto (Org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. 6 ed. Tomo 3. Vol 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 121-224.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e história. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In Jorge Ferreirae Lucília de Almeida Delgado (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 389-415.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus: 1979.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANNA Jr., Mário Cléber M. "Tenentismo e crises políticas na Primeira República". In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 315-350.

LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1992.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida**: a saga de uma vida. Brasília: Instituto Nacional do Livro/Senado Federal, 1987.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930). João Pessoa: A União, 1978.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.

SANTOS, Ruy. “O grande gritador”. In: Tristão de Ataíde et ali. **José Américo**. O escritor e o homem público. João Pessoa: A União, 1977, pp. 304-307.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**. A interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Campina Grande: EDUEPB, 2018.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**. Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo interventorial na Paraíba pós-30**: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934). 2012. 92 p. Monografia. (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/UFPB.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: da planície à borda do altiplano. 2 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

CAPÍTULO 2: Anthenor Navarro: o intelectual e o revolucionário de 1930 na Paraíba

Martinho Guedes dos Santos Neto

Personagem com opinião social e política, Anthenor de França Navarro (1889-1932) transitou entre a elite letrada da década de 1920 e a política revolucionária do pós-1930 na Paraíba. Partindo dessa premissa, este artigo sistematiza os resultados de uma pesquisa que procura discutir sobre a trajetória intelectual e política do segundo interventor paraibano nomeado por Getúlio Vargas. Para isso, dissertamos sobre a movimentação cultural da década de 1920, a produção literária e jornalística e, ao gosto das elites letradas da capital paraibana – a cidade da Parahyba do Norte, identificamos os caminhos percorridos por Anthenor Navarro em sua trajetória de formação, atividade intelectual e política.

Nesse contexto de intensa atividade cultural, as revistas, os jornais e os folhetins em circulação na Paraíba bebiam dos ecos da Semana de Arte Moderna (1922)²⁵, ocorrida em São

25 A produção cultural da Paraíba dos anos 1920 pode ser observada no grande número de periódicos que circulavam no período: jornais como *A União*, *A Tarde*, *O Educador*, o *Diário Popular*, *O Combate*, *O Jornal*, *Diário do Povo*, *Correio da Manhã*, *O Liberal*, *Diário da Parahyba*, *Jornal do Norte e Ação*, além dos periódicos que circulavam nas cidades de Areia, Mamanguape e Campina Grande. Em meio a essa efervescência, um grupo de poetas e escritores se destacou: Perylo Doliveira, Américo Falcão, Leonel Coelho, Eudésia Vieira, Carlos Dias Fernandes, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Ademar Vidal, entre outros. Essa movimentação cultural era divulgada, basicamente, no jornal *A União* e na revista *Era Nova* (BARBOSA FILHO, 1985, p. 481).

Paulo, e que propunha uma leitura e uma interpretação dos problemas brasileiros assentada no entendimento do Brasil a partir das referências da cultura nacional. Inserida em um universo que respirava os ares da modernidade, cuja representação produziu uma “visão cumulativa e linear, responsável por experiências sensoriais atreladas à conquista da velocidade e a um estilo de vida cosmopolita e metropolitano, teatralizado, com requintados hábitos de consumo de lazer característico dos centros urbanos” (CHAGAS, 2010, 41), na cidade da Parahyba do Norte:

[...] as elites se apropriaram dos emblemas modernos e os vivenciaram cotidianamente. Nessa trama, a propaganda veiculada nos periódicos foi utilizada como recurso capaz de divulgar as novidades na arte de viver modernamente. Assim, a leitura de jornais edificou-se como hábito dos homens e mulheres modernos, transformando-os em anônimos comentaristas dos fatos e ao mesmo tempo, consumidores dos produtos anunciados nas páginas dos jornais. Nessa perspectiva, o que era ser um homem ou uma mulher moderno/moderna? Na Parahyba, esse conceito também assumiu vários significados, a exemplo de “estar bem vestido”, “morar na área central da Capital”, “expressar-se bem em público”, “frequentar o cinema, o teatro” e “consumir os artigos de luxo importados da Europa”. Não havia um único emblema que condensasse a nova realidade, mas emblemas em que estavam manifestadas várias possibilidades de se portar (CHAGAS, 2010, p. 41).

Ainda que, sob a influência da Semana de Arte Moderna de 1922, fosse proposta a quebra dos influxos da cultura europeia, observou-se que grande parte do que se pôde considerar como moderno se caracterizou como elitista e definidor de um lugar social que só a elite conseguiu absorver de forma ampliada, com a posse dos meios de disseminação, como jornais e revistas, para promover um padrão de consumo e cultura eurocêntrico. As ruas da cidade da Parahyba do Norte ofereciam à elite uma diversidade de elementos de distinção social, como lojas e propagandas, que eram veiculados para oferecer um conceito com vários significados para o ser moderno, como, por exemplo, “estar bem vestido”, “morar na área central da Capital”, “expressar-se bem em público”, “frequentar o cinema, o teatro” e “consumir os artigos de luxo importados da Europa”.

Na cidade da Parahyba do Norte, os signos da modernidade projetaram uma elite letrada urbana formada por uma classe média comercial que conseguiu ascender pela formação bacharelesca. Embora essa ascensão tenha sido ampliada depois de 1930, os “coronéis de anelão”, “herdeiros dessa elite urbana de profissionais liberais, constituíram o tipo social mais expressivo das camadas médias tradicionais [...]” (SAES, 1984, p. 107), que visualizaram:

[...] no diploma o instrumento eficaz de subida nos patamares sociais. Ser médico, engenheiro, advogado ou padre são estados profissionais que honram as famílias de elite, mas, sobretudo, realizam os anseios de “vencer na vida” dos cidadãos de nível social médio. Médicos, advogados, engenheiros, para se firmar no conceito comunitário, além de portarem anelões e de

distinguiam-se como honrados profissionais, tinham que ser letrados, isto é, tinham que possuir “boa formação de espírito” e talento (LIMEIRA & FORMIGA, 1986, p. 8).

Essa trilha de subida nos patamares sociais pode ser percebida pelos filhos de comerciantes e herdeiros de grandes produtores da Paraíba que fizeram da formação bacharelesca um elemento de distinção social e, ao mesmo tempo, de referencial de boa educação. A elite paraibana da década de 1920 esteve imersa em um contexto social e político que respirava os ares da modernidade e que procurava estabelecer bem seu lugar social e sua participação política. Seus atores estavam imersos nos contornos da ordem oligárquica e fizeram da escola e da formação graduada os requisitos essenciais para transmitir as noções de cidade moderna e de urbanização, como fatores necessários para a construção da vida moderna que se anunciava e, conseqüentemente, ocuparam os espaços do poder e da política.

Anthenor Navarro: um acadêmico e um crítico de arte

Foi nesse contexto de chegada dos signos da modernidade cultural, de transformação do espaço urbano da cidade (chegada da luz elétrica, calçamento das ruas centrais da cidade, chegada do trem de ferro, estabelecimento de códigos de conduta, entre outros) e de formação bacharelesca que se inseriu Anthenor de França Navarro, nascido na cidade da Parahyba do Norte, em 31 de agosto de 1899. Era filho de Francisco Xavier Navarro e Maria das Dores Espínola de França Navarro, conhecidos, respectivamente, como Chico

Navarro e Yayá (BURITY, 2000, p.7-9). Dessa união, nasceram os filhos Alceu, Anthenor, Mirócem, Francisco, Severina, Maria das Mercês e Maria Margarida. Seu pai foi comerciante em Mamanguape e, posteriormente, instalou-se na cidade da Parahyba do Norte em busca de novas condições de vida, onde inaugurou a Madeiraria F. Navarro e Filhos e a Serraria Navarro²⁶.

A madeireira e movelaria de Chico Navarro construiu uma boa reputação entre as famílias de classe média da cidade devido à variedade de artigos e ao requinte dos móveis produzidos. Isso possibilitou a inserção da família França Navarro nos círculos sociais da elite da cidade da Parahyba do Norte, com participação nos diversos clubes, como o requintado Sport Club Cabo Branco, e no quadro de sócio da Associação Comercial da Paraíba, de cuja diretoria fez parte Francisco Navarro em 1916.

O segundo dos sete filhos de Chico Navarro, Anthenor, tinha uma estatura mediana, olhos pequenos e míopes, voz mansa, cabelos curtos e escuros, um temperamento tranquilo, era educado e considerado como extremamente honesto por familiares e amigos próximos. Anthenor iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora das Neves e concluiu-os no Colégio Diocesano

26 Informações coletadas no site: www.navarros.hpg.ig.com.br, acessado em 05 ago. 2006. No jornal *A União*, de 1930 a 1932, existem vários anúncios desse estabelecimento comercial, assim como na Revista *Era Nova* de 1922 a 1925, no jornal *O Jornal*, os anúncios são cotidianos, e as propagandas anunciam o requinte e a versatilidade dos móveis produzidos. Vários são os anúncios da F. Navarro & Filhos, que se localizava na Rua Maciel Pinheiro, n.º 452/495. A Movelaria Navarro também fazia exposições de artes, vendas de máquinas de costura modernas e tapetes artísticos e pianos, que, frequentemente, eram noticiados nos jornais e nas revistas da capital paraibana e chamavam a atenção da elite local (JORNAL O COMBATE, 03 de nov. de 1923 e 24 de out. de 1924); (REVISTA ERA NOVA, jul., 1925, n.º 25).

Pio X, dos irmãos maristas²⁷. Mais tarde, seguiu para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Pio Americano, no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica, sendo diplomado como engenheiro geógrafo em 1921 (RIBEIRO, 1981, p.1).

Entre os anos de 1915 e 1921, Anthenor Navarro dividiu suas atividades entre os estudos no Rio de Janeiro e seus retornos à capital paraibana. Depois de 1921, quando já havia se formado em engenheiro geógrafo, dividiu suas atividades ainda entre o Rio de Janeiro/São Paulo²⁸ e a cidade da Parahyba do Norte, com uma participação ativa no meio social e em eventos organizados no Sport Club Cabo Branco, fundado em 1915, cujo presidente era seu irmão Mirócem Navarro. Esses anos de formação acadêmica e o início de suas atividades profissionais foram de intensas atividades intelectuais no estilo crítico e com posicionamentos políticos.

A trajetória intelectual de Anthenor Navarro, nos anos de 1920, esteve voltada para o grupo social a que pertencia. Seus textos estiveram mais próximos dos interesses de uma elite

27 O Colégio Nossa Senhora das Neves, localizada na capital paraibana, formava os filhos da classe média urbana local. Embora essa instituição, entre 1896 e 1924, fosse mantida por instituições religiosas e voltada para a educação de crianças do sexo feminino, em 1906, passou a admitir classes de crianças do sexo masculino e alguns filhos de trabalhadores. Já o Colégio Diocesano Pio X foi mantido pelos Irmãos Maristas frequentado por grande parte da elite paraibana da década de 1920 que, posteriormente, matriculava-se no Curso de Direito da Faculdade de Recife ou nos Cursos de Medicina e de Engenharia no Rio de Janeiro.

28 Em 1921, depois de concluir o Curso de Engenharia, Anthenor Navarro buscou se estabelecer profissionalmente na cidade de São Paulo, onde trabalhou como engenheiro da prefeitura e da Companhia construtora de Santos, responsável por alguns projetos urbanísticos. Entretanto, retornou ao Rio de Janeiro e fundou a Firma Engenharia Vidal, Navarro e Alcoforado, responsável pelo projeto de urbanização do Bairro Braz de Pina. Atualmente, nessa cidade, existe uma avenida com o nome Anthenor Navarro, situada no Bairro de Braz de Pina. O Decreto de abertura da rua tem o n.º 3990, de 18 de agosto de 1932. Antigamente fazia parte da Estrada do Porto de Irajá. Informação adquirida no site Arquivo do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: www.rio.rj.gov.br Acessado em 04 jun. 2020.

letrada, como produtor de bens simbólicos e esteve envolvido, de forma ocasional, com as questões políticas. Portanto, podemos auferir que sua produção intelectual procurou transmitir elementos de uma cultura erudita, mas, ao mesmo tempo, despertar a atenção dos envolvidos no círculo do poder político pela capacidade de interpretar e produzir visões de mundo (LIMA, 2008, p. 25), porque:

(...) os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997, p. 11).

Nesses termos, quando consideramos os signos da modernidade na cidade da Parahyba do Norte, também observamos os usos da produção cultural oriunda desses signos. A relação estabelecida visou construir sentidos, dar ideias e elaborar raciocínios convincentes para elevar a vida cultural dos paraibanos letrados com o uso das palavras e das análises produzidas, tanto no universo das artes quanto no campo do poder. Nesse espectro, podemos inserir Anthenor Navarro como um representante da elite letrada da Paraíba dos anos 1920 e um indivíduo socialmente engajado no clube dos que tentaram traduzir elementos de uma cultura cada vez mais rebuscada e alinhada à herança cultural eurocêntrica.

Os anos vividos no Rio de Janeiro e suas idas a São Paulo

lhe possibilitaram ter contato com uma vivência cultural que não se via na Paraíba. A participação na Semana de Arte Moderna de 1922, com Mirócem (irmão de Anthenor), Mário Pedrosa e Ademar Vidal, intensificou sua produção e seus escritos como crítico de arte. Nesse momento, também vimos um Anthenor Navarro ligado a um grupo que nutria afinidades, desde os anos dos estudos primários no Colégio Nossa Senhora das Neves, e que participava ativamente da vida literária e jornalística do estado.

Desde a mocidade, Ademar Vidal, Mário Pedrosa e Anthenor Navarro procuravam estar antenados com

[...]várias revistas de jornais europeus, como *Le Figaro*, *The Time*, *Le Monde*, *Nouvelle Revue Française*, *L'Humanité* e outras publicações, até o diário monarquista do jornalista e escritor Léon Daudet (1867-1942), *L'Action Française*, com seus longos artigos de louvor à Coroa. Era um grupo coeso que priorizava a leitura e a discussão (BURITY, 2010, p. 77).

Os anos de 1922 e 1925 foram de intensa produção literária e jornalística. Anthenor Navarro foi redator/secretário do Jornal *A União* (1924-1927), redator-gerente do jornal *O Combate* (1924) e secretário da Revista *Era Nova* (1921-1924), na qual seus escritos estiveram voltados para a crítica das artes. Publicou muitos artigos em que analisava performances de peças teatrais, concertos e óperas, bem como obras de poetas e romancistas franceses, como Romian Rolland (1866-1944):

[...] já me impuzera, há muito, essa insuficiente de vulgarização da figura mais nobre da cultura européa do momento actual, de um francez que ficou, sosinho, censurado

acrememente a França através da guerra, e que acusado de germanóphilo [...]. Seus escritos reflectem, sobretudo, seu temperamento, porque para Romian Rolland *“les âmes sont beaucoup plus importantes que les idées, et il est beaucoup plus important que les idées, et il est beaucoup plus un “animiste”, si je puis dire, qu’un idéaliste”*. [...] Como Beethoven, elle crê na humanidade com suas próprias forças, e uma das objectivações desse sonho na opinião de muitos, é a internacional do pensamento, a obra de aproximação intelectual dos povos pela renovação do ideal velho cansado e anachronico da sociedade actual. Essa victoria, porém, elle a consguirá com sua formula, adoptada por Clarté, da revolução dos espíritos, e esposada aqui na América por Ingenieros [...] (Revista ERA NOVA, 1923, p. 28-30).

Nesse artigo, Anthenor Navarro discute a herança literária de Romian Rolland, com o objetivo de apontar a valorização da cultura europeia, cujos elementos buscam perceber a leitura humanista do escritor e crítico francês. Romian Rolland foi um dos mais destacados críticos musicais e novelistas da França dos anos 1920. Nobel em literatura, em 1915, exerceu considerável influência sobre a disseminação da cultura literária e novelista da França nas primeiras décadas do século XX. Suas obras e suas críticas musicais influenciaram Anthenor Navarro, sobretudo, quando consideramos a perspectiva da constituição de um ideal de renovação da sociedade.

Do ponto de vista de Anthenor Navarro, a cultura clássica, refinada e de influência europeia, deveria se apresentar como constante no cotidiano, e o conhecimento musical de

obras universais deveria compor o espectro formativo das pessoas. Essas ideias foram traduzidas, principalmente, na coluna “Ecos de Artes”, da Revista *Era Nova*, e em notas constantes de valorização e acesso a concertos e incentivos a prêmios como o “Prêmio de Piano”, defendido na Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1923, que buscava estimular o gosto pela música das alunas da Escola Normal da Paraíba: “o premiado ficaria obrigado a executar dois concertos, um em benefício próprio e outro em favor de uma instituição de caridade” (O COMBATE, 1923, p. 1).

É preciso perceber que os incentivos decorrentes de uma discussão que coloca a cultura clássica como erudição estavam assentados no universo elitista da sociedade paraibana da década de 1920. A Escola Normal, por exemplo, fundada em 1884, na Paraíba, obedecia a uma lógica de formação de professores com a “finalidade de regenerar moralmente as massas incultas rumo ao desenvolvimento social e econômico [...]. Nesse sentido, a formação docente foi matizada pelo ideário da ilustração e do progresso social” (ARAÚJO, 2010, p. 79).

Portanto, as referências para institucionalizar um prêmio de piano eram direcionadas a uma parcela dessa elite local, cuja formação no magistério reforçava o reconhecimento social das aspirantes a professoras de primeiras letras. Para isso, era necessário conhecer as obras de compositores clássicos como um definidor de qualidade e, portanto, o alinhamento “internacional do pensamento [como] obra de aproximação intelectual dos povos”.

Outro aspecto que pode ser percebido nesse texto escrito na Revista *Era Nova*, de 1923, é a referência aos engenheiros

como propulsores de uma revolução dos espíritos na América. Isso situa Anthenor Navarro no espectro social do academicismo como elemento de distinção e fomentador de credibilidade para o desenvolvimento e a clareza das mentes. Nesse contexto, a organização do sistema e da sociedade “aliava-se ao mito da capacidade e da qualificação dos intelectuais, aos quais esses grupos de profissionais eram sensíveis” (SAES, 1984, p. 50), estabelecia uma forte relação entre o liberalismo oligárquico e à leitura de mundo das camadas médias tradicionais urbanas. Nesse sentido:

As camadas médias tradicionais tornaram-se, guardiãs do sistema político oligárquico. A caracterização pejorativa e irônica da Primeira República brasileira como a “República dos bacharéis” é um indício do papel político desempenhado pelas camadas médias tradicionais no interior do sistema político oligárquico (SAES, 1984, p. 52).[...] o mundo dos “homens cultos”, do “trabalho intelectual” e dos títulos honoríficos não era o seu; o que era uma visão global do mundo nas camadas médias tradicionais não poderia transformar-se em ideologia política nas baixas camadas médias (SAES, 1984, p. 62).

Ao apontar essas questões, consideramos que as vinculações sociais e políticas de Anthenor Navarro estavam próximas dos grupos de poder que governavam a Paraíba na Primeira República (1889-1930). As ligações da família Navarro com a Associação Comercial da Paraíba, esteio da elite produtora do estado e onde se encontravam alguns dos

aliados do grupo epitacista²⁹, possibilitam-nos entrever que seus posicionamentos não colocariam em evidência o ordenamento de poder constituído, mas buscava estabelecer um *locus* de distinção social quando fomentava o “mundo dos homens cultos”.

Nesse aspecto, a produção intelectual de Anthenor Navarro analisava a cultura clássica como uma classe social da qual fazia parte e que frequentava os salões do Clube Cabo Branco ou os cafés e as lojas das ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, na capital paraibana, folheando as páginas da Revista *Era Nova*, da Revista *A Novella*, do jornal *A União* ou jornal *O Combate*. Grande parte dos seus artigos publicados nessa revista, na coluna “Ecos de Arte” ou nos jornais colocava em evidência os referenciais que pretendia disseminar para uma sociedade urbana de características ainda pouco modernas, como, por exemplo, o fomento a uma cultura cinematográfica:

Toda campanha deve ser em favor da cinematographia brasileira. Precisamos ter a

29 Segundo Irene Rodrigues Fernandes, o presidente da Paraíba, Castro Pinto (1912-1915), mantinha relações muito próximas com a Associação Comercial da Paraíba. Da mesma forma que o apoio da Associação à eleição de Eptácio Pessoa para presidente lhe permitiu “exercer seu papel dentro da composição do bloco de poder, ou seja, assegurar a base de legitimação do Estado oligárquico, como condição própria do grupo que a compõe” (FERNANDES, 1999, p. 242-243). É necessário esclarecer, também, que a Paraíba da Primeira República esteve sob o domínio político de dois grupos oligárquicos fortes: o grupo alvarista (*alvarismo*), montado por Álvaro Machado, segundo governador da Paraíba no período republicano, que determinou os rumos da Paraíba republicana de 1892 a 1912 e fundou o Partido Republicano da Paraíba (PRP), de modo a conduzir a política paraibana em favor dos seus correligionários; e o grupo epitacista (*epitacismo*), denominação que recebeu o grupo político que estava sob a liderança de Eptácio Pessoa. De 1915 a 1930, o epitacismo ditou os caminhos da política estadual e ficou conhecido como “ordem de Eptácio”, cujo direcionamento dividiu politicamente a Paraíba entre os que estavam a favor de Eptácio Pessoa e os que estavam contra ele.

industria cinematográfica [...]. Cinema na Parayba é cousa assim como o telephone e a Empresa de luz. Ninguém liga ao serviço: se é bom ou máo. O Rio Branco é um templo de velharias [...], a linha de films do Morse é optima. Produccões da Universal, Paramount e da Fox. Em compensação, o salão é detestável. A projecção é tremula e a pellicula parte-se de cincoenta em cincoenta metros (Revista ERA NOVA, 1921, p.8).

Para o autor, a Paraíba precisava avançar na qualificação dos seus incentivos culturais, e os paraibanos deveriam se interessar por construir espaços de refinamento cultural, cujos referenciais seriam as produções norte-americanas. Temos, portanto, uma ferramenta que busca, por meio das definições do campo cultural, modelar a existência do mundo social e “definir quem é o melhor ou o pior escritor, [...] quais as músicas devem ser ouvidas ou esquecidas, [...] quais livros devem ser lidos – no limite, definir o que é literatura, [o que é cinema], o que é arte e o que é ciência” (ARRUDA, 2017, p. 71. Adendo nosso).

A intelectualidade paraibana colocava-se “como prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2000, p. 20). Isso significa entender que sua produção intelectual respondeu tanto à organização de um aparelho de hegemonia, quanto à fomentação da organização da sociedade em geral, para validar ou invalidar os bens simbólicos em disputa (na leitura de Bourdieu), com o reconhecimento, o prestígio e a autoridade de determinado grupo.

Essas afirmações decorrem do conjunto cultural (na acepção de Gramsci) que seus textos e suas análises pretendiam

expor. Em suas críticas sobre espetáculos teatrais e peças musicais, percebemos uma construção analítica que colabora com um padrão de cultura e de acessos que grande parte da sociedade paraibana da década de vinte não absorvia, mas eram disseminados pelos veículos de imprensa da capital paraibana.

As notícias sobre exposições, cinema e algumas raras peças teatrais que ocorriam na capital ocupavam espaço com as fotos dos ícones da arte e do cinema internacional, resultantes da participação de Anthenor Navarro nos espetáculos que havia na Paraíba e no Rio de Janeiro, com o objetivo de deixar as elites locais informadas e atualizadas e de respaldar as novas modas e um padrão de comportamento que buscava alinhar a ordem social da Paraíba. Vejamos alguns exemplos:

As figuras trágicas ou dramáticas do palco tem mais contacto emocional com o público que os artistas da tela. No cinema a emotividade é provocada por um conjunto de circunstancias dentre as quaes o artista é simplesmente uma delas. [...] No teatro é um tanto mais difficil a emoção quanto o ridículo alcança com mais facilidade as scenas de dor mal jogadas. [...] Já assisti a um desses exemplos. Representava-se, no Theatro Municipal, do Rio a peça L'Aiglon de Rostand, fazendo a sra. Nina Sanzi o papel "travesti" do desventurado filho de Napoleão (Revista ERA NOVA, 1924, p. 30). [...] ainda tenho nos ouvidos a lembrança desses grandes mestres que a philarmônica de Vienna revelou ao Rio de Janeiro; principalmente Stravinski, o genial russo que, hoje, é no mundo a maior figura

musical. [...] É portanto explicável, que em pouco tempo de frequência de teatro, 10 anos, eu tenho cansado de alguns gêneros. [...] Nunca escrevi uma peça de teatro. Conheço os bastidores de teatro porque quando frequentava os ensaios do maestro Weingarthner, no Teatro Municipal, a entrada era feita através do palco. E nesse rápido convívio com cantores tive a oportunidade de conhecer alguns mais de perto e auscultar-lhes as idéias, a cultura geral. Na maioria são de uma lamentável ignorância. E isto não é ofensa aos artistas. Não se lhes pode exigir cultura por menor que seja (O COMBATE, 1924, p. 3).

Nos trechos acima, percebemos os lugares e os espaços frequentados por Anthenor Navarro, permeados por uma intensa vida cultural e, ao mesmo tempo, pela busca de entender os espetáculos vivenciados. Suas análises trazem a tentativa de demonstrar intimidade com os temas abordados de forma a construir “certo” padrão de cultura pelas referências do teatro, da música e do cinema. Assim, a propriedade que estabelece com suas análises busca fomentar um padrão desejável de conhecimento, ainda que não se possa “exigir cultura por menor que seja”.

A crítica publicada no jornal *O Combate* traz a resposta para a carta de uma leitora sobre uma recente peça encenada no Teatro Santa Roza, da capital paraibana. Em seu texto, Anthenor procura estabelecer uma distinção remetida às suas “lembranças dos mestres que a philharmonica de Vienna revelou ao Rio de Janeiro” e traz um pouco das vivências do autor, também possibilita perceber a dinâmica dos acontecimentos culturais da época e seus referenciais.

Nesse trecho publicado no jornal *O Combate*, Anthenor também apresenta o que foi um dos seus maiores interesses: a música. Em todos os seus escritos sobre música, ele procurou definir o que seria considerada uma boa canção e estabelecer padrões de conhecimento sobre o que, em sua opinião, deveria ser considerado como música de boa qualidade:

Em meios artísticos como o nosso, a distinção que se faz entre música clássica e musica [...] não clássica, dançante (!), é confusa, sem fundamento e arbitrária, mesmo entre os espíritos bem formados na matéria [...], essa afirmação banal e repetida de que é clássico o que não agrada ao nosso ouvido póde ser justificada; entretanto se considerarmos que grande parte da boa música, exigindo uma educação adeantada, não é bem recebida por temperamentos primitivos, cuja sensibilidade não se desenvolveu ainda. [...] já é tempo de nossos pianistas e violinistas abandonarem essas phantasias de óperas que só à força do gramophone e do realejo, conseguiram infiltrar-se no meio, açambarcando o mercado artístico. [...] Deveriamproibir que suas alumnas executasse musicas que não fossem originaes, dando-lhe o melhor da cultural geral, porque sem ella ninguém será virtuose nem mesmo na arte de fazer barulho (Revista ERA NOVA, 1921, p.6).

O maestro Oscar da Silva ouvido pelo mundo inteiro [...]tem uma técnica maravilhosa de virtuosese que não a desperdiça em gymnasticas inúteis [...] discípulo de Clara Schumaann, ele aprendeu quase com o próprio mestre, pois todos sabem da identidade absoluta de temperamento no ilustre casal, aquella serenidade de intelligencia, uma quase mysticismo de emoção. O que há de eloquência em Brahms, há de meia tinta, doçura e calam na música de Schumann. A paixão nelle

é moderada na dor que se esconde e reprime. Schumann não fere o ouvido de ninguém. Nem mesmo de um índio. Também poucos peneiram os quase-segredos de sua emotividade, dos seus queixumes sorridentes, de lábios sangrentos que sustentam uma flor de paixão. Em Chopin a paixão toca pelos extremos da eloquência, à renúncia. É uma alma aberta.[...] São exculpturas musicais para uma nacionalidade. Monumentos de amor a pátria e exaltação guerreira que colocam a Polônia na sympathia do mundo. Pelo gênio de Chopin ainda vive a Polônia.
[...] A inspiração de Oscar da Silva é delicada e vibrante [...]. Enfim, é um grande artista que a Parahyba hospeda (Revista ERA NOVA, 1924, p.6).

Dos trechos acima, podemos perceber a reflexão sobre a disseminação de uma cultura qualitativamente acessível e com refinamento para apreciar a boa música, que deveria ultrapassar as repetidas modas musicais dos anos 20. Anthenor Navarro descreve um modo de experimentação musical destradicionalizado, intimista e de refinamento que deve ser buscado por todos, como elemento de distinção e de acesso ao “melhor da cultura mundial”, pois fomentava bens simbólicos que expressavam muito mais o ordenamento social da elite e seu refinamento social e cultural³⁰. Em suas reflexões musicais, ele teve o amigo professor de

30 Nos anos 1920, as transformações modernizantes e culturais da capital paraibana traduziam esses elementos de distinção da elite local. As escolas, as salas de música e as aulas de francês ocupavam espaços que promoviam a inspiração de uma conduta moderna afrancesada e indispensável a uma boa formação: “os intelectuais incorporaram em seu cotidiano a leitura obrigatória de romancistas e poetas franceses [...]. Ser moderno não significou apenas consumir e incorporar as novas necessidades gestadas, mas também dispor e vivenciar momentos de lazer [e cultura]” (CHAGAS, 2004, p. 143. Adendo nosso).

música, Gazzzi de Sá³¹, com quem apreciava Frédéric Chopin, Wagner, Listz e Villa Lobos. Ambos também proferiram palestras sobre música e promoveram eventos musicais, como, por exemplo, o concerto sinfônico, no Teatro Santa Roza, em 1921, com o apoio do Centro Paraybano do Rio de Janeiro e sob a regência do maestro Camilo Ribeiro (RIBEIRO, 1981, pp.11-45; BURITY, 2000, pp.11-12).

Essas reflexões, constantemente divulgadas pela imprensa local, buscavam estabelecer um modelo de comportamento e convivência social que se distanciava muito de grande parte da população paraibana. As transformações estruturais e os eventos culturais propagados eram uma tentativa de estabelecer padrões de comportamento e condutas de uma população ainda imersa em uma cultura interiorana e com pouco refinamento social. Os sucessivos projetos de modernização impulsionados pelas elites locais na cidade combinaram ações políticas e morais de controle social da pobreza urbana com os esforços de produção de lugares, de fachadas e de uma cultura modernizante para uso próprio.

31 Foi músico e professor. Destacou-se por sua particularidade de repertório. Foi o professor de piano que introduziu o estudo de Johann Sebastian Bach na Paraíba e o primeiro professor a desbravar o canto coral no estado, realizando apresentações com seus alunos. Em 1929, Gazzzi de Sá montou uma escola de música em sua residência, onde ministrava aulas de piano, teoria musical e canto. Atualmente, a escola chama-se Escola de Música Anthenor Navarro, mantida pelo governo do estado.

Outras ideias e posicionamentos “revolucionários”³²

A produção intelectual de Anthenor Navarro, defensor de uma cultura clássica e erudita, com base em referenciais da Europa, também foi contemporânea a outras ideias e outros posicionamentos sociais, que podemos colocar como mais engajados. Entretanto, não se trata de perceber um Anthenor de rupturas profundas, mas um agente político atento às questões colocadas por seu tempo. Imerso que estava na efervescência social e modernizadora dos anos 1920, na Paraíba, o recrudescimento da conjuntura política e social do estado também contribuiu para seus escritos e os influenciaram.

O grupo paraibano que morava no Rio de Janeiro, no início dos anos 1920, era muito influente na área artística e abrigava artistas que mantinham laços de amizade entre si, como o pintor Santa Rosa e o escritor José Lins do Rego, que moraram juntos; o crítico Rubem Navarra; o escritor José Américo de Almeida; o empresário e jornalista Assis Chateaubriand; o acadêmico de Direito Adhemar Vidal; Mário Pedrosa; o crítico Simeão Leal e o usineiro Odilon Ribeiro Coutinho, ao passo em que carregava de idealismo alguns dos primeiros escritos desse grupo. Tem-se como exemplo a tentativa de publicar um jornal de esquerda, denominado de *Renovação*, que não chegou a ser editado, mas foi anunciado em nota nas páginas do jornal *O Combate*, de 13 de outubro de 1923: “[...] nós nos

32 As análises e discussões colocadas nesse tópico foram desenvolvidas, com modificações, a partir do livro: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Campina Grande: EDUEPB, 2018. Em especial, partes do segundo e do terceiro capítulo.

dirigimos, sobretudo, – nossos braços abertos – aos moços, como nós, idealistas pelo entusiasmo e realistas pela cultura [...]. Para gaudio da burguesia assustadiça, empecilhos de tempo e de espaço impossibilitaram a saída do periódico”. Nessa nota, podemos entrever o idealismo dos autores, que também foi reforçado por José Joffily quando transcreveu um trecho do editorial pensado para o jornal *Renovação*:

As mãos dadas, nós formaremos espiritual e inquebrantável, uma corrente de solidariedade internacional contra os imperialismos de toda sorte, os ridículos preconceitos nacionalistas, as bárbaras e anacrônicas instituições militares e todas as forças reacionárias da tradição, a religião, as práticas absorventes, as famílias egoístas, direito, o capitalismo, os exércitos e as esquadras (JOFFILY, 1979, p. 158).

Ainda que situemos esses textos de Anthenor Navarro no início de sua carreira jornalística, suas ideias possibilitam perceber o entusiasmo e a idealização de uma transformação que começaria pela propagação de uma cultura esclarecida e moldada pelo momento revolucionário da Rússia de 1917. Havia uma tentativa de se opor às “forças reacionárias da tradição” e às “práticas absorventes” de uma conjuntura, cujas ideias estavam cada vez mais ampliadas pelas transformações sociais dos anos 1920 – isso no Rio de Janeiro e em São Paulo.

As transformações culturais e sociais dessas capitais não tiveram a mesma efervescência na Paraíba. A euforia dos anos 1920, com a visita de artistas, concertos e uma imprensa que divulgava essas transformações culturais e sociais, trouxe mais perplexidade e nostalgia do que propriamente uma tentativa

de compreender o que estava acontecendo naquele momento. Dessa maneira, por mais que houvesse um questionamento de ordem mais geral à política dos governadores e à sociedade, as quebras ou rupturas não tiveram efeitos práticos no ordenamento sócio-político do estado, pois se caracterizavam como divulgadores do movimento modernista, que alvoroçava e agitava a vida literária na década de 1920. A publicação da revista *A Novella*, em 1922, tinha essa finalidade:

Para os idealizadores de *A Novella*, Ademar Vidal e Antenor Navarro, “um dos principais objetivos era de interferir modesta e lealmente na educação intelectual da nacionalidade”. Percebe-se aí o esforço da conquista de Vidal e de Navarro, da possível recepção do público-leitor. Na palavra de Ademar Vidal, *A Novella* é “a precursora no Nordeste, do Movimento Modernista promovido em São Paulo”. A revista marcou época nos anais do jornalismo da capital, pela sua feição literária [...] (ROSA, 2006, p. 33).

Isso nos leva a perceber uma trajetória de formação escolar e acadêmica como parte integrante de uma elite simbólica, com discursos autorizados e dotados de privilégios. Portanto, interferir na modesta educação intelectual significava também fazer valer o capital de relações sociais e transitar nas esferas das relações de poder, ainda que os espíritos expressassem ideias revolucionárias, como o artigo publicado no jornal *O Combate* sobre a Rússia revolucionária de 1917:

[...] É porque a Rússia começa a sentir os efeitos bons do novo estado de coisas. E grande parte disso tudo pertence em acção

e intelligencia a Lenine. Sua morte para o mundo bueguez pode ser um alívio, o accordar dum pesadelo, um covarde sentimento de segurança e conforto. Para os moços, entretanto, para os que aceditam em uma nova era para a humanidade, para aquelles que crêm na força formidável das ideias sempre novas na reacção da mocidade contra a rotina, para esses a morte de Lenine representa além de tudo um symbolo. É que seu pensamento ficou. Está ahi diffundidona Rússia, e no mundo inteiro. Sua acção continuaria pela força própria, pelo instinto próprio, porque é força humana, surgida e creada dentro da humanidade (JORNAL O COMBATE, 1924, p.1).

Anthenor aspirava a uma ideia revolucionária de mundo que preconizasse uma nova era para a humanidade, até então mergulhada na rotina – que pode ser entendida como atrelada aos interesses de poucos e subscrevia uma perspectiva de governo que não estava voltado para a burguesia. Essas ideias trouxeram o ideário combativo, favoreceram a aproximação com os ideais mais radicais dos tenentes da década de 1920 (SANTOS NETO, 2018, p. 70) e não se excluíram das questões colocadas pela política local. Em 1926, quando ainda morava no Rio de Janeiro, na festa de Nossa Senhora das Neves, realizada na cidade da Parahyba, circulou o jornalzinho *A Bomba*, que trazia uma poesia atribuída a Anthenor Navarro com o propósito de agredir João Dantas e João da Matta: “Falleceu o dr. João Dantas/Jornalista e advogado/que no meio dos piratas/tinha seu nome tomado [...]. Foi um pirata de forma/teve uma vida de insônias,/fez cousas do arco da “velha”/com diversas Estephantias” (Poema

Epitaphios – Jornal de Festa *A Bomba*, 1926).

A Bomba refletiu a polarização política na Paraíba. Embora tenha circulado apenas um dia, o jornalzinho deixa perceber a dimensão dos ataques feitos aos opositores do epitacismo. Suas relações políticas estreitaram sua proximidade com os epitacistas, o que contribuiu para que, em 1928, Anthenor Navarro assumisse o cargo de diretor da Repartição de Água e Esgoto da capital, no governo do presidente João Pessoa (1928-1930), onde desenvolveu, com seriedade, as atribuições de sua pasta. As obras empreendidas por ele reestruturaram o sistema de abastecimento e regularizaram o fornecimento de água da capital (SANTOS NETO, 2018, p. 74).

Se, de um lado, sua produção intelectual foi elitista; de outro, suas ideias políticas revelaram posições revolucionárias e sua perspectiva moralizadora da política brasileira o levou a atuar como um dos principais articuladores do levante de 1930, na Paraíba, próximo do ideário tenentista.

Mergulhada nos acontecimentos resultantes do assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, e no consequente desenrolar do movimento de 1930, a Paraíba viu-se compelida a um modelo de administração nos moldes de uma moralidade saneadora à altura das pretensões revolucionárias daqueles primeiros instantes. Dessa feita, quando Anthenor Navarro foi escolhido para assumir a interventoria da Paraíba, o editorial do jornal *A União* o saudava com “a certeza de que a Revolução entra[ava] no seu aspecto objectivo, na sua feição constructora de saneamento moral dos costumes políticos pela seleção de capacidades” (*A UNIÃO*, 1930, p. 3. Adendo nosso).

A União, ao reverenciar a escolha de Anthenor Navarro como uma seleção de capacidades, pressupôs a busca de

um conceito administrativo longe das práticas políticas oligárquicas e a construção de um saneamento moral de costumes e ações políticas refletidas nas bases da administração do “mártir da revolução” – João Pessoa –, cujo fim seria a instauração de uma nova ordem sócio-política. Assim, a organização do estado, nos moldes do que propunham os revolucionários de outubro e aliada a uma nova conjuntura política, emergiu sob a jurisdição do Governo Central Provisório do Norte, que

tendeu a centralizar a ação político-administrativa do nordeste, subordinando os diversos interventores a comando único que reduzia a autonomia dos estados-membros em nome do qual se deflagrara a revolução. Sua inspiração não será sequer regional, mas supra-regional, à proporção em que a respectiva legitimação advier do plano federal no qual ascenderão tanto Almeida quanto Távora (MELLO, 1984, p. 355).

Dessa forma, a montagem do aparato centralizado no Estado procurou ser uma regra a ser cumprida no Nordeste e em todo o território brasileiro depois de 1930 (SANTOS NETO, 2014). A conjuntura pós-1930 impôs um ordenamento estrutural bem diferente daquele dos anos vinte, portanto, sem a significativa participação dos antigos grupos do poder. Assim, o que emergiu foi um novo pacto de poder estatizado e de conduta moralizadora que, no caso do Norte e do Nordeste, teve à frente Juarez Távora e José Américo de Almeida. Na Paraíba, a indicação de Anthenor Navarro para a interventoria consolidou a perspectiva desse pacto e garantiu as transformações centralizadoras do Estado, cujos fins

consistiram em desmontar os mecanismos da dominação dos grupos oligárquicos e substituir a autonomia municipal por uma autonomia fiscalizada. Assim,

ficou assegurada a autonomia municipal, cabendo aos Estados organizar os municípios, definindo-lhes a autonomia e especificando-lhes os interesses e atribuições. A autonomia municipal não é absoluta, como absoluta não é a autonomia dos Estados; e assim como a União, ao constituir-se, circunscreveu a autonomia dos Estados, estes, em suas constituições, limitarão a autonomia dos municípios (NÓBREGA, 1930, p. 5).

No tempo da interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932), os limites da autonomia municipal estiveram na ordem do dia e foram reconduzidos à tutela do Estado. Nesse momento, a Paraíba conheceu um intenso processo de centralização estatal em todas as esferas de sua jurisdição. A todo custo, Anthenor procurou alinhar sua administração intervencionista aos moldes do programa revolucionário e ao modelo de ação do governo de João Pessoa (1928-1930).

Isso não quer dizer que João Pessoa era adepto dos ideais tenentistas ou que sua administração fosse permeada desses ideais. O que ocorreu foi a incorporação, à conduta administrativa de Anthenor Navarro, dos princípios da centralização estatal defendidos por aquele presidente, ou seja, a consolidação da ação intervencionista de Anthenor Navarro passou, necessariamente, por essa incorporação, devido à comoção social e à crescente mitificação das ações administrativas de João Pessoa.

Anthenor apresentou para a Paraíba a continuidade do

processo de centralização burocrático-administrativo firme e intransigente do seu antecessor. Com vistas ao soerguimento econômico, exonerou, removeu e transferiu servidores, com o objetivo de

moralizar a função pública e garantir no exercício da mesma todo aquele que, pela capacidade e zelo, se tornar digno de exercê-la. As oligarquias extintas haviam desvirtuado esse importante ramo do mecanismo administrativo, pelos abusos do filhotismo e das injustiças. Para sanear esses males, o governo revolucionário não poupará esforços. Assim, se entre os funcionários jubilados ou aposentados, existirem alguns que tenham atingido essa situação, sem ser nas circunstâncias indispensáveis, tais atos não poderão subsistir (A UNIÃO, 1930, p. 1).

Ao longo de todo o seu governo, Anthenor Navarro publicou, nas páginas do jornal *A União*, na coluna “Parte Oficial”, inúmeros decretos de exoneração e suspensão de vencimentos de servidores. De 1931 a 1932, o funcionalismo paraibano foi completamente reduzido e subordinado às ordens da interventoria. O Estado ditou as determinações e as funções a serem exercidas sem a interferência do poder local. As remoções e as exonerações atingiram, principalmente, os “filhotes” do poder local que, na maioria dos casos, não exerciam regularmente suas funções.

Os expurgos não pouparam os administradores, os juizes, os estacionários fiscais nem os escrivães, que foram removidos para outros municípios depois que foram constatadas irregularidades e, em alguns casos, foram exonerados e substituídos. Com essa medida, a interventoria desarticulou

a subserviência dos administradores de renda/arrecadação de impostos aos chefes políticos.

Não podemos, no entanto, esquecer que toda essa estruturação centralizadora do Estado foi respaldada em um momento político de definição de novos caminhos para a política brasileira. Se o Governo Provisório, de Getúlio Vargas (1930-1937), não esteve empenhado em um processo de profunda reforma política e estrutural do Brasil, pelo menos possibilitou as bases dessa nova conformação centralizadora de Estado e garantiu aos interventores estaduais os meios necessários a essa ação.

A escalada rumo à pretendida moralização da Paraíba foi feita com a reorganização da administração, com a criação dos mecanismos de fiscalização das municipalidades. A interventoria de Anthenor Navarro, desde logo, entendeu que as prefeituras deveriam proceder de modo autônomo e independente da influência dos chefes locais e prestar contas exclusivamente ao Estado:

Se continuarem os chefes políticos a intervir directamente no governo dos senhores prefeitos é deixar tudo como estava e enrolar a bandeira da revolução, substituindo-a pela verde das esperanças de permanecerem os mesmos escândalos... Os prefeitos sem autonomia, não serão prefeitos, mas portadores de recados dos chefes políticos (MARCIEL, 1931, p. 2).

Veja-se que a moralidade pretendida estava substanciada na implementação de uma ordem estatal pela reestruturação do Estado, pois, em quase todos os municípios paraibanos, a ação da interventoria foi sentida. Anthenor procurou, então,

colocar a administração municipal sob uma jurisdição centralista, e o Estado tornou-se o condutor das finanças, da magistratura e dos cargos públicos. Em nome da “Revolução”, a interventoria reconduziu a vida das municipalidades e do estado às suas determinações.

Nesses termos, a instrução pública no interior do aparato estatal também teve sua estruturação totalmente reformulada e centralizada, porquanto estava organizada como herdeira de uma tradição clientelista e orçada de acordo com os interesses das elites políticas, que dispunham dela para prestigiar o poder local.

A instrução pública na Paraíba era dividida em instrução elementar e instrução complementar³³, com uma limitada rede de ensino e, apesar de gratuita, bastante onerosa para o estado paraibano pela forma como foi estruturada. O ensino era fragmentado e livresco, reproduzidor do pensamento elitista e ministrado em condições mínimas, o que garantia a fundamentação da ignorância em favor do oligarquismo dos primeiros anos da República brasileira. A pouca disseminação da instrução secundária e da superior formou uma

33 De acordo com o Decreto n.º 873, de 21 de dezembro de 1917, o ensino primário, na Paraíba, deveria ser leigo e gratuito e dividido em: a) ensino elementar, composto de escolas isoladas rudimentares, fundadas em localidades rurais, e escolas isoladas elementares, criadas nos centros urbanos e nos povoados; b) escolas reunidas, fundadas nas cidades onde houvesse duas escolas isoladas; c) grupos escolares, criados em cidades com três escolas isoladas; mistas ou divididas por sexo; e ensino complementar, criado para complementar a instrução dos alunos já aprovados no exame primário, com a finalidade de qualificá-los para as necessidades da vida prática. Nas escolas complementares, eram ensinadas noções de agricultura, apicultura, sericultura, língua materna, aritmética comercial, datilografia, zootecnia, artes manuais e industriais usuais e economia doméstica. Cf. PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes legislativo e executivo**: collecção de leis e decretos de 1917. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1917. p. 179-201. Ver também: PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes executivo e legislativo**: leis e decretos de 1927. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1928. pp. 138-150.

massa de “desanalfabetizados” instruídos apenas para ler, escrever e contar.

Devido a esse quadro, a interventoria de Anthenor Navarro alinhou-se à crescente mobilização com o fim de implantar um sistema de ensino amplo, público e universal, cujo propósito era de atender às novas demandas sociais inseridas em um contexto de avanços tecnológicos e crescimentos urbanos. A ênfase educacional empreendida pela interventoria propunha que o analfabetismo fosse superado com urgência e, conseqüentemente, o pacto oligárquico estendido ao setor educacional fosse extinto, visando reestruturar o sistema de ensino e colocá-lo sob a tutela do Estado:

O interventor Federal no Estado da Parahyba, atendendo à necessidade da unificação do ensino público primário, como medida imprescindível à sua methodização e melhor diffusão; attendendo a que as escolas primárias mantidas pelos municípios não apresentam a efficiencia desejada, além de outros motivos pela falta de uma orientação única, que controle tecnicamente o ensino nellas ministrado, DECRETA: Art. 1º - o ensino publico primário, em todo estado, a partir de 1 de janeiro de 1931, constituirá serviço exclusivamente estadual, subordinado às leis, regulamentos e direcção que actualmente regem a instrução primária no estado (ACTOS DO INTERVENTOR FEDERAL: DECRETOS, DE 1930, p. 93).³⁴

A unificação do ensino, sob a tutela do Estado, impossibilitou a continuidade da “nefasta política que absorvia todas as actividades da administração pública” (PARAHYBA GOVERNO, REVOLUCIONÁRIO, 1931, p. 117), inclusive o setor educacional, conforme salientou a Tese 23, quando expôs

34 O decreto citado é o de n.º 33, de 11 de dezembro de 1930.

que a educação da Paraíba obedecia aos interesses da política local, visando, “de ordinário, beneficiar amigos e parentes, embora sem nenhuma habilitação, com um lugar de professor” (PARAHYBA, GOVERNO REVOLUCIONÁRIO, 1931, p. 118)³⁵. Portanto, a reestruturação de toda a rede de ensino da Paraíba deu ao Estado as armas necessárias para gerenciá-la.

O que se observa, todavia, no setor educacional da Paraíba, depois de 1930, é que o assistencialismo estudantil ainda perdurou. Se, de um lado, a interventoria visou unificar a instrução pública estadual, de outro, essa unificação preservou seu sentido de benevolência social com os alunos considerados pobres, como salientou o diretor do ensino primário da Paraíba, o professor José Batista de Mello:

A pobreza da maioria dos nossos alunos era um grande óbice à boa vontade dos dirigentes do ensino, no prosseguimento de tão eficaz realização. Era preciso auxiliá-los, e assim intensificou-se a instalação de novas Caixas Escolares que, amparadas mutuamente por professores, governo e povo, hoje florescem em quase todos os municípios prestando serviços inestimáveis (BAPTISTA DE MELLO, 1933, p. 57).³⁶

35 Ainda na interventoria de José Américo (outubro a novembro de 1930), foram encomendadas, a estudiosos dos mais diversos setores da estrutura estatal, teses que diagnosticassem os problemas e as necessidades da Paraíba. Todas essas teses foram reuniram, em uma publicação oficial, com estudos setoriais, entre eles, a instrução pública (Tese 23).

36 As Caixas Escolares não foram institucionalizadas na interventoria de Anthonor Navarro, mas pelo decreto n.º 873, de 21 de dezembro de 1917, que regulamentou o ensino, no governo de Camilo de Holanda. Mesmo sendo regulamentada pelo decreto acima, as Caixas Escolares, até 1930, não haviam sido efetivamente concretizadas e poucas foram as ocasiões em que o jornal *A União* noticiou algo a respeito das Caixas Escolares nesse período. As Caixas Escolares arrecadavam meias, uniformes, calçados, medicamentos, livros, cadernos, tinteiros, lápis, lanches, canetas, escovas, lápis de cor (caixas), papel e mata-borrão para serem distribuídos aos alunos pobres.

Portanto, não podemos dizer que a ação administrativa e intervencionista de um intelectual das artes consistiu em ampliar e proporcionar uma instrução aos paraibanos para que pudessem cultivar uma pretensa erudição cultural. A obra educacional da interventoria de Anthenor Navarro teve como legado a criação do sistema de ensino da Paraíba de forma organizada e ordenada, sob a fiscalização do Estado, e a constituição de uma rede de ensino que funcionasse regularmente.

Considerações finais

A formação e a trajetória intelectual de Anthenor Navarro foram pautadas pela movimentação social e cultural do seu tempo. Os posicionamentos do interventor paraibano sobre as transformações culturais vivenciadas na década de 1920 foram reflexos de suas condições econômicas sociais e dos seus acessos a uma instrução que era restrita a uma elite abastada da sociedade paraibana.

Suas posições e leituras críticas sobre cinema, música e arte estiveram inseridas em um contexto que fomentou a distinção de alguns elementos da elite local em relação ao restante da população, cuja cultura estava imbuída de uma tradição agrária, ainda que estivesse inserida no espaço urbano. Dessa feita, as transformações da cidade, com vistas a ressignificar o espaço urbano como moderno, foram envoltas pelo estabelecimento de outros padrões de apresentação dos indivíduos no espaço social. De forma relacional, as produções críticas de Anthenor Navarro sobre arte, música e cinema refletem uma tomada de posição que comunga com

uma lógica de controle social ampliado.

Portanto, o capital cultural que se pretendeu estabelecer, ao fomentar padrões de comportamento e de apreciação instrutiva, utilizou-se de espaços institucionais/culturais para difundir um “universo de mundo social como outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Isso significa perceber quais foram os espaços de recepção dos escritos de Anthenor Navarro e os significados a eles atribuídos e interpretados no interior da dinâmica social da população paraibana da década de vinte. Os espaços foram da elite. As interpretações fomentaram a distinção de um grupo que frequentava, por exemplo, o Sport Club Cabo Branco e que, inserido nos espaços de poder, divulgou os padrões de ordenamento social que se pretendia.

O pensamento cultural de Anthenor Navarro estava organicamente associado a uma classe e evidenciou sua filosofia idealista, relacionada à sua posição de classe e definida por suas expressões de utopia social “que os intelectuais acreditam ser ‘independentes’, autônomos, dotados de características próprias” (GRAMSCI, 2006, p. 17). Aqui podemos perceber que as vinculações de classe de Anthenor Navarro fomentaram leis sociais que, se se apresentaram como gerais e universais, foram lidas e interpretadas por um conjunto social específico, que buscou construir uma hegemonia cultural como fator de distinção social, quando grande parte da população paraibana não tinha como vivenciar o que era apresentado como moderno nas páginas da revista *Era Nova*, por exemplo.

Dessa feita, sua aproximação com os grupos políticos

dominantes na Paraíba da Primeira República (1889-1930), em suas redes relacionais e de amizade, permitira-lhe galgar a indicação para a interventoria da Paraíba, no final de 1930, como um indivíduo capaz de conduzir o estado paraibano às transformações queridas pelo processo centralizador do pós-1930. O entusiasmo tenentista e sua *viberevolucionária* renderam-lhe uma atuação enérgica e desmanteladora dos redutos do poder local, para consolidar os domínios do estado sobre sua estrutura organizativa sem a interferência dos grupos oligárquicos.

Ao apresentar Anthenor Navarro como um intelectual da elite paraibana da década de 1920, ainda que consideremos seus posicionamentos e suas ações perante a interventoria da Paraíba, como completo afastamento daqueles com que outrora havia alinhado seus textos, reforçamos que ele governou para o Estado, a fim de estruturá-lo e de colocá-lo como tutor de todo o ordenamento político, social e econômico da Paraíba. Assim, essas relações estabeleceram uma subserviência ao Estado que, uma vez centralizado e institucionalizado como tutor das relações de poder, a estrutura estatal foi também a via de acesso para reacomodar uma nova hegemonia oligárquica na Paraíba (SANTOS NETO, 2018).

O interventor Anthenor Navarro não foi o intelectual nem o intérprete do grupo político correligionado do antigo epítacismo da década de 1920, que tão bem foi representado em suas digressões de arte, cinema e música. A lógica do seu período interventorial não foi de plena efervescência cultural ou de uma dinâmica que, por dentro da reestruturação do sistema de ensino, permitisse a sociedade paraibana galgar o refinamento e a erudição de aportes eurocêntricos, mas,

centralista. E mesmo que busquemos avançar mais nas relações culturais e políticas e em suas vinculações com os grupos de poder local, devemos considerar sua morte abrupta, em 1932, a bordo do avião Savóia Marchetti, da Marinha brasileira, que caiu na Baía de Todos os Santos, na cidade de Salvador (Bahia), cujo desfecho trágico também deixou em aberto excursões culturais no período em que ocupou a interventoria da Paraíba.

Referências

Jornais

JORNAL A UNIÃO. Cidade da Parayba, 1926. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. Cidade da Parayba, 1929. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1930. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1932. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL O COMBATE, 18 de outubro de 1923. Biblioteca Nacional.

JORNAL O COMBATE, 13 de outubro de 1923. Biblioteca Nacional.

JORNAL O COMBATE, 29 de janeiro de 1924. Arquivo Público da Bahia.

Intelectuais e a modernização no Brasil: os caminhos da Revolução de 1930

JORNAL O COMBATE, 11 de março de 1924. Arquivo Público da Bahia.

Revistas

Revista Era Nova, n.6, anno I. Parayba, junho de 1921.

Revista Era Nova, n. 3, anno I. Parayba, maio de 1921.

Revista Era Nova, n. 55, ano III. Paraíba, dezembro de 1923.

Revista Era Nova, n. 63, ano IV. Paraíba, junho de 1924.

Revista Era Nova, n 69, anno IV. Paraíba, setembro de 1924.

Endereços eletrônicos

<www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Relatórios, Leis e Decretos

ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal:** decretos de 1930, n.º 160. João Pessoa: Imprensa oficial, 1931.

GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA PARAYBA. **Relatórios do primeiro anno de administração.** João Pessoa: Imprensa Official, n.º 275, 1932.

PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes legislativo e executivo:** collecção de leis e decretos de 1917. Cidade da Parahyba: Imprensa Official, 1917.

PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes executivo e legislativo:** leis e decretos de 1927. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1928.

PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e necessidades da Parahyba:** sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudal-os. N.º 279. João Pessoa. 1931.

Referências consultadas

ARAUJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte:** movimento e constituição da formação de professores no Século XIX. Doutorado em Educação (Tese). João Pessoa: UFPB/PPGE, 2010.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Campo cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). **O Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BAPTISTA DE MELLO, José. A instrução pública na Paraíba. IN: **Revista do ensino.** Ano II. Nº 6/7. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. **A convivência crítica:** ensaios sobre a produção literária da Paraíba. João Pessoa: Grafset; Governo do Estado da Paraíba, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder:** dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BURITY, Glauce M^a. Navarro. **Anthenor Navarro.** João Pessoa: A União, 2000.

BURITY, Glauce M^a Navarro. **Anthenor Navarro: um homem além do seu tempo.** João Pessoa: A União, 2010.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930.** Tese (Doutorado em História). UFPE/PPGH: Recife, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, modernidade e cotidiano na Parahyba de início do Século XX. IN: ABRANTES, Alômia & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (org.). **Outras histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930).** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 2 - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3 - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: cinquenta anos depois.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

LIMA, Tereza Cristina P. **A ação política dos intelectuais no Brasil (1930-1945).** Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluiza da Silva. **UFPB: implicações políticas e sociais de sua história.** Nº 11. João Pessoa: UFPB/NIDIR, 1986 (Mimeo).

MARCIEL, J. A autonomia das prefeituras. IN: Jornal **A União**, João Pessoa, 04 de Janeiro de 1931, p. 2.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

NÓBREGA, J. Flósculo da. Autonomia Municipal. IN: Jornal **A União**, João Pessoa, 30 de Novembro de 1930.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Anthenor Navarro e a Revolução de 30**. João Pessoa: Sec. de Educação e Cultura, 1981.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Usos, costumes e encantamentos**: a cultura popular na obra de Ademar Vidal. Tese (Doutorado em Letras). João Pessoa: UFPB/PPGL, 2006.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da Política Estatal**: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE/PPGH, 2014.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Campina Grande: EDUEPB, 2018.

CAPÍTULO 3: Na linha de frente do movimento de 1930: Virgílio de Melo Franco³⁷

Antônio Dimas Cardoso
Laurindo Mekie Pereira

Introdução

Virgílio de Melo Franco teve uma trajetória de engajamentos, conflitos, vitórias e frustrações. A calma política foi algo raro em sua vida. Paradoxalmente, foi em uma conjuntura de incomum tranquilidade que seu percurso foi tragicamente encerrado. Na madrugada de 29 de outubro de 1948, após troca de tiros com um ex-copeiro que invadira sua casa, faleceu a “exponencial figura”, um “intransigente cultor das liberdades, “possuidor de caráter retilíneo”, o “obreiro do Brasil progressista” (JORNAL DA TARDE, 29 out. 1948, p. 1).

Entre as muitas referências elogiosas do *Jornal da Tarde* ao líder udenista, constava também que ele fora um “lutador de 30”. A definição é bastante precisa. Em primeiro lugar, porque o termo lutador remete ao engajamento, ao abraçar de uma causa de corpo e alma, como era característico de

37 Este texto é resultado parcial da pesquisa “Pensamento e ação: os intelectuais mineiros e os projetos para o Brasil”, financiada pela FAPEMIG (APQ-00340-18).

Virgílio. E certamente o movimento de 1930, assim como as *demarches* para criação da União Democrática Nacional (UDN), em 1945, é um dos episódios em que nosso personagem esteve, por assim dizer, no olho do furacão. Entre as muitas diferenças entre 1930 e 1945, destaca-se o caráter armado da primeira intervenção em contraste com as articulações pacíficas na segunda experiência. Por sinal, foi a disposição para o recurso ao uso da violência, manifestada pelos tenentes e algumas lideranças civis jovens, um fator primordial para a eclosão do movimento que encerrou a Primeira República e levou Getúlio Vargas à presidência. Virgílio, considerado um “tenente civil”, foi personagem importante nessa história.

Nesse capítulo atemo-nos a uma fração da trajetória de Virgílio de Melo Franco, dando especial atenção ao período de 1929 a 1933, quando ele esteve na linha de frente dos combates políticos.

Formação política

Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu do encontro de duas famílias poderosas na política mineira. Sua mãe, Sílvia Alvim, era filha de Cesário Alvim, presidente do estado de Minas Gerais nos anos iniciais do regime republicano. Do lado paterno, os Melo Franco tinham longa tradição na política estadual e nacional. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, ocupou diversos cargos públicos desde o final do século XIX. Graduado em Direito em 1891, Afrânio foi nomeado promotor em Queluz-MG (atual Conselheiro Lafayete) por Cesário Alvim, pai da mulher com quem se casaria. Era o começo

de uma longa carreira no Direito e na Diplomacia (FGV/CPDOC. Verbete: Afrânio de Melo Franco).

Considerando as estruturas de poder vigentes na Primeira República, aí incluída, com destaque, a dimensão local do controle do processo eleitoral, como destacam Ricci e Zulini (RICCI, ZULINI, 2014), pode-se dizer que os filhos de Afrânio e Sílvia contavam, à partida, com um caminho muito favorável caso se enveredassem pela carreira política.

Apesar das profundas raízes mineiras, Virgílio de Melo Franco passou grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde se formou em Direito em 1918, sendo colega de turma do gaúcho Osvaldo Aranha, seu amigo, companheiro da Revolução de 1930 e futuro aliado político. Segundo Carolina Nabuco, a família tinha duas residências, a do Rio, onde moravam, e a de Belo Horizonte, usada habitualmente nas férias. A escritora conhecia bem os Melo Franco, com quem tinha relações estreitas. Ela esteve presente na casa de Virgílio na noite que antecedeu sua morte. Certamente esse convívio foi decisivo para que escrevesse uma obra em que, como anuncia no título, pretende descrever *A vida de Virgílio de Melo Franco* (NABUCO, 1962).

O tom elogioso e o frequente incorrer na ilusão biográfica de que fala Pierre Bourdieu (2006) não invalidam a contribuição de Nabuco para a compreensão da trajetória do nosso personagem. Na verdade, contribui, porque nos permite o acesso a uma rica descrição do que, possivelmente, é a imagem que o próprio biografado gostaria de deixar e que não aparece em seus escritos porque, via de regra, eram voltados para temas públicos. Segundo a autora, desde a infância, Virgílio era líder, sendo o “chefe natural do bando de

irmãos, primos e vizinhos". No seu estilo, ela anota o caráter "autoritário e destemido" e o não aceitar a indisciplina (NABUCO, 1962, p. 39).

Na mesma obra de Carolina Nabuco é igualmente instigante o prefácio de um dos irmãos mais novos do biografado, Afonso Arinos de Melo Franco, ao escrever que a vida de Virgílio "é cheia de renúncias e de riscos; de lances de fé e de momentos de decepção (nunca de desânimo); de ambição muito mais alta do que a cobiça (...); generoso até o sacrifício, quando se tratava de si; exigente até a insolência quando se tratava da causa; desabusado e aberto para as ideias; conservador e antiquado quanto aos hábitos; fidalgamente discreto nas atitudes pessoais; vistoso, quase solene, no comportamento cívico ou público" (FRANCO, 1962, p. XVI).

Sob as bênçãos do pai, Virgílio ocupou o primeiro cargo público ainda muito jovem. Foi chefe de gabinete de Afrânio de Melo Franco quando este foi ministro da Viação e Obras Públicas entre 1918 e 1919, no governo interino de Delfim Moreira. A influência de Afrânio no governo federal era de tal monta que o período ficou conhecido como "Regência Melo Franco" (FGV/CPDOC. Verbete Virgílio de Melo Franco). O próprio Virgílio, ao escrever sobre aquele contexto, afirma que o governo interino de Delfim Moreira, onde seu pai tinha forte liderança, "era, de fato, exercido por um grupo de homens de escol, patriotas e desinteressados, os quais souberam permanecer indiferentes às competições políticas" (MELO, 1980, p. 10).

Pai e filho apoiaram Artur Bernardes na campanha presidencial em 1922. A parceria política com Bernardes, figura de proa na política mineira e nacional por décadas, aprofunda e

intensifica a inserção de Virgílio – à época mais conhecido pelo diminutivo “Virgílinho” – no campo político em uma conjuntura de intensos conflitos. Seu talento para a confabulação política, nos meios oligárquicos, começa a se destacar a partir desse momento, no Rio e em Minas, sob os auspícios do pai.

Jornais e revistas se multiplicavam no Rio de Janeiro dos anos 1920. Enfrentar uma campanha política implicava ter apoios também na imprensa. No geral, jornais, de maior circulação e prestígio, se engajavam politicamente, se posicionando a favor ou contra as oligarquias. Como explica Marialva Barbosa, o consumo de jornal era intenso “nos bondes, nos trens, no horário de almoço, nas idas e vindas de casa para o trabalho e vice-versa. É lido ao ar livre, nas ruas, preso nos muros e postes” (BARBOSA, 2007, p. 62).

Ainda em 1921, quando se discutiam candidaturas, o *Correio da Manhã* publicou duas cartas atribuídas a Artur Bernardes, das cinco anunciadas por aquele jornal que encabeçava forte campanha contra a candidatura do chefe político mineiro de Viçosa³⁸. Eram dois terríveis libelos contra o Exército. As tais cartas incendiaram os debates. Contra Artur Bernardes, lançado por Minas Gerais e São Paulo, levantou-se a Reação Republicana, reunindo oligarquias de segunda grandeza, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, que lançaram a candidatura de J. J. Seabra à presidência da República. Expressivos segmentos militares se identificavam com a Reação Republicana. As cartas

38 No seu livro *Outubro, 1930*, Virgílio escreve que os ataques políticos contra a candidatura Bernardes visavam servir às ambições de um grupo de amigos do Marechal Hermes, sobrinho do outro Marechal fundador da República, “cujo nome alguns elementos pretendiam fazer surgir, como *tertius*” (FRANCO, 1980, p. 24).

publicadas pelo *Correio da Manhã* foram o “ponto culminante” da aproximação entre militares e oligarquias de oposição (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 397).

Em resposta, bernardistas criaram o jornal *O Dia*. Virgílio seria um dos diretores desse diário. Além de atuar na imprensa, ele recebeu de Artur Bernardes outra missão fundamental: viajar a Europa e obter pareceres confiáveis acerca das malditas missivas lhe atribuídas. O jovem advogado mineiro passou seis meses na Europa, obteve dois laudos de reconhecido valor, tornando pública a fraude contra o seu conterrâneo.

A jornada de Virgílio em solo europeu incluiu um tempo de reclusão em um sanatório na Suíça para recuperação de um problema pulmonar – sua família fora afetada antes, no Rio de Janeiro, em 1918, pelo surto da gripe espanhola. Durante essa sua estadia no exterior, inclusive com passagem por Roma para visitar o irmão diplomata, a máquina partidária do Partido Republicano Mineiro (PRM), respondendo ao mando bernadista, o elegeu deputado estadual. O novo parlamentar foi eleito sem saber, sem fazer campanha, sem ter programa. Foi comunicado por telegrama da sua candidatura e vitória em Minas. Ficou conhecido como o “deputado suíço” (FGV/CPDOC. Verbete Virgílio de Melo Franco, NABUCO, 1962). Em 1923 e 1927 ele foi novamente eleito sem fazer campanha. A diferença é que estava no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, onde residia, tocava seus negócios, e se divertia no Jockey Club³⁹, muitas

39 A rotina de Virgílio no Jockey Club é relatada por Carolina Nabuco e também no jornal *Diário Carioca*. Cf. por exemplo, edições de 31 jul. 1928, p. 10, 15 ago. 1928, p. 10, 04 set. 1928, p. 1, 05 set. 1928, p. 10, 27 set. 1928, p. 10, 07 nov. 1928, p. 10 e 16 mar. 1929, p. 10.

vezes em companhia do empresário Guilherme Guinle.

Essas “artes” políticas evidenciam as marcas daquele tempo: o poder do PRM, a estreita relação Bernardes-Virgílio, a profunda inserção da família Melo Franco no jogo oligárquico que marcava a Primeira República. Entretanto, esses laços oligárquicos, tradicionais, não inibiram o inconformismo latente do então jovem político em ascensão, de “alma incandescente”, conforme escreveu Otto Lara Resende, na reedição comemorativa dos cinquenta anos da Revolução de 1930, em 1980, no prefácio do livro *Outubro, 1930*, de Virgílio de Melo Franco, sobre o autor da obra, que foi seu mentor intelectual na juventude no início da carreira de jornalista político, em Belo Horizonte, numa das viagens de Virgílio com o objetivo de estimular a resistência ao Estado Novo.

A campanha eleitoral que levou Bernardes à Presidência foi terrivelmente agressiva. A vitória não significou o apaziguamento. A Reação Republicana não aceitou a derrota. Escrevendo cerca de 10 anos depois sobre o acontecido, Virgílio afirma que o próprio presidente eleito e os militares que lhe cercavam “não cumpriram a promessa” de que “o “presidente esqueceria as queixas do candidato (...) o sr. Artur Bernardes não soube ou não quis apagar o incêndio” (FRANCO, 1980, pp. 52-53). A gestão Bernardes foi o tempo do *estado de sítio*.

As tensões eram especialmente graves entre segmentos militares mais jovens. As feridas abertas pelo levante e massacre do Forte de Copacabana, em 1922, episódio simbólico do movimento tenentista, levariam anos para cicatrizar. Nestes anos iniciais da década de 1920, os tenentes odiavam Bernardes (CARVALHO, 2006), que tem o apoio de Virgílio.

Em 1931, quando apresenta sua narrativa sobre a Revolução de 1930, Virgílio a interpreta como desdobramento do tenen-tismo que remonta a 1922.

Na linha de frente

Entre 1926 e 1930, Antônio Carlos de Andrada governa-va Minas Gerais e tinha projeção nacional. Em estrita coope-ração com ele, Afrânio de Melo Franco articulou a Aliança Liberal. Entranhado na dinâmica política mineira, Virgílio celebrava o “legítimo expoente da democracia brasileira”, estabelecendo uma ousada relação entre a emancipação po-lítica do país e a Aliança Liberal. A argamassa que ligaria as duas conjunturas seria a família Andrada, instrumento da providência.

A predestinação, pois, para influir poderosamente nos destinos da nacionalidade, ainda uma vez mais se manifestou. Assim como José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco – os da trindade augus-ta – sacudiram o paiz, acordando-o para a Independência nacional, o eminente Sr. Antônio Carlos agita-o agora, mais de cem annos depois, para lhe dar a liberdade po-lítica, e imprescriptível dignidade humana (DIÁRIO CARIOCA, 15 de out. 1929, p. 2).

Efetivamente, as famílias Melo Franco e Andrada transi-tavam pelo centro nervoso da política brasileira há mais de cem anos. E suas relações eram antigas. Os longínquos an-tecedentes de Virgílio e Antônio Carlos, Francisco de Melo Franco e José Bonifácio de Andrada eram amigos em fins do

século XVIII, quando ambos eram estudantes em Coimbra/Portugal (PRIORE, 2019, p. 49).

Além da óbvia vinculação pessoal e política ao prócer mineiro, a exaltação de Virgílio à missão da família Andrada na história do país expressa sua visão de mundo, particularmente da sua dimensão política. Como destaca Carolina Nabuco, Virgílio tinha grande apreço por grandes lideranças, brasileiros como Teófilo Ottoni, de quem destacava a ação, o serviço pela “pátria”, o “desinteresse das honrarias e das funções devidamente remuneradas e que pesam sempre na balança do sucesso” (NABUCO, 1962, p. 91), e estrangeiros como Napoleão Bonaparte e, posteriormente, Winston Churchill, com quem trocou correspondências nos anos 1940 (Idem, pp. 103, 124, 127).

O foco nos grandes nomes não significava uma visão simplista da dinâmica social e política. Escrevendo em 1931 sobre o processo político nos anos 1920, Virgílio afirma que “As situações políticas são, evidentemente, fruto da combinação do meio social em que elas se verificam com a psicologia dos indivíduos que as dirigem (FRANCO, 1980, p. 13). Não simplista, mas mediana. Parece que, por esse tempo – décadas de 1920 e 1930 – faltava a Virgílio um conhecimento maior dos clássicos da teoria política. Embora critique Washington Luís por conhecer Maquiavel de apenas “ouvir dizer” (O JORNAL, 14 set. 1929, p. 7), o líder mineiro não menciona o autor italiano nessa passagem citada em que o clássico binômio *fortuna* e *virtú* se aplicaria perfeitamente (MAQUIAVEL, 1996). Por sinal, foi a *virtú* que parece ter faltado a Washington Luís no processo sucessório em 1929-1930, conjuntura cujo desfecho, em grande medida, Virgílio

atribui ao então presidente da República.

De forma semelhante, Afonso Arinos de Melo Franco atribui a adesão de Minas Gerais ao processo revolucionário às ações persecutórias e violentas promovidas por Carvalho Brito e Melo Viana⁴⁰, mineiros que aderiram a candidatura Júlio Prestes, contra Antônio Carlos e outros nomes da Aliança Liberal (BOMENY, 1980, pp. 136-137).

Virgílio, anterior a Afonso Arinos, escreveu que o governo federal, entre outra “ferocidade e imperiosa estupidez”, realizou “disfarçada intervenção federal” em Minas Gerais, após o trágico conflito armado de fevereiro de 1930, no norte do estado, com a anuência de Antônio Carlos, por este “concordar com a expedição judiciário-militar, que foi levada a efeito contra a longínqua cidade de Montes Claros”, nos desdobramentos políticos, militares e jurídicos daqueles trágicos acontecimentos (FRANCO, 1980, p. 139).

Os anos 1929 e 1930 foram paradigmáticos, tanto economicamente quanto nos efeitos políticos de uma crise mundial que afetou duramente as exportações do país, notadamente no eixo São Paulo-Minas Gerais, com sua política oligárquica café com leite. O *chash* da bolsa de Nova York se refletiu diretamente no Brasil pela via comercial, afetando as vendas

40 O próprio Virgílio, no livro *Outubro, 1930*, registra “dramas sangrentos” como prenúncios da revolução de nacional de outubro que, entre outras causas, atribui ao estilo complacente do presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, na reação do conservadorismo à campanha da Aliança Liberal. Cita, entre outros exemplos, o caso trágico ocorrido na cidade de Montes Claros, no norte do estado, em 6 de fevereiro de 1930, envolvendo correligionários da caravana para um anunciado Congresso do Algodão da Concentração Conservadora (da campanha presidencial do paulista Júlio Prestes de Albuquerque), chefiados pelo então vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana, e o diretor do Banco do Brasil, Carvalho Brito, contra os da Aliança Liberal, em Montes Claros liderados pelo médico Dr. João José Alves, esposo de dona Tiburtina e irmão do deputado Honorato Alves – este, por sua vez, ligado à família Melo Franco.

do café internacionalmente, o que gerou endividamento dos produtores, aumento de desemprego, falências, obrigando autoridades oficiais exportadores a terem que lidar com excedentes de estoques de café. A nova crise econômica alcança o ápice na gestão do presidente Washington Luís, que, como esperavam os líderes de Minas Gerais, deveria, em sua sucessão presidencial, apoiar a indicação das oligarquias mineiras, no sistema de rodízio político entre os dois estados até então mais proeminentes do país.⁴¹ Mas não esse o caminho tomado pelo presidente.

Em discurso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no início de setembro de 1929, o então deputado estadual Virgílio de Melo Franco fez duras críticas a Washington Luís. Segundo ele, o presidente “traíu a confiança da Nação desde o seu primeiro dia de governo” e agora quer “impor ao país um candidato doméstico”. Opõe as atitudes do presidente à democracia: “A ele não importa que o país esteja cansado, marferido e sangrando ainda. O Brasil, no seu entender, não há de conhecer liberdade política. Os homens de responsabilidade, cujas mentalidades, politicamente amadurecidas, são a base e o sustentáculo da democracia republicana, elle os afastou systematicamente, para ficar sozinho em campo, e poder dividir o queijo a seu bel prazer” (O JORNAL, 14 set. 1929, pp. 3 e 7). Na sequência, fala que Minas foi afastada dos “concílios do Cattete”, dos jantares e festas promovidos com a participação de Júlio Prestes e o não convite a outros presidentes de província. Não são os

41 Para uma análise crítica da chamada política do café com leite cf. VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

“concílios” que estão sob crítica, mas a exclusão das lideranças mineiras.

Em contraste com os nomes da Aliança Liberal que exalta, Virgílio diz que o presidente, queria se mostrar forte, mas era fraco, medíocre. Queria ser chefe, mas não era. Em contraponto, passa a descrever o chefe ideal:

O chefe se distingue do commum dos homens pela sua arte de pesar as responsabilidades e combinar os meios. Não é com o acaso que se pode explicar o sucesso regular, contínuo, systemático de certos homens, mas com um misto de várias qualidades inatas: a intuição, o instinto, a fé, a energia serena, a imparcialidade no julgamento dos homens, a indulgência e o espírito de justiça (O JORNAL, 14 set. 1929, p. 7).

Por causa de um chefe inepto na presidência, o país estaria sendo arrastado para “uma luta de extensão e consequências imprevisíveis”. “Ele não se dá conta (...) de que a ordem em si mesma, nos dias incertos que o mundo vive deve ser um fim, uma aspiração geral. Não há, nem pode haver, ordem sem paz de espírito, nem paz materialmente, sem espírito de ordem” (idem).

O discurso é revelador. O país carecia de um novo chefe e de uma nova ordem. A mesma ideia emerge em seu livro de 1931, expressando uma visão dirigista, ilustrada, modernizadora, talvez autoritária. Já se destacando como representante de um “espírito novo”, rebelde, uma das características marcantes do então jovem prócer mineiro era a sua inquietude e gosto pelas aventuras, “sempre ávido de emoções”, como

afirma a escritora amiga da família Melo Franco (NABUCO, 1962, p. 71).

Ainda sobre o discurso de 1929, é instrutiva a menção ao risco de “luta” de consequências imprevisíveis. Isso se articula a outra passagem do discurso em que ele destaca a “coragem e idealismo, o desassombro e a directriz que nos animam para affrontar tudo – até a morte”. Como tem destacado a historiografia, para as velhas lideranças mineiras e gaúchas, a exemplo de Antônio Carlos. Borges de Medeiros e próprio Getúlio Vargas, o enfrentamento a que se dispunham não sairia dos limites da luta eleitoral então vigentes (FAUSTO, 1997, PANDOLFI, 2003), mas, para os mais jovens, como indica a fala de Virgílio, a ação armada parece já estar em cogitação desde os primórdios do rompimento com São Paulo.

Apesar disso, a trajetória de Virgílio de Melo Franco, especialmente suas intervenções entre 1929 e 1933, indica uma figura política complexa, dificilmente apreendida nas classificações genéricas e binárias. Em virtude de sua proximidade com lideranças do tenentismo, ficou conhecido como um dos tenentes civis. No entanto, como já apontamos aqui, nos anos precedentes, ele era aliado de primeira hora de Artur Bernardes, grande adversário dos tenentes. A divisãoliberal versus tenentes que marca o pós-1930 e que é, via de regra, utilizada para classificar os vitoriosos, também é insuficiente para definir o personagem em questão, como ainda veremos.

Em discurso a 10 de outubro de 1929, no parlamento mineiro, junto com as críticas ao presidente da República, suas escolhas políticas e suas medidas equivocadas na economia, Virgílio afirmou que era necessário “organizar a República

democrática, que nos parece a finalidade lógica da evolução nacional brasileira” (JORNAL DO BRASIL, 13 out., 1929, p. 6).

Sua participação na campanha eleitoral também se deu por meio da imprensa. Em 1929-1930, foi colaborador do *Diário Carioca*, defendendo a Aliança Liberal em artigos semanais (FERRO, 2015, p. 30). A participação ativa de Virgílio, durante essa campanha, é destacada por Osvaldo Aranha, no prefácio do livro *Outubro, 1930*, que chama a atenção pela ênfase no inconformismo político e prenúncio de revolução que ambos teriam experimentado ainda na fase da campanha da Aliança Liberal. “Fomos claros e positivos um com o outro. Sem esperanças eleitorais, sem ilusões políticas, sem fé na imparcialidade do governo, concluímos, ao fim de tantas ideias e sugestões, pela necessidade de uma revolução fatal e inevitável. Ficamos em que ela deveria vir depois da eleição, como consequência da fraude e da conspiração da vontade nacional” (ARANHA, 1980, p. XX).

Segundo o próprio Virgílio, no interior da Aliança Liberal havia o segmento dos “extremados”, composto por ele, seu pai Afrânio, João Neves e Flores da Cunha. Enquanto se desenrolava a propaganda eleitoral, esse grupo já conspirava, estabelecendo contatos com nomes do tenentismo, a exemplo de João Alberto, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Estillac Leal, Cordeiro de Farias e Siqueira Campos. No Rio Grande do Sul, Osvaldo conversava com Luís Carlos Prestes. Era a “primeira fase da conspiração” (FRANCO, 1980, p. 121).

Foram os “extremados” que se recusaram a aceitar a derrota de Vargas nas urnas, diferentemente de líderes mais tarimbados como Borges de Medeiros, Antônio Carlos – este tinha “supremo horror à ideia de revolução” (FRANCO, 1980,

p. 144) e do próprio Getúlio Vargas. Virgílio esbraveja contra os dois primeiros e poupa o último. No dia 21 de março de 1930, publica virulenta crítica a Borges de Medeiros no *Diário da Noite* (FRANCO In: JORNAL DA NOITE, 1930, p. 1). Nos meses seguintes, ele participou do centro das articulações do movimento armado, transitando entre Minas Gerais e Belo Horizonte, em muitas ocasiões viajando noite, horário que julgava mais seguro (NABUCO, 1962, FRANCO, 1980).

As conversas e preparativos para um movimento armado se arrastaram por meses, com avanços e recuos. Frente às hesitações de Antônio Carlos, Virgílio super-dimensionava os recursos e apoios do movimento para contrabalançar a timidez e, depois, discordância, do então presidente de Minas Gerais (FRANCO, 1980, p. 169).

No Rio Grande do Sul, operando a partir da sede do governo estadual, Osvaldo Aranha era o grande articulador do movimento. No dia 26 de julho de 1930, Virgílio desembarcou em Porto Alegre onde se juntou a João Neves, Flores da Cunha e Aranha, compondo o núcleo duro do movimento. Do ponto de vista militar, o comando das atividades era de Góis Monteiro, o “chefe do Estado-Maior das forças revolucionárias”. Conforme palavras do autor, foram “sessenta e oito dias de conspiração”, até 03 de outubro, quando o movimento foi efetivamente deflagrado.

As longas *demarches* preparatórias foram tensas. Virgílio, que era um “apaixonado, sectário, bravo”, conforme termos de seu irmão Afonso Arinos (ALBERTI, 2004, p. 118), se exasperava: “Eu próprio, enervado com a demora e instigado pela pressão dos amigos, perdi a paciência várias vezes, discutindo com os srs. Osvaldo Aranha e João Alberto”

(FRANCO, 1980, p. 193).

Integrando o QG do movimento, sempre próximo a Osvaldo Aranha, em certo tempo como secretário de Góis Monteiro, Virgílio operou na comunicação e em negociações militares cruciais e arriscadas (FRANCO, 1980, NABUCO, 1962). Seu relato apresenta detalhes de encontros e decisões dramáticas. Entre eles, o encontro entre Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros, ocasião em que o segundo foi convencido a apoiar o movimento, e a reunião com Getúlio Vargas no Palácio do Governo às 03 horas da madrugada de 03 de outubro, na companhia de Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, quando acertaram os últimos detalhes do desfecho do movimento agendado para as 17:30h daquele dia. Getúlio leu então o manifesto que faria ao país e comentou ao final que apenas lhes restavam duas alternativas: “vencer ou morrer” (FRANCO, 1980, p. 230).

Nos discursos que pronuncia, nas entrevistas concedidas e no livro de 1931, Virgílio exalta o programa e líderes aliancistas e, ao mesmo tempo, atribui a Washington Luís a responsabilidade por toda a violência praticada durante o processo eleitoral e também durante as ações armadas que culminaram em sua deposição. Embora tenha se colocado como um dos “extremados”, no livro de 1931, escrito “às pressas, em cima da fumaça”, conforme expressões de Otto Lara Resende (RESENDE, 1980, p. IX), o líder mineiro parece preocupado com o rastro de sangue que os primeiros combates deixavam em Porto Alegre e, mais uma vez, responsabiliza o presidente.

Enquanto caminhava silenciosamente ao lado do sr. Osvaldo Aranha, ia rememorando, um a um, os episódios da luta. Através de uma nuvem, galopavam-se na cabeça, como numa lanterna mágica, os indignos episódios da campanha. As tropelias do Congresso, as violências da polícia, os dramas de Guaranhuss, de Vitória, de Natal e de Montes Claros; as fraudes eleitorais; o reconhecimento de poderes, a tragédia de Princesa e o assassinio de João Pessoa - foram, todos, fatos de tal forma graves que o morticínio e o drama sangrento na véspera iniciados estavam plenamente justificados (FRANCO, 1931, p. 243).

A revolução, dizia o autor, “não foi boa nem má”, “foi indispensável e como tal invencível” (FRANCO, 1980, p. 265). Quando escreve, o novo regime se engatinhava e Virgílio participava dos bastidores do poder, embora sem ocupar cargos. A pressa do autor em publicar sua versão, a defesa do caráter indispensável e irresistível do movimento e especialmente a justificativa do recurso às ações armadas indicam que a memória de 1930 estava explicitamente em disputa e isso tinha esteira relação com os embates políticos daquela conjuntura.

Nas primeiras do seu livro *Outubro, 1930*, o autor registra em 1931 que “este livro não é um livro de ataque. Não é filho do ódio nem a expressão de um mesquinho sentimento de vingança (...). Mais do que um depoimento, é um livro de defesa”. O que Virgílio pretendeu justificar foi o que ele que chamou de “apelo feito ao extremo uso da revolução”. Menos de um ano após a eclosão do movimento, considerou que “a história estava sendo mal contada, exatamente por

aqueles que melhor a conheciam” (FRANCO, 1980, p. 267). E certamente queria fazer valer a sua versão dos fatos, para que “mais tarde não se falseie a História” (FRANCO, 1980, p. XVIII).

A presença dos Melo Franco – Afrânio e Virgílio – no centro das articulações políticas eleitorais e conspiratórias de 1930 é representativa da uma conjuntura de mudanças e continuidades. Homens da Primeira República, os dois atuaram diretamente no seu encerramento. No ápice dos acontecimentos, Virgílio, na linha de frente das operações conspiratórias e militares; e seu pai, mais diretamente no suporte revolucionário da fase de transição da junta militar ao governo provisório, que culminaria como retorno do ex-ministro da Fazenda do governo de Washington Luís ao Catete, dessa vez como presidente da República escolhido pelos conspiradores revolucionários.

Moderação e derrota

Vitoriosa a Revolução de 1930, a heterogeneidade da Aliança Liberal se materializa nas disputas no interior do novo regime. De forma simplificada, pode-se dizer que o xadrez político se organizava a partir duas forças principais. De um lado, os tenentes e seus aliados civis que pretendiam aprofundar o movimento, concretamente, assegurar o processo de fortalecimento do poder central, suplantar as oligarquias estaduais. De outro lado, as lideranças civis de formação e atuação oligárquica que pleiteavam a retomada do jogo político liberal (PANDOLFI, 2003, BOMENY, 1980, p. 140).

No interior de cada grupo também havia fricções. Entre

os centralistas, por exemplo, havia um segmento moderado, liderado por Osvaldo Aranha e José Américo, e outro mais radical, organizado no Clube 03 de Outubro (BOMENY, 1980, p. 162). Embora tenha pertencido ao Clube por um tempo, Virgílio pode ser melhor definido como um dos centralistas moderados.

Ao contrário do que diriam posteriormente os ideólogos do Estado Novo (1937-1945), o pós-1930 foram anos de incerteza, perceptíveis nas intensas disputas no interior do campo político, incluindo os conflitos entre os vitoriosos (PANDOLFI, 2003).

Naquela intrincada conjuntura, a situação em Minas Gerais era ainda mais complexa. A nomeação de interventores afinados com o projeto tenentista, medida que atravessou o território nacional, não incluiu Minas. O então presidente do estado, Olegário Maciel, um autêntico representante das oligarquias, permaneceu no poder.

No interior do estado, pela primeira vez, o Partido Republicano Mineiro (PRM), comandado por Artur Bernardes, e o governo estadual se divorciavam. Sob a inspiração de Francisco Campos, e com o apoio de Olegário Maciel, organiza-se a Legião de Outubro, uma expressão clara do confuso quadro político mineiro. Era uma organização com ideologia tenentista, mas implementada pelas forças oligárquicas (BOMENY, 1980, p. 144).

Virgílio de Melo Franco se equilibrava entre os muitos grupamentos políticos então em disputa. Era aliado de Osvaldo Aranha que se mobilizara para depor Olegário Maciel em 1931, movimento no qual muito possivelmente Virgílio estava envolvido (FERRO, 2015, FGV/CPDOC. Verbete Virgílio

de Melo Franco), embora isso seja negado por sua amiga e biógrafa Carolina Nabuco (1962).

Em 1932, seu velho aliado Artur Bernardes se engajou na revolta dos paulistas, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista – insurreição armada contra o poder discricionário de Getúlio Vargas e seus aliados. Virgílio ficou ao lado do governo federal. Foi o rompimento entre os antigos aliados. A derrota dos paulistas e de Bernardes contribuiu para uma temporária pacificação política em Minas Gerais. Um dos símbolos do “acordo mineiro” é o Partido Progressista (PP), reunindo Olegário Maciel, Antônio Carlos, ex-integrantes da Legião de Outubro, com Virgílio de Melo Franco na liderança e as bênçãos de Getúlio Vargas (BOMENY, 1980).

O PP não era simplesmente um novo PRM, mas também estava longe de representar as mudanças que os tenentistas sonhavam. Seu programa falava em limitar os abusos de poder, defender a federação, fortalecer o Legislativo, moralizar processos eleitorais, aprimorar representação. Seu caráter híbrido ou mesmo suas contradições se revelavam na pregação das reformas e, simultaneamente, na defesa da federação e autonomia dos municípios, explícita preocupação das oligarquias estaduais (BOMENY, 1980, p. 170).

Deputado constituinte, líder do PP e tendo o governo de Minas Gerais como aspiração, Virgílio convivia pacificamente com as velhas lideranças a que denominavam, em suas cartas privadas, de os “carcomidos” (FERRO, 2015, p. 67), incluindo Antônio Carlos de Andrada, a quem muito elogiara em 1929, com quem se desentendera durante a conspiração de 1930 e a quem deu seu voto na eleição para a presidência

da Assembleia Nacional Constituinte em 1933.

O ano de 1933 é emblemático na carreira política de Virgílio de Melo Franco. Com ele encerramos este texto. No percurso que acompanhamos até aqui, percebemos uma liderança complexa, que dificilmente se encaixa nas classificações gerais. Era um representante das oligarquias mineiras, afinal integrava a influente família Melo Franco. Como lhe foi possível ser aliado de primeira hora de Artur Bernardes e interlocutor direto dos tenentes? Formado nas tradições liberais e oligárquicas mineiras, tornou-se um crítico das suas práticas e, ao mesmo tempo, um articulador entre elas e os segmentos novos que lhes condenavam.

Uma entrevista sua, concedida ao *Diário da Noite*, em março de 1933, revela um pouco do seu pensamento e posições políticos naquela conjuntura, quando é um dos principais nomes do PP. Seu estilo moderado aparece associado à condição de mineiro: “o mineiro que é um povo que já atingiu a maioria política tem um rumo moderado e certo, com o qual constitui o fundamento ideológico dos seus partidos políticos. E isso é tão verdade que a nossa ideologia partidária é, por assim dizer, comum a todas as correntes mineiras” (DIÁRIO DA NOITE, 03 mar. 1933, p. 3). A força da mineiridade, como mito (ARRUDA, 1989), ideologia (DULCI, 1999) ou cultura política (HELENO, 2005)) se revela no político que amadurece, diferentemente do jovem dos anos 1920 que residia no Rio de Janeiro e apenas passava as férias em Belo Horizonte.

O velho e o novo se combinam em um liberalismo híbrido: “Engana-se quem supuzer que estejamos aferrados à velha ideologia liberal, no seu sentido clássico, mas também

se equivoca quem pretender nos arrastar para tendências extremadas estranhas a nossa formação moral e mental” (DIÁRIO DO NOITE, 1933).

A superação da “velha ideologia liberal” se revela melhor quando ele fala do Estado e sociedade: “O Estado, segundo a concepção que delle fazemos, deve realizar no mais alto grau a hierarchia, a organização e a cohesão jurídica da sociedade, a qual, entretanto, não constitue para nós simples somma de indivíduos. A sociedade é por definição um organismo que possui vida propria, interesses e fins que transcendem aos individuaes e partidários” (DIÁRIO DA NOITE, 1933)

O Estado forte sonhado pelos tenentes e por lideranças civis como Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha não teria pleno apoio desse Virgílio que fala como liderança do PP, embora sua visão da sociedade fosse semelhante ao pensamento dos próceres do Rio Grande do Sul. Em sua escrita ainda sob o fervor da Revolução de 1930, Virgílio abre seu “resumo da história republicana” colocando em evidência a “tendência civilista” que ele supõe o povo brasileiro possuir, para em seguida afirmar que “a fauna dos evangelizadores de espada na cinta nunca proliferou no Brasil”. Sua crítica se direciona à “caudilhagem militarista, tão dos moldes sul-americanos” (FRANCO, 1980, p. 1).

A partir de 1931, o jovem Melo Franco já falava da premência de “constitucionalizar” o país. No entanto, Virgílio não podia antever que uma nova caudilhagem iria se sobrepor no regime recém imposto, confiante que ainda estava no compromisso de transitoriedade do Governo Provisório, de Getúlio Vargas, após a tomada do poder pelos revolucionários de 1930.

Intelectual de formação humanista, mas sob influência do catolicismo conservador e do regionalismo de poder, à sua maneira Virgílio afirmava nutrir um desiderato universalista de política, inspirado nos feitos hercúleos de grandes personalidades históricas. Depositava fé na formação moral e mental de indivíduos abnegados. E, mais, dizia-se disposto a se sacrificar pessoalmente para defender com dignidade seus objetivos, ambivalentes que fossem.

Um último tema ilustra as ambivalências do líder mineiro. Na entrevista de março de 1933, na mesma linha de Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, e Olegário Maciel (MG), Virgílio condenou a representação classista, precisamente uma das bandeiras mais importantes do tenentismo que apostava nesse instituto para diminuir o poder das oligarquias estaduais (GOMES, 1980, BOMENY, 1980). Virgílio sabia estar tocando num ponto sensível e que sua posição poderia “possa ferir a opinião de determinadas correntes a cujo idealismo rendemos homenagens” (DIÁRIO DA NOITE, 03 mar. 1933, p. 3).

Posteriormente, quando avança um grande acordo envolvendo os interesses de Antônio Carlos e Getúlio Vargas, no tocando a presidência da Constituinte, a sucessão em Minas e a eleição presidencial indireta que se avizinhava, o PP, com Virgílio na liderança, muda de posição e aprova a representação classista, não exatamente o projeto do Clube 03 de Outubro, mas uma versão mais afeita aos interesses empresariais⁴².

42 Os debates sobre a representação classista na Constituinte envolveram muitos e diversificados grupos e interesses e assumiu várias formas. Cf. um exame detalhado do tema em GOMES, 1980.

Usar 1933 como limite temporal nos permite olhar para Virgílio em seu tempo, não contaminando nossa visão a imagem muito difundida do líder udenista de 1945. O líder de 1933, embora obviamente mais jovem, é conciliador, moderado, condena as oligarquias no privado e convive e negocia com elas na arena política. É “extremado” no interior da Aliança Liberal, quando o parâmetro comparativo é Borges de Medeiros e Antônio Carlos, mas recusa soluções de “tendências extremadas” quando os pilares do liberalismo parecem ameaçados pelo avanço centralizador.

O difícil equilíbrio de Virgílio entre correntes opostas, as hesitações de um liberal que é herdeiro mas trabalhou para encerrar a Primeira República, as relações delicadas com as correntes políticas mineiras e as cautelosas referências a Getúlio Vargas foram encerradas em dezembro de 1933 quando o presidente da República, após três meses de procrastinação, nomeou Benedito Valadares interventor em Minas Gerais, em substituição a Olegário Maciel que falecera em setembro daquele mesmo ano.

Em discurso no Congresso Nacional, Virgílio afirmou nunca ter pretendido a chefia do governo mineiro, o que contradiz toda a mobilização dos seus amigos e aliados junto ao presidente Vargas a quem, no mesmo discurso, se referiu como o “honrado sr. Chefe do Governo Provisório”.

Mas não era possível esconder o desapontamento: “decepções pessoais nem são de molde a inspirar-me desalento e descrença nos destinos da Revolução” e “conservo agora o animo perseverante para a luta com uma confiança tranqüila e viril no futuro” (DIÁRIO DA NOITE, 29 dez. 1933, p. 1).

O futuro lhe reservava novos desafios, aliados de 1930

seriam inimigos, como Getúlio Vargas, que se torna o “me-diocre ditador” (FRANCO, 1946, p. 6) e novos combates e ambiguidades no interior da União Democrática Nacional (UDN). Mas estes são outros tempos e objeto para outros textos.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARANHA, Osvaldo. À guisa de prefácio. In: FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ARRUDA, Maria A. do N. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 132-235

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; Janaína Amado (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas a política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

DULCI, Otávio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-415 (O Brasil Republicano, v. 1)

FERRO, Flavia Salles. **Virgílio de Melo Franco**: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Juiz de Fora/MG, 2015.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Prefácio (1961). In: NABUCO, Carolina. **A vida de Virgílio de Melo Franco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **A campanha da UDN (1944-1945)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1946.

GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HELENO, Alexandre P. Aspectos da cultura política das esquerdas juizforanas: a perspectiva da mineiridade. **I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social LAHES**. Juiz de Fora, Anais... Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NABUCO, Carolina. **A vida de Virgílio de Melo Franco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-37 (O Brasil Republicano, v. 2)

PRIORE, Mary Del. **As vidas de José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

RESENDE, Otto Lara. Virgílio e o sonho permanente. In: FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 443 a 479.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001

Jornais

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário da Tarde

Jornal do Brasil

O Jornal

Site

www.cpdoc.fgv.gov.br

CAPÍTULO 4: Nas malhas da Revolução: Otávio Mangabeira e a oposição ao movimento de 1930

Eliana Evangelista Batista
Paulo Santos Silva

Introdução

25 de novembro de 1930. Dois transatlânticos que saíam do Rio de Janeiro rumo à Europa levavam para o exílio quatro políticos que haviam atuado na Primeira República. Entre eles, dois baianos, Pedro Francisco Rodrigues Lago (1870-1958), ex-senador, candidato ao governo da Bahia naquele ano, e Otávio Mangabeira (1886-1960), ministro das Relações Exteriores do então presidente Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957), deposto em 24 de outubro.⁴³

Antes de embarcar, ambos deram declarações aos jornais cariocas. Pedro Lago, que havia se recusado a fazer longas conferências, teria afirmado, em resposta às indagações do jornal *A Noite*, de 25 de novembro de 1930, que ficaria no exílio até fevereiro de 1931, tempo estimado por ele para a conjuntura política adquirir estabilidade. Otávio Mangabeira também se furtou a dar declarações demoradas, porém,

⁴³ As datas de nascimento e morte dos indivíduos aparecerão sempre a primeira vez que os nomes forem mencionados no texto, salvo aquelas que não foram identificadas.

antes de embarcar, fez questão de defender a sua atuação junto ao governo deposto.

Questionado sobre as razões de sua prisão e exílio, o ex-ministro afirmou: “[...] escreverei, mais tarde, alguma coisa a este respeito. Talvez um livro”⁴⁴. Acrescentou ainda que guardava a consciência de brasileiro e de homem público perfeitamente tranquila, com a certeza de haver cumprido da melhor forma o seu dever. Todas as atitudes tomadas como ministro das Relações Exteriores, destacou, foram norteadas pelo “amor que tinha pela Pátria” e pelo “desejo de uma solução para a situação política do Brasil”.

Com essa declaração, Mangabeira anunciava de que forma participaria da política no novo governo instituído no país a partir de 1930. Desde a sua prisão, em 7 de novembro, no Quartel do 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro, ele deu início à trajetória de oposição a Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1945, expressou seu pensamento político em manifestos, cartas e discursos que, em conjunto, revelam a defesa de um projeto liberal em escala nacional.

Este capítulo analisa a oposição levada a cabo pelo ex-ministro Otávio Mangabeira ao governo Vargas, entre 1930 e 1933, período que se estende de sua prisão à realização das eleições para a Constituinte. Verifica-se, assim, de que modo, com quais referências intelectuais, fontes de inspiração e limitações, foi possível, mesmo no exílio, combater a nova configuração de poder. Conforme será demonstrado, o conteúdo liberal da gramática política de Otávio Mangabeira

44 *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, 25.11.1930. 2ª ed. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 25.5.2020.

ameaçava a ordem estabelecida, razão pela qual os seus escritos seriam com frequência censurados e muitos vieram a público somente na vigência das instituições livres.

As cartas e os manifestos do primeiro exílio de Otávio Mangabeira são fontes fecundas que remetem aos anos de 1930 a 1934. Trata-se de documentos que revelam a vida pública da perspectiva de quem saiu do país para viver e observar de fora a política nacional e internacional. Os escritos de Mangabeira desse período elucidam a rede de contatos e articulações entre lideranças brasileiras no exílio, além de mostrar seus esforços para manter sua influência no Brasil e na Bahia, em particular.

A ascensão de Otávio Mangabeira na política

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador, no dia 27 de agosto de 1886. Em 1905, formou-se em engenharia civil e bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas, passando a integrar o corpo docente da Escola Politécnica da Bahia, no ano seguinte. Depois de uma curta atuação na imprensa local, foi eleito para o Conselho Municipal de Salvador pelo Partido Republicano da Bahia (PRB), em 1907. Assumiu o mandato em janeiro de 1908, sendo eleito segundo-secretário da casa e, em 1909, deixou os cargos que ocupava como engenheiro para dedicar-se, exclusivamente, à política (BATISTA, 2018, p. 498).⁴⁵

No início do século XX, a imprensa, embora não

⁴⁵ Ver dados biográficos completos em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mangabeira-otavio>. Acesso em 03/08/2018.

configurasse um meio de vida seguro, abria portas para o ingresso na vida intelectual e nos empregos públicos para aqueles vinculados aos grupos dirigentes (SILVA, 2011: 74). A eloquência, que fazia parte da estratégia dos publicistas de então, era uma característica forte em Otávio Mangabeira, que, em 1909, vinculou-se a José Joaquim Seabra (1877-1942) na organização da chamada Comissão Republicana. Essa agremiação apoiou a chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás e atuou intensamente contra a campanha civilista em favor da candidatura de Rui Barbosa (1849-1923) à presidência, no ano de 1910.

Com a vitória de Hermes da Fonseca (1855-1923), Otávio Mangabeira aderiu ao Partido Republicano Democrata (PRD), criado por Seabra com os integrantes da antiga Comissão Republicana. Elegeu-se deputado federal pela Bahia, na legenda do PRD, em 1911, e integrou o grupo dos 14 novos deputados e um senador estadual eleitos por esse partido.

Em janeiro de 1912, após uma campanha tumultuada por atos de violência, a Assembleia baiana elegeu Seabra, candidato único, presidente (governador) da Bahia. Foi nesse contexto, do PRD no governo e do gradativo enfraquecimento do PRB, que Otávio Mangabeira assumiu o mandato de deputado, em maio de 1912, e, logo em seguida, tornou-se membro e mais tarde vice-presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal.

Ainda na legenda do PRD, foi reeleito para as legislaturas subsequentes, iniciadas em 1915 e em 1918. Em julho de 1919, no entanto, em virtude de divergências com os Muniz, principais líderes do PRD, e com Seabra, que se mostrara

solidário a eles, desligou-se do partido e ingressou na oposição, que tinha como lideranças mais expressivas seu irmão João Mangabeira (1880-1964), Pedro Lago, Miguel e Antônio Calmon e Rui Barbosa. Em 1920, foi reeleito pela legenda do PRB e manteve-se na oposição ao governo de Epitácio Pessoa (1865-1942).

Em janeiro de 1923, Otávio Mangabeira filiou-se à Concentração Republicana da Bahia (CRB), agrupamento político recém-formado por Pedro Lago, Vital Soares e Ernesto Simões Filho (1886-1957), desempenhando importante papel na sucessão do executivo baiano. Foi ele quem negociou junto a Washington Luís, então presidente (governador) de São Paulo, a indicação também pela CRB, de Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932), para candidato ao governo da Bahia. Artur da Silva Bernardes (1875-1956) apoiou a candidatura de Góis Calmon, que foi eleito e empossado com a intervenção do presidente (SAMPAIO, 1999, p. 182).

Essa intervenção se fez sentir também na composição final da bancada baiana na Câmara, que contou com 11 deputados da CRB, entre eles, Otávio Mangabeira. Embora mantendo divergências políticas com o novo governo estadual, Mangabeira tornou-se líder da bancada baiana na Câmara Federal. Por ocasião das negociações para a escolha do sucessor de Artur Bernardes, no entanto, Mangabeira já atuava sob a liderança política de Miguel Calmon, cujo nome foi ventilado para assumir a vice-presidência da República na chapa oficial de 1925-1926 (BRITO, 2019, p. 213).

As divergências políticas impediram a indicação de um representante da Bahia à presidência, favorecendo a aliança Minas-São Paulo. Ciente do papel que o estado poderia

vir a ter se apoiasse São Paulo, Mangabeira intercedeu para que o executivo baiano se pronunciasse em favor do arranjo político vencedor (BRITO, 2019, p. 229). Em função de sua atuação, após a posse de Washington Luís na presidência da República, em novembro de 1926, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, afastando-se do mandato parlamentar.

Em 15 anos de participação política, Mangabeira havia ido ao exterior uma única vez e não era fluente em inglês ou francês. No entanto, conforme observou os críticos da época, o papel que exerceu na Câmara, sobretudo ao liderar a aprovação de projetos importantes, como a reforma da Constituição, rendeu-lhe elogios e reconhecimento por sua capacidade política e poder de oratória (BRITO, 2019, p. 236). Embora fosse considerado um quadro da nova geração, Mangabeira reunia atributos que o mantinham fortemente ligado ao presidente Washington Luís e assim permaneceu até a madrugada de outubro de 1930, quando o mandatário foi deposto.

Com residência fixa no Rio de Janeiro, Otávio Mangabeira manteve-se ligado à política estadual. Participou da criação, em janeiro de 1927, do novo Partido Republicano da Bahia, que resultou na assinatura de um documento que acomodou as diversas forças e estabeleceu a distribuição dos cargos para cada facção. Pelo acordo, o grupo liderado por Mangabeira receberia três dos nove lugares da comissão executiva do novo PRB, 1/3 dos 42 deputados estaduais e oito das 22 cadeiras de deputado federal. Miguel Calmon, por sua vez, seria indicado e eleito senador federal pelo PRB ainda em 1927, levando ao posto de governador o seu correligionário, Vital Soares (1874-1933), que mais tarde formaria a chapa oficial

para as eleições majoritárias (SAMPAIO, 1998, p. 206).

Como ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira promoveu uma gestão destinada a complementar o trabalho do Barão do Rio Branco (1845-1912), cuja tônica foi a demarcação das fronteiras brasileiras. São numerosas as matérias de jornais que dão conta de acordos firmados entre o Brasil e os países vizinhos.⁴⁶ Além de pleitear uma melhor relação com os demais países da América do Sul, Mangabeira buscou aproximação com os Estados Unidos.

Mangabeira orientou a delegação brasileira, chefiada por Raul Fernandes (1877-1968), que representou o Brasil na Conferência Panamericana de Havana, em Cuba, no sentido de defender maior aproximação diplomática e comercial entre os Estados Unidos e os países latino-americanos (DULCI, 2008, p. 52). À época, o Brasil integrava o Conselho Executivo da Liga das Nações, fato decisivo para o êxito obtido na defesa dos interesses econômicos e comerciais do país, mas não ficaria muito tempo no posto, em função das divergências que ocorreriam a partir de 1928, relacionadas às eleições daquele órgão (CADERNOS CHDD, 2006, p. 176).

Foi também em 1928, dois anos antes do término do governo de Washington Luís, que se iniciaram os debates em torno da sucessão à presidência da República. A candidatura oficial recaiu sobre Júlio Prestes (1882-1946), então presidente de São Paulo, o que contrariava interesses do Partido

46 Parte da imprensa carioca se referia a Otávio Mangabeira, nos anos de 1929 e 1930, como Barão do Rio Pardo. Para acordos firmados, consultar também: Decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929. In: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18956-22-outubro-1929-549004-publicacaooriginal-64267-pe.html>. Acesso em 02 de agosto de 2020.

Republicano Mineiro (PRM). No ano seguinte, o governo mineiro aproximou-se dos principais líderes gaúchos e lançou a chapa oposicionista de Getúlio Vargas/João Pessoa, respectivamente presidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Os entendimentos entre as forças dominantes desses dois estados possibilitaram a formação da Aliança Liberal, que, além do apoio do governo da Paraíba, contou com as oposições de outros estados e de integrantes do movimento tenentista.

Na Bahia, a Aliança Liberal foi apoiada por seabristas e por coronéis vinculados ao governo mineiro (BATISTA, 2018). Por sua vez, como membro do governo, e um dos principais representantes do acordo que levou a Bahia a indicar um nome à vice-presidência, Otávio Mangabeira acatou a candidatura oficial de Júlio Prestes e manteve-se ao lado do governo constituído.

Atento aos desdobramentos da campanha liberal, Mangabeira mantinha os diplomatas brasileiros informados sobre a política interna. Ainda em setembro de 1929, informou, através de circular telegráfica, que havia boatos de um movimento subversivo em organização no Rio Grande do Sul. Apesar do alerta, aquela e outras circulares encaminhadas ao final do ano e início do seguinte, tomavam a organização por um movimento sem expressão nacional. Segundo informava o ministro, a opinião favorável ao governo tornara-se iniludível, o que garantia a situação de tranquilidade no país (CADERNOS CHDD, 2006, p. 268).

Apesar da aparente calma, a vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 provocou enérgica reação dos setores de oposição, que passaram a denunciar a ocorrência de fraude e de violência durante o processo eleitoral. Em 23

de maio de 1930, Otávio Mangabeira se apressou em informar aos diplomatas que Júlio Prestes havia sido reconhecido oficialmente pelo Congresso como presidente eleito (CADERNOS CHDD, 2006, p. 286).

Na mesma circular, desmentia os boatos de perturbação da ordem que estavam sendo divulgados pelos jornais brasileiros, porém, nos bastidores, acelerava-se a preparação de um movimento revolucionário, pois a morte de João Pessoa (1878-1929), na Paraíba, em junho daquele ano, teria impulsionado os membros da Aliança Liberal na conspiração para a derrubada do governo.

Ao tempo em que cuidava de desmentir os boatos sobre uma possível revolta armada no Brasil, Otávio Mangabeira investia em sua carreira como ministro das Relações Exteriores. Em agosto de 1930, inaugurou as reformas que implementara no Itamaraty e seus anexos, destacando-se as do edifício dos arquivos, biblioteca e mapoteca. O prédio, que seria franqueado à visita pública aos domingos, passou também, a partir de setembro, mesmo mês em que ele foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras para a cadeira número 23, a sediar uma série de conferências sobre a história do Brasil e as questões internacionais (CADERNOS CHDD, 2006, p. 289).

Conforme matéria publicada pelo jornal *A Noite*, de 15 de outubro de 1930, a última dessas conferências ocorreu no dia 14, quando o movimento revolucionário já havia despontado. No dia anterior, o mesmo jornal publicava uma nota, cujo texto informava que dezessete jovens da Capital Federal haviam formado, a 12 de outubro, o “batalhão patriótico” Otávio Mangabeira e que, em documento entregue ao

ministro da Justiça, solicitavam “[...] auxílio necessário para o andamento — reunião de gente válida como a que voluntariamente se lhes está apresentando, assim como a nomeação de uma autoridade militar para o comando da tropa e praticar os atos necessários”.⁴⁷

As circulares que compõem o quinto Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática (CCHDD) mostram que Otávio Mangabeira passou a reconhecer que a agitação política aumentava os boatos de uma revolta armada a partir de agosto de 1930. As orientações e afirmativas de plena ordem, recorrentes em seus comunicados aos diplomatas brasileiros ao longo daquele mês e do mês seguinte, longe de passar a ideia de paz estabelecida, apontavam para a gravidade da crise política no Brasil. Em 4 de outubro de 1930, em circular confidencial, Mangabeira informou aos consulados que a agitação havia irrompido em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o apoio dos respectivos governos. Informou ainda que o Congresso votaria, naquela mesma data, o pedido para decretar estado de sítio no país (CADERNOS CHDD, 2006, p. 299).

A maior preocupação do então ministro era de que os governos, principalmente dos países vizinhos, viessem a reconhecer o estado de “beligerância revolução” no Brasil (CADERNOS CHDD, 2006, p. 302). Era preciso contornar o impasse, mas a suspensão da comunicação, inclusive rádio-telegráfica, com os estados em luta, dificultava enxergar a dimensão da crise. Restava, portanto, a tentativa

47 *A Noite*, Rio de Janeiro, 13.10.1930. 2ª ed. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 25.5.2020.

de isolar as regiões tomadas. Em 11 de outubro de 1930, Otávio Mangabeira solicitou recusa aos despachos dos navios dos portos de Fortaleza, todos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, São Luís, Parangaba, São Francisco e todos os Portos do Rio Grande do Sul (CADERNOS CHDD, 2006, p. 308).

A medida do ministro apontava para a gravidade da situação, sobretudo no Nordeste, onde o movimento cresceu rapidamente. Com base nas fontes consultadas, não foi possível esclarecer as razões, mas no dia 13 de outubro de 1930, o Ministério das Relações Exteriores suspendeu as circulares sobre a situação política do Brasil. Segundo o último comunicado dessa natureza, uma agência americana ficaria incumbida de fornecer as informações oficiais que deveriam ser retransmitidas aos consulados.

Em um dos últimos documentos assinados por Otávio Mangabeira à frente do Ministério das Relações Exteriores, consta uma circular que informava a chegada do cardeal Sebastião Leme no Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1930. Três dias depois, ao lado dele Otávio Mangabeira protagonizou um momento decisivo de sua atuação política.

A tomada do Palácio do Catete, na madrugada de 24 de outubro de 1930, e a deposição de Washington Luís, mediada pelo ministro baiano, foi uma das principais imagens construídas sobre o fim da Primeira República do Brasil. O texto *As últimas horas da legalidade*, elaborado por Otávio Mangabeira, narra esse momento e se impôs como importante documento político.

De preso político a político exilado: a oposição de Otávio Mangabeira ao governo provisório de Getúlio Vargas

Na madrugada de 24 de outubro de 1930, o Catete foi cercado pelos revoltosos. Otávio Mangabeira, assim como os demais ministros do então governo, foi chamado ao Palácio e acompanhava os desdobramentos do movimento armado que desde o dia 3 agitava o Brasil (MANGABEIRA, 2012, p. 30).

A narrativa dos fatos dessas “últimas horas de legalidade” foi feita no Quartel do Primeiro Regimento de Cavalaria, a 16 de novembro de 1930, quando Otávio Mangabeira já se encontrava preso. Claramente um documento produzido para construir a versão situacionista dos fatos, o texto de Mangabeira revela as impressões acerca da Revolução de 1930: “[...] a deposição de um presidente, a queda da ordem legal, em benefício daquilo que mais pode afligir o amor da liberdade – a instituição da ditadura” (MANGABEIRA, 2012, p. 44).

A Revolução de 1930 não foi um movimento armado isolado na América do Sul. No mesmo período, marcado em âmbito internacional pelo declínio do liberalismo, Bolívia, Peru e Argentina viviam situações semelhantes. Apesar disso, Otávio Mangabeira destacou que tanto na Argentina como no Brasil, os presidentes depostos haviam sido eleitos pelo voto do povo e estavam amparados por uma Constituição, vista por ele como símbolo máximo das democracias modernas (MANGABEIRA, 2012, p. 39).

Apesar da publicidade que ganhou o documento, ele não foi o primeiro a ser redigido por Otávio Mangabeira. De fato,

tão logo foi preso, encaminhou uma carta ao governo provisório questionando as razões de sua prisão (FGV/CPDOC-LV c1930.11.08). Na data de sua partida, segundo relatou o jornal *A Noite*, de 25 de novembro de 1930, Mangabeira fez questão de se referir à missiva e afirmou que, em resposta, teria recebido na prisão, a visita de Batista Luzardo (1892-1982). Este, em nome do governo constituído, foi ao Quartel dar-lhe explicações. Segundo consta no jornal, Batista Luzardo teria afirmado que Otávio Mangabeira era muito respeitado pelos aliancistas, mas a sua atuação política, naquele momento, não era bem vista no Brasil.

Na segunda carta encaminhada ao presidente, Otávio Mangabeira afirmou que não pretendia declinar de sua atuação, pelo contrário, nutria interesse em ver a ordem constitucional retomada no menor tempo possível, através de “[...] reformas eficazes, administrativas e políticas, ao primado da ordem legal” (MANGABEIRA, 2012, p. 57). Mangabeira pedia ainda que Getúlio Vargas tolerasse as indagações a respeito da sua prisão:

Pouco importa que a Constituição esteja suspensa, ou estejam suspensas as leis, ou haja poderes discricionários. Pouco importa. Não são as leis, ou a constituição, que garantem a liberdade. É a nossa própria honra pessoal que nos impõe o respeito da liberdade alheia, e tanto mais quanto maior o poder em que nos encontremos investidos. Ao último dos cidadãos, não será porventura a liberdade uma faculdade tão simples, que se deve cassar sem mais aquela, sem provado motivo, ou justa causa (MANGABEIRA, 2012, p. 58).

Otávio Mangabeira, a partir da defesa de si, atacou a nova ordem em construção. Para isso, apoiou-se em pressupostos liberais, contrapondo ao governo dos homens o governo das leis, exigindo a imediata restauração da “ordem legal”.

O teor das cartas foi divulgado entre os correligionários, familiares e amigos de Otávio de Mangabeira e deve ter influenciado na decisão do governo em encaminhá-lo ao exílio. Não por acaso, a sua prisão e exílio foram interpretados pelo jornal carioca *Diário de Notícias* como uma medida benévola e necessária da parte do governo provisório. Em matéria divulgada a 19 de novembro de 1930, o jornal ponderou que o exílio tentava evitar quaisquer violências inúteis, portanto, era uma medida de justiça e segurança, não só humanitária como sagaz. Aos olhos do estrangeiro, Otávio Mangabeira e os demais políticos depostos seriam apenas “amáveis cavaleiros exilados em vilegiatura”.⁴⁸

Os escritos de Otávio Mangabeira foram tomados por “históricos” na mesma época em que foram publicados. O *Correio da Manhã*, na edição de 28 de novembro de 1930, por exemplo, em uma matéria intitulada “Os mudos da revolução” informava que no futuro os cronistas teriam dificuldades em reconstruir fases e episódios da revolução vitoriosa a 24 de outubro, por ausência de escritos dos homens depostos do poder, isso porque, acossados pela opinião pública ou pelas armas, esses homens “[...]se reservaram ao propósito obstinado de não falar, guardando todos um mutismo

48 “Uma medida benévola e necessária”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19.11.1930. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 5.8.2020.

calculado, que intriga e faz desconfiar”.⁴⁹

Conforme afirmou o jornal, até mesmo o presidente, que era dado ao “ofício de historiador” e ocupava parte do tempo revirando os arquivos coloniais, passava a impressão de que ao cair, havia presumido que a história com ele não mais iria se incomodar. Como ele, tantos outros permaneceram calados, reclamando, quando muito, em forma de desabafo, e se haviam murmurado alguma coisa ou redigido algum documento, afirmava o jornal, teria ficado no mais absoluto sigilo. Segundo a matéria, apenas um político deposto em 1930 destoava desse perfil:

Abra-se uma exceção, em respeito à verdade e à justiça, para o senhor Otávio Mangabeira. Era o político mais inteligente da situação decaída. Observador atinado, conhecendo, pelo direito e pelo avesso os homens e as coisas que o cercavam, quase assina, no dia seguinte, com a Junta Pacificadora, os papéis que na véspera começara a examinar com o presidente apeado. Recusou, entretanto, continuar no Itamaraty, o que não o impediu, mais tarde, de ser igualmente detido e levado para o Quartel de Infantaria do Exército. Como é escritor acadêmico, redigiu várias cartas, que enviou ao novo governo e, ao embarcar para a Itália, contra a vontade, mas tendo um bota-fora concorrido, arriscou um esboço de defesa que é, no fundo a contestação aos motivos oferecidos para o seu exílio e interrupção da sua carreira de político que subia com muita pressa (CORREIO DA MANHÃ, 26.11.1930, p.4).

49 “Os mudos da Revolução”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.11.1930. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspxr>>. Acesso em 5.8.2020.

Silvia Sarmiento, ao analisar os rituais políticos da Bahia na Primeira República, sugere uma hipótese acerca do que significava o “bota fora concorrido” de Otávio Mangabeira, ressaltando que eram rituais típicos em todo país, à época. Segundo a autora, a Bahia republicana tinha uma gama de rituais de caráter político-partidário e as cerimônias de embarque e desembarque era uma das mais importantes. Envolveria tanto as principais autoridades da terra e os representantes “das classes destacadas” quanto a população que se aglomerava no porto enfeitado, acompanhados de banda de música e carros que compunham o cortejo. Essas recepções serviam como uma espécie de termômetro para testar a popularidade e o prestígio de figuras da política. Para ela, “[...] além de diferenciar quem estava *dentro* e quem estava *fora* dos grupos e partidos, os rituais em foco promoviam uma ordenação entre os que estavam *por cima* e os que estavam *em baixo* (SARMENTO, 2011, pp. 80-81).

Já na Europa, Otávio Mangabeira continuou a encaminhar cartas em que atacava o governo provisório. A censura à imprensa impediu a divulgação de todas elas, mas a documentação de arquivo mostra que elas chegavam, ao menos, às mãos dos seus correligionários políticos. Em carta datada de 25 de dezembro de 1930, o médico baiano Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954) declarava: “As suas cartas, ativas e corajosas, aos homens da atual situação e cujas cópias li há dias, deram-me a verdadeira explicativa da medida injusta e extrema de sua prisão” (MANGABEIRA, 2012, p. 82).

Outra situação que impedia a publicação das cartas, além da censura imposta aos veículos de comunicação, era a atuação da Junta Revolucionária e as atividades dos tribunais que

vinham julgando os políticos desalojados do poder. Por essa razão, o manifesto escrito por Otávio Mangabeira sobre o movimento revolucionário teve circulação restrita. Segundo informou o irmão João Mangabeira, em carta datada de 10 de fevereiro de 1931, as missivas remetidas pelo ex-ministro foram lidas por ele para vários amigos, assim como fizera com o manifesto que acabava de receber (MANGABEIRA, 2012, p. 88).

Ao se considerar os rumos das lutas políticas no Brasil, a partir de 1930, pode-se apontar o manifesto como um texto fundador. Trata-se de uma das primeiras manifestações feitas contra a nova ordem em processo de implantação. Com o título de *Palavras à nação*, o manifesto reúne parte dos argumentos utilizados por Otávio Mangabeira nas cartas emitidas ao governo provisório e a Assis Brasil, quando de sua passagem pelo Quartel de Cavalaria. O ex-ministro dirigia-se ao “povo brasileiro” num escrito que vai mudando de tom na medida em que avança, na apresentação dos argumentos, passando ao ataque aberto ao novo governo.

Palavras à nação poderia ser tomado por um pronunciamento sem consequências, condenado a permanecer na condição de um desabafo de ocasião feito por um político deposto pelo movimento armado de 1930. Porém, o processo político que então se iniciava resultou em conferir ao documento um lugar de destaque e ampliou seu significado, sobretudo em função dos problemas que foram impostos à sua divulgação (SILVA, 2005, pp. 25-28).

Dessa forma, foram as ações posteriores que conferiram valor histórico mais acentuado ao escrito. De um lado, censura à imprensa, medidas autoritárias e exílio aos opositores,

de outro, um conjunto de ações baseadas em postulados liberais de um grupo que passou a tomar os escritos de Otávio Mangabeira como orientação, pois, se o documento se inicia revelando um homem intimidado, termina com um texto que desafia e ameaça o poder constituído, qualificando-o de ditadura: “Expatriações, tribunais de exceção, monstruosidades que tais, a mentalidade brasileira, o espírito brasileiro, as tradições brasileiras repelem como injúrias” (VIANA FILHO, 1986, p. 55).

Ao se referir a “tradições brasileiras”, Otávio Mangabeira lançava uma formulação que seria evocada por liberais baianos, sempre associada à ideia de que haveria no país “tradições liberais” que deviam ser respeitadas. Iniciativas que não tomassem esse caminho não poderiam ser consideradas legítimas.

Embora julgasse um documento importante, João Mangabeira chamava a atenção para o perigo de publicá-lo naquele momento. Segundo informou, para ele, assim como para os amigos, duas eram as razões que deveriam ser consideradas para que se aguardasse. A primeira, é que havia rumores de que um novo movimento armado estava sendo organizado por Mena Barreto (1874-1933) e que, se vitorioso, convocaria de imediato uma constituinte; e a segunda, é que a Carta de Otávio Mangabeira, destinada a Assis Brasil (1857-1938), havia irritado o governo e a publicação de um manifesto naquele momento poderia levar a irritação ao cúmulo.

Otávio Mangabeira era um dos investigados pelo Tribunal Revolucionário. Sobre ele recaíram acusações relacionadas à sua atuação no Itamaraty no tempo de ministro. Em

fevereiro de 1931, as denúncias estavam em fase inicial de investigação, com poucas informações divulgadas na imprensa. Desse modo, a sugestão de João Mangabeira era de que o irmão aguardasse a publicização do caso para se defender.

A justificativa de João Mangabeira incomodou o ex-ministro. Em resposta à missiva, Otávio Mangabeira afirmou se sentir envergonhado. Para ele, o silêncio diante de tudo que estava acontecendo era “inepto e indigno”:

Confesso que tive uma decepção. Diz-se-ia que falamos, sobre o assunto, em línguas diferentes. Você, a julgar pelo conjunto das suas impressões, me atribui, mais ou menos, a situação de escravo fugido, carregado de mazelas, difícil de defender-se, e que precisa andar com habilidade para não irritar os senhores, aliás, generosos, a ponto que eles percam a paciência, e mandem aplicar ao pobre diabo um pouco de chicote (MANGABEIRA, 2012, p. 95).

Ainda na carta dirigida ao irmão, Otávio Mangabeira fez um relato sobre a sua passagem pelo Ministério das Relações Exteriores, afirmando nada temer a respeito do Tribunal que ele nem chegava a reconhecer e concluía:

Que me importa a mim que se “irritem” as donzelas da ditadura? Tanto melhor. Nem viso eu a outra coisa. Que me importa a mim que me exilem, seja por século? Tanto melhor ainda, para o meu ponto de vista. Já estou cogitando de ocupação estrangeiro, de onde abrirei as minhas baterias, por todos os meios de ação, pronto, entretanto, a partir, em vinte e quatro horas, se aí tiver liberdade para dar combate à canalha (MANGABEIRA, 2012, p. 95).

Otávio Mangabeira fez ainda um apelo, repetido em carta de semelhante teor, ao deputado Fiel de Carvalho Fontes, para que interviesse na imprensa, sobretudo o *Correio da Manhã*, que ele julgava ser um jornal amigo, mas que vinha publicando notícias hostis a seu respeito. Para ele, junto àquele órgão “[...] seria fácilimo não somente as impedir, como obter [notícias] favoráveis [...]”, uma vez que era de propriedade de Paulo Bittencourt (1895-1963), a quem havia feito “várias finezas” e a quem bastava apenas advertir.

No mês de abril, em carta a Otávio Mangabeira, João Mangabeira mais uma vez mencionou o *Manifesto à nação*, ainda não publicado. Nela, faz observações a respeito da ausência de oposição dos homens depostos em 1930 e revelou que Otávio Mangabeira era o único que combatia abertamente o Governo Provisório:

Foi você o único que escreveu cartas, que centenas e centenas de pessoas já as conhecem. Aqui no Rio, raros são os políticos que ainda não as leram. Mas todos, como em todas as classes, delas se têm notícias. O manifesto mostrei-o também a muitos. A sua resposta à Comissão, li-a a vários, inclusive a Macedo Soares, a quem também mostrara as cartas, bem como ao João Neves. O que você devia fazer, já o fez e de sobra. Com uma bravura e dignidade raros. Foi mesmo o único que protestou. Onde, portanto, a necessidade de precipitar um manifesto e naqueles termos, cheio de remoques, pontas e ironias ao Exército que é seu amigo? Como liquidar, de antemão, e sem necessidade, o dia de amanhã? Você perdeu aquela faculdade de raciocinar friamente dentro dos dissabores (MANGABEIRA, 2012, p. 112).

No mesmo mês de abril, na edição do dia 14, o jornal *Correio da Manhã*, divulgou uma nota, replicada do correspondente de São Paulo, na qual informou que as cartas que Otávio Mangabeira havia encaminhado a Getúlio Vargas e a Assis Brasil da prisão estavam sendo divulgadas clandestinamente na Capital Federal.

Também em abril de 1931, o *Diário da Manhã*, replicando matéria do jornal paulista *Folha da Manhã*, em 10 daquele mês, divulgava que, em carta encaminhada do exílio por Mangabeira, ao irmão, a reação dele ao saber que havia sido citado pela “justiça revolucionária” para defender-se, foi enviar uma resposta em que ressaltava “[...] recusar-se a prestar quaisquer esclarecimentos perante a Corte Revolucionária, por lhe negar competência para julgar os membros de um governo legalmente constituído como [...] o que foi derrubado pelo movimento de outubro”⁵⁰. Informava ainda que estaria pronto a prestar todas as contas de sua administração no dia que o Brasil voltasse ao “regime da lei, com um governo constitucional, eleito pelo povo”, conteúdo principal de sua gramática liberal.

No dia 17 de abril de 1931, foi o carioca *A Noite* que divulgou texto exaltando os feitos do ex-ministro numa matéria intitulada “O senhor Mangabeira e a Junta das Sanções”, o que demonstra ter havido um movimento em sua defesa minimamente coordenado na imprensa.

Cabe destacar que havia outros políticos da Bahia contrários ao governo provisório naquele momento, dentre eles,

50 *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

os mais notáveis foram Moniz Sodré e J. J. Seabra. Ambos, porém, não podem ser tomados como homens apeados do poder em 1930, tendo em vista as suas participações no movimento armado que destituiu o governo. A oposição que vinham fazendo ao governo provisório de Getúlio Vargas era motivada pela situação política da Bahia e pela disputa dos postos de mando desde que o movimento armado saiu vitorioso (BATISTA, 2018).

A crise entre os aliancistas e os militares ocorreu logo que Leopoldo Bastos do Amaral (1893-1965), o primeiro intervenor da Bahia, foi levado a se demitir do cargo, em fevereiro de 1931. Juarez Távora (1898-1975), que comandava o governo nos estados do então Norte, cogitava entregar o executivo baiano a Juraci Montenegro Magalhães (1905-2001). Para Távora, a depuração de alguns políticos profissionais era uma tarefa necessária, mas a disputa entre aliancistas e militares revelou que os seabristas ainda dispunham de força política. Na oposição dos baianos Moniz Sodré e J.J. Seabra ao nome de Juraci Magalhães, o médico Artur Neiva (1880-1943) foi o escolhido, assumindo a interventoria federal na Bahia, a 18 de fevereiro de 1931 (BATISTA, 2018, pp. 116-117).

Apesar da vitória obtida em fevereiro, a interventoria de Artur Neiva foi marcada por conflitos políticos e administrativos ainda maiores (SAMPAIO, 1992, pp. 68-74). Os desafios que enfrentou na Bahia foram de ordem econômica e financeira, política e social. Tão logo ocupou a cadeira no governo do estado, tratou de promover uma série de mudanças. Cedo, demonstrou a sua indisposição com os jornalistas, e ainda no discurso de posse ameaçou a liberdade de imprensa no estado. Permaneceu no governo até 15 de agosto de 1931.

Ao se considerarem preteridos nas questões políticas dentro da própria Bahia, os membros do Partido Republicano Democrático trataram de se reorganizar, fundando a Legião Revolucionária J.J. Seabra, em oposição à Legião Nordeste, composta por militares de outros lugares que ocupavam cargos no estado. A Legião Revolucionária J.J. Seabra lançou diversos manifestos à Bahia e começou uma campanha pela reconstitucionalização do país, em nome da “salvação da Pátria”. Procurava recuperar o espírito “civilista” da Revolução, destacando o papel que políticos e civis tiveram durante o processo revolucionário.

O combate ao governo havia dado destaque a Seabra, mas não havia condições para que ele, sozinho, pudesse articular as forças descontentes. Nesse cenário, discutia-se a possibilidade de retorno de Otávio Mangabeira para assumir a liderança da oposição. Com a cisão no “grupo revolucionário”, abriam-se possibilidades de aproximação.

Em carta encaminhada por João Mangabeira ao irmão exilado, em julho de 1931 ele assegurou: “[...] o Seabra deseja fazer na Bahia um novo partido conosco, e logo. Ele está forte, e ainda anteontem encontrei-me com ele. Perguntou por você e lhe mandou abraço” (MANGABEIRA, 2012, p. 179).

Otávio Mangabeira, por sua vez, manteve a regularidade no envio de cartas e manifestos ao Brasil. Em 12 de junho de 1931, o jornal *Diário de Notícias* divulgou uma nota do correspondente da Bahia, informando que jornais do estado haviam publicado um manifesto do ex-ministro. No documento dirigido aos baianos, datado de 1º de maio de 1931, há referências à atuação de Mangabeira no Ministério das Relações Exteriores. Otávio Mangabeira, mais uma vez,

afirmava que tudo guardava em documentos, que seriam publicados oportunamente, mais um indicativo de que eram escritos deliberadamente como testemunho de uma época, e, mais que isso, como contranarrativa em relação aos vencedores de 1930.

Nos bastidores, os correligionários e parentes buscavam articular, junto às instituições, moções de apoio a Otávio Mangabeira. Com esse objetivo, não só se estabeleciam contatos com jornais no Rio de Janeiro como na Bahia, junto à Faculdade de Medicina, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, à Associação Comercial, à Associação de Varejistas, à Academia Baiana de Letras e à Escola Politécnica, conforme informações que constam em carta enviada pelo cunhado Euvaldo Pinho, em 7 de maio de 1931.

Cabe lembrar que na Bahia essas instituições eram organismos de intervenção política, se constituíam como “corpo de entidades apartidárias capaz de reunir indivíduos por cima das siglas”. Eram, portanto, organismos que promoviam o processo de socialização, no sentido de proporcionar aproximações e solidariedade, muitas vezes “necessárias para desencadear ações conjuntas e enfrentar circunstâncias que ameaçavam de alguma forma o bem-estar de determinados grupos ou do conjunto dos grupos existentes” (SILVA, 2011, p. 111).

Os contatos, por sua vez, eram feitos no mais intenso sigilo. Conforme informou Euvaldo Pinho, era preciso “andar com todo cuidado”, dirigindo-se a pessoas de confiança e, quando se lançava mão de um terceiro, recomendava-se não fazer referência aos nomes ligados a Otávio Mangabeira (MANGABEIRA, 2012, pp. 142-145).

Somavam-se às intervenções de João Mangabeira, junto

à imprensa da capital da Bahia, as notas encaminhadas pelo jornalista Mário Monteiro, com o intuito de “plantar” notícias sobre o prestígio de Otávio Mangabeira e enfraquecer as acusações do Tribunal. No período, o jornalista baiano havia assumido a direção do Jornal *O Imparcial*, na Bahia. Segundo revelou em carta ao ex-ministro, seu objetivo era coordenar a opinião pública frente a Junta de Sanções e, por isso, um ou dois tópicos diariamente publicados na Bahia eram encaminhados por ele ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro e ao *Jornal do Comércio*, de São Paulo (MANGABEIRA, 2012, p. 152).

O conteúdo das cartas e manifestos indica também a indignação de Otávio Mangabeira pela letargia dos políticos no Brasil, que, segundo ele, tudo aceitavam sem contestar. Porém, o movimento pela convocação de uma constituinte, ainda em 1931, colocava-se como oportunidade para a reorganização partidária em todo o país. Outro fator, tomado como objeto de mobilização, foi a indicação de Juraci Magalhães para interventor federal no estado.

A impossibilidade de rearticulação dos membros do Partido Republicano, que dominava a situação antes de outubro de 1930, e a incapacidade de direção política pelo Partido Democrático conferiam à Bahia a ausência de um grupo dirigente suficientemente forte para enfrentar os militares e assumir o governo. A crise de autoridade levou à escolha de Juraci Magalhães. No entanto, se, por um lado, a indicação confrontava as lideranças política locais, por outro, ela precipitaria a organização da oposição ao governo provisório de Vargas no estado, pois propiciou a junção das forças depostas em outubro de 1930 com aquelas descontentes com os resultados da Revolução (BATISTA, 2018, p. 127).

As cartas trocadas entre João Mangabeira, Simões Filho e Otávio Mangabeira evidenciam as articulações nesse sentido. Segundo informou João Mangabeira, em 2 de agosto de 1931, as primeiras iniciativas para organização política partiram do político baiano Pacheco de Oliveira (1880-1951), que, motivado pelo discurso em prol da Constituinte que reinava em todo o país, falava em fundar um partido, tendo para isso buscado apoio em João Mangabeira e Pedro Lago (1870-1958). A opinião destes, no entanto, era de aguardar dias melhores.

A atitude de João Mangabeira irritava profundamente o proprietário do jornal *A Tarde*, que teve papel de destaque nas articulações para a indicação do nome do então governador da Bahia, Vital Soares, para a composição da chapa das eleições majoritárias, em 1929. Simões Filho (1886-1957) demonstrava indignação pela letargia de Pedro Lago e João Mangabeira e informava ao ex-ministro que ambos pareciam se contentar com “o cativo” que havia se tornado a Bahia.

Assim, para uma possível constituinte, os correligionários levantavam o nome de Otávio Mangabeira como a “bandeira vitoriosa dos nossos ideais políticos”. Afirmavam, em sucessivas cartas encaminhadas ao ex-ministro que, embora o seu exílio fosse injustificado, as “perseguições mesquinhas” só engrandeciam a sua personalidade. A condenação, então, seria um bem, duplicaria o seu prestígio.⁵¹

51 Carta de Silveira, Dantas Bião e Simões Filho. In: **Octávio Mangabeira. Cartas do exílio** (1930-1934). Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. O **Correio de Távora** publicou no final de novembro de 1931: Se o eleitorado puder agir livremente como é de seu esperar, o sr. Otávio Mangabeira uma vez candidato terá estrondosa votação. Não por espírito de oposição aos que aí estão à frente da nova ordem, mas porque o Dr. Otávio Mangabeira, entre os ministros dos tempos de Washington Luiz é o único que conserva inteligência, cultura e caráter. IGHB. **Correio de Távora**. Alagoínhas, 21 de novembro de 1931, Ano XXV, n. 1259, p. 1.

As articulações em prol do retorno de Otávio Mangabeira foram apoiadas na capital da Bahia por várias instituições e também pelo movimento feminino e pela “mocidade baiana”. Apesar do alcance da campanha, amparada por muitos jornais da capital e do interior e reproduzida com frequência nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a sua vinda requeria preparos no campo político. Os liberais que ficaram no país, vinculados aos grupos destituídos em 1930, iriam se encarregar de preparar as circunstâncias que permitiriam seu retorno.

O preparo era cuidadosamente realizado. A passagem do aniversário de Otávio Mangabeira, por exemplo, foi vista por seus correligionários como momento oportuno para ressaltar-lhes as qualidades e inventariar-lhes as ações de homem público. Segundo matéria do *Correio da Manhã*, de 28 de agosto de 1931, a missa em homenagem a data natalícia do ex-ministro, no Rio de Janeiro, teria deixado lotada a Igreja e mais um pedaço de rua que ficava defronte. “Entre a homenagem e o homenageado havia um mundo de léguas”, mas ela era a expressão do suporte que Mangabeira tinha no país, de pessoas que não publicavam seu apoio por causa do constante policiamento. O artigo, assinado por Costa Rego, exaltou a coragem de Mangabeira, dizendo que havia homens superiores que não trabalhavam para as suas gerações e Otávio Mangabeira tinha mais coragem em afrontar a lama que havia se tornado a política no Brasil do que escrúpulo em evitá-la.

Por seu turno, o governo provisório mantinha as acusações feitas pela Junta das Sanções. No mês de outubro de 1931, a Comissão de Correição Administrativa divulgou

pela imprensa os resultados de suas apurações. Em relação a Otávio Mangabeira, em matéria do *Correio da Manhã*, de 20 de outubro de 1931, a Comissão acusava-o de vários delitos: manter uma conta supostamente irregular no Banco Boa Vista e com os juros decorrentes das movimentações fazer pagamentos irregulares a fornecedores; repassar recurso a Leal Veloso Leite, que era chefe de gabinete de Mangabeira; pagar vinte contos ao Senado para a apuração das últimas eleições; e manter uma conta no Banco dos Funcionários Públicos para fazer adiantamentos aos servidores do Ministério.

A Comissão apontava também irregularidades na construção da Biblioteca e do Arquivos do Itamaraty. A acusação mais grave, porém, recaía sobre a doação de 75 contos de reis para a Associação dos Funcionários do Ministério. Ao longo dos anos vinte, a Associação foi desfalcada por um funcionário. O roubo foi descoberto durante a gestão de Mangabeira que, segundo a denúncia, visava conter o escândalo para preservar o nome do Itamaraty, embora a Associação não tivesse ligações oficiais com o Ministério.

Outros delitos foram apontados pela Comissão tais como a doação de passagens a parentes e conhecidos, expatriação de brasileiros do exterior e a participação de Otávio Mangabeira na questão dos cem mil contos de réis destinados a preservar a legalidade, em 1930. Assim, decidiu-se, por indicação de Juarez Távora, e consentimento dos demais, que ele fosse imediatamente intimado através da embaixada no Brasil na França para defender-se.

Na oportunidade, o *Correio da Manhã* publicou, na íntegra, uma carta que Otávio Mangabeira havia encaminhado

aos membros da Comissão e na qual afirmava não reconhecer a legitimidade deles para conduzir quaisquer processos de sindicância a seu respeito. No texto da carta, Mangabeira identificava-se, mais uma vez, como político que devia justificativas apenas ao povo brasileiro:

Desprezo a misericórdia, sequer a benevolência da inquisição vigente, quando ela estiver ansiada(*sic*) em todos os seus apetites, hei de falar à nação que é só o poder no Brasil, a quem devo prestar vassalagem. Hei de dar-lhe, uma por uma, todas as minhas contas. Hei de comparar-me face a face com os meus inquisidores. Hei de mostrar-lhe que não a desonrei no posto que exerci. Deus guarde a vossas senhorias (CORREIO DA MANHÃ, 1931).

De acordo com a edição de 9 de outubro do jornal *A Noite*, onde os trabalhos da Comissão também foram divulgados, bem como a carta de Mangabeira, o relator Miguel Teixeira afirmou desconhecê-la como documento e defesa e solicitou a convocação de Mangabeira através da embaixada francesa no menor tempo possível. No mês de fevereiro do ano seguinte, esse mesmo jornal informou que a Procuradoria da Comissão de Correição Administrativa julgou ter concluído as investigações sobre a gestão de Otávio Mangabeira e enviou os arquivos da investigação ao então ministro Afrânio de Melo Franco (1870-1943) para arquivo.

Ao que parece, a investigação caiu em descrédito. No final de dezembro de 1931, João Mangabeira relatou ao irmão:

Acho que já se está aproximando o momento de sua volta. O ambiente tem se mudado nestes últimos tempos. [...] A tal Comissão de Sindicância está nas últimas. E o desprezo público por ela é tão grande, que ninguém mais, absolutamente ninguém, ali comparece, e são raros os que lêem as notícias que os jornais publicam a tal respeito. [...]. Mas, se como tudo faz prever, o alistamento vai começar em fevereiro, é tempo de você se preparar para vir [...]. Quanto à publicação dos seus escritos, acho que a publicação oportuna é dias depois de sua chegada ao Brasil. Agora seria tolice. Por que não tendo sido publicados naquela época, só o deveria ser num momento em que disto você tire vantagem. Este momento é 2 ou 3 dias depois de sua chegada, ou mesmo no dia seguinte, tudo enquadrado num manifesto sereno e altivo à Nação [...] (MANGABEIRA, 2012, pp. 250-252).

João Mangabeira destacou os cuidados tomados para “limpar” das cartas encaminhadas por Otávio Mangabeira, trechos que julgava ofensivos e desnecessários e orientava que elas fossem enquadradas num manifesto: “[..] Não precisam elas de retoques. Porque eu e Edgard fizemos, na do Brasil os retoques de que ela precisava. Porque você sem a serenidade habitual, escreveu algumas frases ásperas que não lhe ficavam bem” (MANGABEIRA, 2012, p. 253). Por fim, demonstra como a censura às cartas e aos manifestos e, por consequência, a não publicação deles, beneficiava a Otávio Mangabeira:

Ao meu ver o mais fraco no fundo, como na forma de seus escritos é o manifesto, que cada vez mais me convenço, que bem procedi não o publicando. E você quando aqui vir disto se convencerá. Até mesmo porque, se fosse publicado, teria sido, só por isso, a mais cabal refutação dele próprio. Porque, sob regime constitucional, mas em estado de sítio, não haveria por mal que o estampasse. Mas se numa ditadura o publicassem, é sinal de que “sobre uma tirania não se havia construído outra maior”. Ao contrário, o que havia era uma ditadura liberal, como nunca se vira no mundo, pois o ditador permitia que seus adversários o agredissem pela imprensa completamente livre e fizessem a propaganda popular da contra revolução, pelo ataque violento ao governo revolucionário, aos seus processos e aos seus homens. Mas isso não aconteceria. Porque o ambiente naquela época não era o de hoje. Havia ainda muita paixão e muito ódio. A réplica teria sido seu banimento incontínente com o apoio de toda, mas toda a imprensa, que abria contra você – sem defesa, sem que uma vez pudesse encontrar abrigo na imprensa, a arma minha, uma campanha terrível de difamação, e mostrando com falsidade e embustes, que o seu ministério foi um foco de escândalos e abusos e crimes. A opinião se formaria neste sentido. E quando você, anos depois, quisesse restaurar a verdade, não sei se conseguiria (MANGABEIRA, 2012, pp. 253-254).

Em 1932 não ocorreu o alistamento, como previsto, mas todas as movimentações políticas eram feitas em torno da campanha constitucionalista, principalmente depois da

publicação do novo Código Eleitoral, em 24 de fevereiro. No início de janeiro de 1932, Seabra convocou uma reunião do Partido Democrático. A urgência era justificada pela necessidade de fazer oposição aos ajuntamentos políticos que Juraci Magalhães já havia promovido.

Ainda naquele mês, em carta datada de 13 de fevereiro de 1932, Otávio Mangabeira mandou anunciar o término de seu “estágio na Europa” pelo jornal *A Tarde*, que divulgou o seu retorno para 10 de março daquele ano. Na capital do país, o *A Noite* noticiou que os baianos preparavam-se para receber o ministro em maio.

As indefinições em torno das eleições e o movimento armado, que despontou em São Paulo a partir de julho, dispersaram as forças da política baiana e adiaram os planos de retorno de Mangabeira. No Rio de Janeiro, a repercussão do conflito paulista foi imediata comportando, entre outras medidas, a prisão de políticos da oposição, entre eles os baianos Moniz Sodré e Simões Filho, que somente em 16 de agosto de 1932 foi posto em liberdade, e a proibição do retorno de Seabra a Bahia.

Houve numerosas mobilizações de baianos em apoio a São Paulo, mas as limitações impostas pelo rigoroso controle do governo dispersaram-nas com relativa facilidade, inclusive o episódio de 22 de Agosto que envolveu a participação de estudantes e acadêmicos da Faculdade de Medicina.⁵²

52 Sobre a participação dos acadêmicos da Bahia no Movimento constitucionalista de 1932 ver: CPDOC/FGV. CARNEIRO, Nelson de Souza. **XXII de Agosto: o movimento constitucionalista na Bahia**. Campanha Editora Nacional. São Paulo, 1933. Arquivo 981.082.1(813.8)/C289a. Ver também os arquivos JM pi Rev. 1932.07.14 e AN c 1932.07.13. Na Bahia ver: Fundação Pedro Calmon. Fundo OM.pi. Manifesto do Movimento constitucionalista da Bahia aos brasileiros de São Paulo e Mato Grosso. Pasta 173. Doc 4757.

Do exílio, Mangabeira contribuía com o movimento constitucionalista da maneira que podia. Utilizando-se do prestígio que obteve como ex-ministro, foi informado, por carta encaminhada pelo mineiro Afonso Celso Assis, o conde de Ouro Preto (1891-1953), em 26 de setembro de 1932, como podia intervir no embarque de armas e munições que Getúlio Vargas encomendara na Itália, Suécia, Tchecoslováquia e Polônia. A exemplo do que havia feito Luís Martins de Souza Dantas, o embaixador do Brasil na França, o ex-ministro, que ainda mantinha relações com muitos estadistas desses países, poderia intervir no embarque desse material para o Brasil (MANGABEIRA, 2012, p. 398).

O movimento constitucionalista foi contido em outubro de 1932, mas, apesar da derrota, os oposicionistas se consideravam moralmente vencedores. O governo federal, entretanto, põe abaixo a possibilidade de qualquer político deposto em 1930 participar do pleito eleitoral de 1933. Um decreto assinado naquele final de ano suspendia os direitos políticos de 196 pessoas ligadas ao governo de Washington Luís, impedindo, assim, a volta de Otávio Mangabeira ao Brasil.

Além do impedimento imposto pelo decreto, Otávio Mangabeira não concordava com a realização das eleições nos moldes como estavam sendo organizadas. Para ele, era inaceitável a exclusão do pleito eleitoral de antigas representações políticas da República deposta. Segundo afirmava, o que Getúlio Vargas pretendia não era exatamente reconstitucionalizar o país, mas conformar a ditadura vigente como uma espécie de regime normal com “um simulacro de eleição” que lhe desse a máscara de governo legal.

Otávio Mangabeira, mais uma vez, encaminhou uma carta confrontando o governo provisório. Segundo o *Correio da Manhã*, de 17 de dezembro de 1932, a carta, divulgada por toda a imprensa, não foi aceita pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Dirigida ao presidente do STE, Hermenegildo de Barros, foi redigida nos seguintes termos:

Anuncia-se em todo país que se vão alistar eleitores para o fim de eleger-se a 3 de maio, uma assembleia constituinte [...]. Ouso formular uma pergunta: Há, atualmente, no Brasil, mesmo no distrito federal, mas, especialmente nos estados, as condições, digamos, as garantias, aquelas ao menos que se devam ter como estritamente essenciais para que se processe o alistamento, e um alistamento de ordem do que se está cogitando? [...] Pergunto: vigoram, nos Estados Unidos do Brasil, as liberdades, a bem dizer, primárias, aquelas sem as quais, em boa lógica, não se compreende o sufrágio? Há nesse momento no Brasil liberdade de pensamento na publicidade ou na tribuna, liberdade de reunião e até de locomoção no seu verdadeiro significado? Ou se estabelece no país o ambiente compatível com o alistamento e a eleições [...] ou, a vivermos em um regime, no qual o governo, a seu talento, mutila, só não suprime as liberdades públicas e dispõe, como quer e entende dos direitos dos seus adversários, ou dos cidadãos em geral, indiscutível se torna que a eleição tome ou tendem a tomar as proporções de uma burla (CORREIO DA MANHÃ, 1932).

A carta sugere que, mesmo embalada numa figura de retórica, a noção de democracia aparece na vindoura possibilidade da participação do povo no processo político, que para Otávio Mangabeira não estava plenamente assegurada. Apesar disso, o ex-ministro não se esquivava de contribuir para a organização da oposição na Bahia, mediando, do exterior, tudo quanto podia para coordená-la. Ainda em janeiro, respondeu a Arquimedes Gonçalves sobre as intenções de Seabra em formar a chapa única e na mesma data escreveu a Luiz Viana Filho destacando que o seu modo de ver coincidia com o exposto em manifesto por Seabra, expressando claro objetivo de aproximar as agremiações a que ambos pertenciam. Dessa aproximação nasceu a Liga de Ação Social e Política - LASP -, primeiro agrupamento partidário constituído pela oposição após a Revolução de 1930.

Naquele mesmo mês, Otávio Mangabeira aceitou o convite de Batista Luzardo para representar o Norte no Comitê Revolucionário, movimento armado que estava sendo organizado nos países vizinhos. Sabe-se que Getúlio Vargas tinha pleno conhecimento do movimento, mas as eleições realizadas em maio de 1933 e as ameaças de Vargas em cortar os vencimentos e confiscar os bens dos militares reformados e políticos exilados envolvidos na conspiração, alteraria os planos de participação no Comitê do ministro exilado.

Assim, até o retorno em 10 de agosto de 1934, para concorrer às eleições para a composição da Câmara Federal, o combate de Mangabeira ao governo continuou pela imprensa. No dia 29 de abril de 1935,

tomou posse como deputado federal, após conturbada e difícil campanha realizada na Bahia pela Concentração Autonomista.

Ao lado de outras lideranças políticas depostas em 1930, Mangabeira passou a integrar as Oposições Coligadas, que resultaria, em 1937, na União Democrática Brasileira – UDB. (BATISTA, 2017). Nessa frente, Otávio Mangabeira fez forte oposição ao executivo, razão pela qual, com a escalada autoritária de Vargas e o golpe de 1937, foi mais uma vez conduzido ao exílio, de onde retornou em 1945, com o declínio do Estado Novo.

Referências

JORNAIS CONSULTADOS - REPOSITÓRIO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 1930-1932.

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1930-1932.

Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1930-1932.

Jornal *Diário da Bahia*, Bahia, 1931.

Referências bibliográficas

BATISTA, E. E. **A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

_____. Getúlio Vargas, as Oposições coligadas e o Golpe de 1937. In: **Revista Cordis**. v. 2. São Paulo. n. 19. p. 3-42. jul-dez 2017.

BRITO, Jonas. **Um Às na mesa do jogo: a Bahia na história política da I República (1920-1926)**. Salvador: EDUFBA, 2019.

Cadernos do CHDDD -**Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática**. Fundação Alexandre de Gusmão. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 129)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2008.

OCTÁVIO, Mangabeira. **Cartas do exílio (1930-1934)**. Organização Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

OLIVEIRA, Yves de. **Octávio Mangabeira: alma e voz da República**. Rio de Janeiro: Saga Editora, 1971.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia**. J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república. Salvador: EDUFBA, 2011.

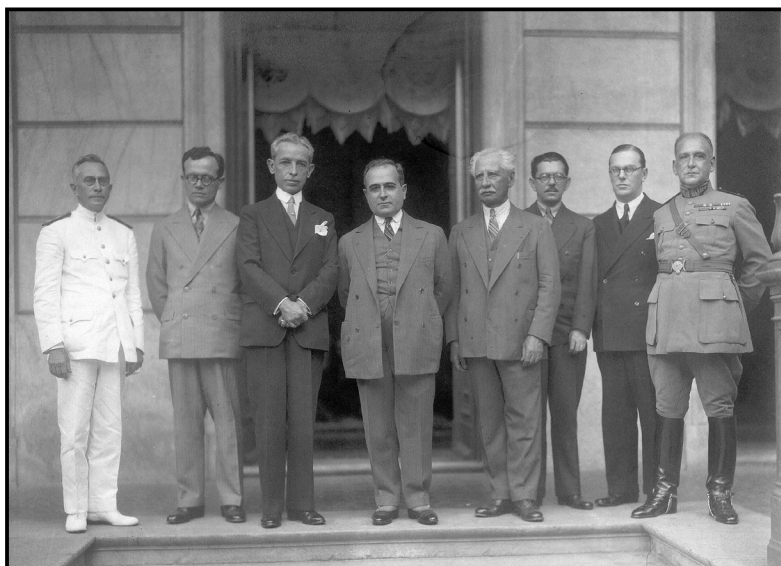
SAMPAIO, C. N. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**: uma política de acomodação. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

SAMPAIO, C. N. **Poder e representação**: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa; Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. Elos liberais: a resistência ao Estado Novo na Bahia. **Revista da Fundação Pedro Calmon**. Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. n. 9. Dezembro, 2005, p. 25-28.

VIANA FILHO, Luiz. **Octávio Mangabeira - um homem na tempestade**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1986.



Getúlio Vargas e seu ministério no Palácio do Catete. Data de produção: 03 nov 1930 (Arquivo: CEPDOC/FGV).

CAPÍTULO 5: Francisco Campos: fragmento biográfico (1930-1937)

Luciano Aronne de Abreu
Luís Rosenfield

“Toda vez que o sr. Francisco Campos acende sua luz há um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras”
(Rubem Braga, 1966)

As pesquisas acadêmicas sobre a trajetória de Francisco Campos geralmente se concentram em suas atividades como redator da Constituição de 1937 e em sua inflamada oratória autoritária durante o Estado Novo, mas, com frequência, se esquecem do caráter multifacetado da sua atuação como articulador do Clube 3 de Outubro em Minas Gerais, a conhecida Legião Liberal Mineira (LLM)⁵³, consultor-geral da República (1933-1937), reformador do ensino no Ministério da Educação (1930-1932) e como secretário de Educação do Distrito Federal (1935-1937).

Mais recentemente, na esteira dos muitos estudos que têm sido realizados sobre a tradição política conservadora

53 CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira>>.

e as direitas no Brasil, seus regimes ditatoriais e intelectuais autoritários, as referências à atuação e às ideias de Francisco Campos têm sido mais frequentes por estudiosos dos campos da História, Sociologia e Direito, por exemplo, mas, ainda assim, de forma pouco aprofundada e com destaque para sua atuação como redator da já citada Constituição de 1937 e do Ato Institucional n. 1, de 1964⁵⁴.

Talvez essa carência de estudos se deva, de um lado, à inexistência de um arquivo organizado e unificado com a sua documentação pessoal e pública e as variadas publicações do intelectual mineiro – entrevistas, discursos, pareceres técnicos, textos jurídicos e ensaios literários e políticos; de outro lado, contudo, a razão mais forte de tão poucos estudos e a “descida aos infernos”⁵⁵ de Francisco Campos parece ser a sua já citada atuação junto às ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985).

Nesse caso, entretanto, mesmo considerando-se que Rubem Braga tem razão ao afirmar que a luz de Francisco

54 Dentre os poucos estudos específicos sobre Francisco Campos podem-se citar: SANTOS, Rogerio Dutra dos. **Teoria constitucional anti liberal no Brasil: positivismo, corporativismo e cesarismo na formação do Estado Novo**. 269f. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2006; SEELAENDER, Airtón Lisle Cerqueira Leite. Francisco Campos (1891-1968) – Uma releitura. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *As formas do Direito*. Ordem, razão e decisão. Curitiba: Juruá, 2013. p. 491-525. v. 1; MALIM, Mauro. Francisco Campos. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

55 Tal expressão foi utilizada primeiramente por José Murilo de Carvalho para se referir ao esquecimento de Oliveira Viana, intelectual autoritário também vinculado ao regime do Estado Novo e um dos principais mentores da legislação social do regime. A esse respeito, ver: CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991; SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo**. Seus reflexos no pensamento brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 125-200; RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. A metafísica do latifúndio: o ultrarreacionário Oliveira Viana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. p. 190-265. v. 2. t. 2.

Campos sempre provoca um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras, acredita-se que é chegada a hora de se fazer em relação a ele o mesmo que José Murilo de Carvalho realizou em relação à obra de Oliveira Viana, ou seja, “fazer-lhe uma visita não diria amigável, mas desarmada. Depois de longa condenação, parece chegado o tempo de um julgamento menos marcado por circunstâncias políticas passadas” (CARVALHO, 1991, p. 83). Nesse sentido, portanto, esse estudo ainda preliminar se propõe justamente a fazer uma visita desarmada à trajetória político-intelectual de Francisco Campos entre a Revolução de 1930 e o Estado Novo, com ênfase especialmente em suas ideias relativas ao papel do Estado e à reforma do ensino no Brasil.

O Legionário e o Jurista

Para além do revolucionário de 1930 ou do redator da infame Constituição de 1937 e do não menos infame Ato Institucional n. 1, de 1964, deve-se reconhecer também a centralidade de Francisco Campos no debate intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX e sua relevante atuação como reformador do ensino, em ambos os casos sendo claro o seu posicionamento em favor da construção no Brasil de um Estado Nacional autoritário e moderno, como se verá adiante.

Nascido na interiorana Dolores do Indaiá, Minas Gerais, em 18 de novembro de 1891, filho do magistrado Jacinto Álvares da Silva Campos e de Azejúlia de Souza e Silva, Francisco Campos descendia pelo lado paterno da matriarca Joaquina do Pompéu, de cuja linhagem pertenciam também outros

importantes nomes da elite político-econômica mineira, tais como Benedito Valadares, Gustavo Capanema, os Melo Franco, José de Magalhães Pinto, Olegário Maciel e Ovídio de Abreu.

Após aprender as primeiras letras com a mãe, Francisco Campos passou dois anos como interno no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, de onde retornou à Dorcas do Indaiá para estudar português e francês; depois cursou o secundário nas cidades de Sabará e Ouro Preto e a Faculdade Livre de Direito, na capital Belo Horizonte. Em dezembro de 1914, após ser contemplado com o *Prêmio Barão do Rio Branco* como melhor aluno do curso, Francisco Campos foi também o orador de sua turma de formatura. Em 1916, conquistou o primeiro lugar em concurso para professor na própria Faculdade onde fora aluno, nas áreas de Filosofia do Direito, Economia Política, Ciências das Finanças e Direito Romano⁵⁶, mas foi preterido em sua nomeação pelo candidato Gudesteau Pires.

No ano seguinte seria novamente aprovado em concurso para a disciplina de Direito Público Constitucional, sendo nomeado professor substituto em 1918⁵⁷. A partir de então

56 CAMPOS, Francisco. **A doutrina da população** (These apresentada à Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.ª secção). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, 1916; CAMPOS, Francisco. **Imposto progressivo** (These apresentada à Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.ª secção). Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1916; CAMPOS, Francisco. **Natureza jurídica da função publica** (These apresentada à Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.ª secção). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916.

57 CAMPOS, Francisco. **Introdução crítica à Philosophia do Direito**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918; CAMPOS, Francisco. **O animus na posse**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918.

passou a atuar como advogado em Belo Horizonte e, num contexto de renovação da política mineira, já reconhecido por suas qualidades intelectuais, Francisco Campos foi incluído por Raul Soares na lista de candidatos do Partido Republicano Mineiro (PRM) a deputado estadual (1919). Já em 1921 seria incluído na lista de candidatos do PRM a deputado federal, onde se destacaria por duas legislaturas como fervoroso defensor dos governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes e ferrenho opositor do tenentismo.

A partir de 1926 passou a atuar como secretário do Interior de Minas Gerais, no governo de Antônio Carlos de Andrada, de onde se projetaria como reformador do ensino estadual, com base nos postulados da “Escola Nova”, e depois como um dos principais articuladores mineiros da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Nos anos Vargas, certamente seu período de maior projeção e influência na vida pública nacional, seria um dos fundadores do já citado Clube 3 de Outubro em Minas Gerais, de caráter protofascista, e atuaria nos cargos de ministro da Educação e Saúde Pública (1931-1932), consultor-geral da República (1933-1937), secretário de Educação do Distrito Federal (1935-37) e ministro da Justiça (1937-1942).

A partir da década de 1950 se manteve afastado dos cargos públicos, mas com intensa atuação jurídica e de militância econômica liberal e agrarista. Como uma espécie de último ato da sua vida pública, participou das conspirações contra o governo de João Goulart e da elaboração do primeiro Ato Institucional da Ditadura Militar (1964), vindo a

falecer em 1968, em Belo Horizonte⁵⁸.

De sua longa trajetória, antes que se avance numa análise mais detida de Francisco Campos como reformador do ensino, deve-se apontar alguns elementos da sua pouca conhecida atuação como legionário e consultor-geral da República, onde ele expressa de diferentes maneiras suas ideias de construção de um novo Brasil, de um Estado autoritário e moderno, respectivamente sob a forma de um Manifesto ou de ensaios e pareceres jurídicos.

No primeiro caso, como um dos mentores da Legião Liberal Mineira, restou patente a essência autoritária desse desdobramento do processo revolucionário. O chamado *Manifesto da Legião de Outubro* foi publicado em 26 de fevereiro de 1931, em Belo Horizonte, por Francisco Campos (ministro do Governo Provisório), Gustavo Capanema (secretário do Estado de Minas Gerais) e Amaro Lanari (secretário de Finanças de Minas Gerais). No manifesto se percebe o elemento de radicalização da política, como a dicotomia amigo-inimigo:

Assim organizada, a Legião de Outubro se propõe a uma dupla finalidade: defender a victoria da revolução brasileira e realizar seus ideais.

Defender a victoria da revolução brasileira é combater contra todos os seus inimigos que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regimen (os governantes depostos,

58 Todos os dados biográficos de Francisco Campos até aqui citados foram extraídos do verbete escrito por Mauro Malim para o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. A esse respeito ver: MALIN, Mauro. Francisco Campos. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 997.

os adherentes hypocritas e os viciados e os corruptos de toda a especie); inimigos existentes no seio da propria revolução (os revolucionários sem convicção e os revolucionarios preguiçosos ou scepticos); e inimigos de origem externa (todos os propagandistas, pregoeiros e apóstolos de doutrinas politicas exóticas e inapplicaveis á solução dos problemas brasileiros) (CAMPOS; CAPANEMA; LANARI, 1931, p. 13).

O foco na figura do inimigo era elemento central da empreitada legionária e a própria retórica das linhas conclusivas do documento demonstra paralelismo com a experiência alemã do final da década de 1920 e com o texto célebre de Carl Schmitt, mais tarde conhecido como o mais importante jurista do III Reich, intitulado *O conceito do político*, cuja primeira edição veio a público em 1927⁵⁹. Assim como Schmitt, percebe-se que Francisco Campos, quando da redação do Manifesto, não possuía maiores pudores em falar do combate ferrenho aos inimigos da pátria como forma de concretizar o processo revolucionário.

A organização da Legião como uma milícia organizada e com adornos próprios – uniformes com camisas cáqui e escudo da Legião no peito e uso de flâmulas ao estilo fascista europeu –, dava ao movimento caráter paramilitar. Antes da consolidação do integralismo de Plínio Salgado, o movimento liderado por Campos, Capanema e Lanari proporcionou um ambiente de agitação para Minas Gerais que dava

59 SCHMITT, Carl. Der Begriff des Politischen. *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, Tübingen, v. 58, n. 1, 1927.

mostras de capacidade de atuação organizada e violenta⁶⁰. Ainda que com duração efêmera, desaparecendo em 1933, o movimento legionário foi impactante na conjuntura política posterior à Revolução de 1930, dando mostras explícitas de seu fim imediato, que era a desarticulação completa do Partido Republicano Mineiro⁶¹.

O pano de fundo da Legião era concretizar os ideais da revolução como superação da dita miséria econômica e política associada ao regime anterior, buscando como fim último “a salvação e o enobrecimento da civilização brasileira” (CAMPOS; CAPANEMA; LANARI, 1931, pp. 14-15). O tom do manifesto legionário estava calcado na ideia de renovação do “espírito” brasileiro e de “reação” contra os demandados oligárquicos da Primeira República. Nas palavras do manifesto: “Sim, soou a hora de operar no Brasil uma nova criação de valores políticos e econômicos, pois o que se fez por enquanto foi simplesmente remover valores acabados” (-CAMPOS; CAPANEMA; LANARI, 1931, p. 9). E a própria noção de concretizar os “ideais da revolução brasileira” tinha dois eixos principais: a ação política e a ação educativa” (CAMPOS; CAPANEMA; LANARI, 1931, p. 13).

Já em sua condição de consultor-geral da República, percebe-se, desde logo, a ausência de estudos sobre sua

60 CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira>>.

61 A esse respeito ver: BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 147-160.

atividade propriamente técnica de jurista. Nos vários anos que passou redigindo pareceres, Campos desenvolveu intensa atividade jurídica que possui relação direta com suas demais atividades políticas. Um exemplo é o parecer relativo ao auxiliar de mecânico eletricitista Artur Pereira da Silva, que participou da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, que, após ser exonerado do cargo em 1924, demandava valores retroativos após a sua readmissão por força de anistia em 1930. Campos negou a concessão do benefício e, naturalmente, pode-se argumentar que fora uma decisão eminentemente técnica, mas ao mesmo tempo tal parecer fornece pistas sobre sua antipatia com o movimento tenentista e o quadro de desordem que caracterizou a década de 1920 (CAMPOS, 1951, pp. 41-42).

O Reformador do Ensino

No campo do ensino, em que pese serem pouco profundas e esparsas as referências à atuação de Francisco Campos, no Ministério da Educação, e suas medidas de modernização do ensino médio e superior, pode-se dizer que é justamente nesse setor que se manifesta sua faceta mais moderna, inspirada pelos princípios da Escola Nova, em contraponto àqueles da escola dita tradicional, então vigentes no país. Em 1935, em conferência no Salão da Escola de Belas Artes, o então secretário de Educação do Distrito Federal bem sintetizou sua visão sobre o sentido e o papel da educação nas sociedades modernas, que não deveria ser “uma educação para este ou aquele fim, para um quadro fixo, para situações mais ou menos definidas, mas não sei para que mundo

de possibilidades indeterminadas”, não uma educação para problemas, que se proponha a fornecer soluções, mas que se proponha “a criar uma atividade funcional do espírito, isto é, atitude para o que vier, o que for e de onde quer que venha, como a da sentinela atenta, noite escura, às sombras e aos rumores” (CAMPOS, 1940, pp. 3-4).

Para que se possa melhor compreender essas e outras ideias de Francisco Campos sobre a reforma do ensino no Brasil, entretanto, deve-se voltar rapidamente ao ambiente intelectual da Belo Horizonte dos anos 1920, capital com ares ainda interioranos, quando o ainda jovem jurista integrava um numeroso grupo de moços que incluía nomes como os de Abgar Renault, Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel de Rezende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus de Guimaraens, João Guimarães Alves, João Pinheiro Filho, Mario Álvares da Silva Campos, Mario Casasantae Milton Campos, então conhecido como o “Grupo do Estrela”, nome do café no qual se reuniam (BOMENY, 2002, p. 23) os chamados intelectuais da Rua da Bahia (NAVA, 2013, pp. 216-224). Foi nesse ambiente que se desenvolveram as ideias do futuro ministro da Educação, que, nos anos seguintes, se aproximaria ainda dos princípios defendidos pelos intelectuais do movimento da Escola Nova.

A esse respeito, deve-se observar que o grupo escola no- vista reunia nomes de diferentes posições ideológicas, dentre os quais se incluía o do mineiro Mário Casasantae, ex-inspetor geral da Instrução Pública de Minas Gerais (CASASANTA, 1929, pp. 72-76) e companheiro de Francisco Campos no já

citado Grupo do Estrela, o qual seria um dos articuladores do chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)⁶². Segundo Helena Bomeny, tal Manifesto consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que “vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação”⁶³, com destaque para o abandono dos seus métodos ditos tradicionais e arcaicos e uma ênfase maior nos aspectos práticos da aprendizagem⁶⁴.

Na opinião dos autointitulados pioneiros da educação, “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”⁶⁵. Em sua avaliação, a causa principal de tais problemas residiria antes na “inorganização do que na desorganização do aparelho escolar”, na falta,

62 O Manifesto, escrito por Fernando de Azevedo e Afrânio Peixoto, foi assinado também pelos seguintes intelectuais: Sampaio Doria, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta, Delgado de Carvalho, Ferreira de Almeida Jr., Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

63 <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>. Acesso em: 21/09/2020.

64 A esse respeito ver: CAMPOS, Francisco. Curso de aperfeiçoamento. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 26, p. 53-83, 1928; CASASANTA, Mário. Como executar os nossos programas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 33, p. 18-30, 1929; CASASANTA, Mário. Curso de aperfeiçoamento para os assistentes técnicos de ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 35, p. 73-130, 1929; CASASANTA, Mário. Curso de aperfeiçoamento, para os assistentes técnicos de ensino. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, a. IV, n. 36, p. 59-110, 1929.

65 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407, maio/ago. 1984.

em todos os seus planos e iniciativas, “da determinação dos fins da educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da educação”, ou, em outras palavras, “da falta de espírito filosófico e científico na resolução dos problemas da administração escolar”⁶⁶. Como alternativa, atribuíam ao Estado o papel de organizar um plano geral de educação que contemplasse uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

No caso da escola única, dizia o Manifesto, caberia ao Estado não admitir no seu sistema escolar “quaisquer classes ou escolas a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico”. Em sua definição, contudo, dada a incapacidade financeira do Estado de assumir a responsabilidade exclusiva da educação, a escola única seria entendida “não como uma conscrição precoce, arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros, e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica”, mas antes a uma escola oficial única “em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos”⁶⁷.

De acordo com o Manifesto, tal escola unificada deveria ser ainda assentada sobre os princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. No primeiro caso, a laicidade “coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo dogmatismo sectário (...)”;

66 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407, maio/ago. 1984.

67 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 413, maio/ago. 1984.

a gratuidade, extensiva a todos os estabelecimentos oficiais de ensino, “é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer dos seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la”; quanto à obrigatoriedade, que naquele tempo ainda não saíra do papel devido à falta de escolas, o Manifesto dizia que deveria se estender progressivamente “até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até os 18 anos (...)”; por fim, a escola unificada não deveria prever outra separação entre os sexos “que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições ‘a educação em comum’ ou coeducação”⁶⁸.

Definidos os seus princípios, os pioneiros da educação traziam então em seu Manifesto o que diziam ser o seu “Plano de Reconstrução Educacional”, o que implicaria “numa radical transformação da educação pública em todos os seus graus, tanto à luz do novo conceito de educação, como à vista das necessidades nacionais”⁶⁹. Para tanto, diziam eles, “procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o atual sistema (se é que se pode chamar sistema) caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo (...)”⁷⁰. Nesse sentido, portanto, a es-

68 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 413-14, maio/ago. 1984.

69 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 417, maio/ago. 1984.

70 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 417, maio/ago. 1984.

cola primária, que inclui as escolas maternais e jardins de infância, deveria se articular “rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos”⁷¹. No caso dos métodos de ensino, preconizava o Manifesto, a reforma da educação nacional também deveria ser integral, de acordo com o espírito que substitui “o conceito estático do ensino por um conceito dinâmico, fazendo um apelo, dos jardins de infância à Universidade, não à receptividade mas à atividade criadora do aluno”⁷².

Dito isso, mas sem que se pretenda aprofundar o debate sobre o movimento da Escola Nova e seus pioneiros, em si mesmos, deve-se aqui retornar a Francisco Campos e apontar em que medida suas ideias e atuação como reformador do ensino se aproximam ou se afastam dos princípios gerais e do plano de reconstrução então propostos por esse movimento para a educação nacional. Nesse caso, tomando-se como referência o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, pode-se dizer que esse documento representa mais do que um mero dispositivo legal sobre a organização do ensino secundário, mas se constitui também numa espécie de síntese do modelo de educação então preconizado por Francisco Campos e de suas ideias, ao mesmo tempo modernas e autoritárias, para a

71 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 417, maio/ago. 1984.

72 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 418, maio/ago. 1984.

construção de um novo Brasil⁷³.

De um lado, como bem sintetiza Norberto Dallabrida, a reforma do ensino por ele idealizada e operacionalizada como ministro da Educação “rompeu, em definitivo, com o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados (...), procurou superar estruturas escolares de longa duração e imprimir à cultura escolar do ensino secundário homogeneização e centralização nacionalizadas”, além de imprimir uma “perspectiva escola novista na reforma do ensino secundário de 1931, que estimulava a utilização de métodos ativos e individualizantes no processo de aprendizagem” (DALLABRIDA, 2009, p. 190). De outro lado, ainda segundo Dallabrida, tal reforma “teve a marca do seu idealizador, na medida em que realizou uma centralização e homogeneização do ensino secundário inédita em nível nacional” (DALLABRIDA, 2009, p. 190), o que evidenciava também o caráter autoritário do seu pensamento, que seria ainda mais acentuado por meio de um outro documento legal – a Constituição de 1937⁷⁴.

Ao contrário do modelo de educação então vigente, baseado em cursos preparatórios e exames parcelados, sem maior regulação e inspeção do Estado e sem frequência obrigatória a instituições regulares de ensino, a Reforma Francisco Campos impôs ao país um modelo completamente distinto

73 Outros elementos da relação de Francisco Campos e o campo educacional estão reunidos em: CAMPOS, Francisco. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

74 A respeito da atuação de Francisco Campos como reformador do ensino e da ambiguidade do seu pensamento, ver também: MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas do ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos nos anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 153-157.

de educação, inspirado nos princípios do já citado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de uma escola única, pública, obrigatória e gratuita, exceto no que diz respeito ao seu caráter laico, considerando-se que o ensino religioso foi mantido como disciplina facultativa no ensino secundário.

Dentre suas principais mudanças, a reforma de Campos determinou o aumento de cinco para sete do número de anos do ensino secundário e sua divisão em dois ciclos (fundamental e complementar), a oferta de três opções de curso complementar como propedêutico para o ensino superior (jurídico, medicina e engenharia), a seriação do currículo, a frequência obrigatória, a introdução de um sistema regular de avaliação discente com provas escritas e orais (parciais e final) e a criação de um sistema de inspeção federal em todas as escolas⁷⁵. Esse mesmo modelo e estrutura do ensino secundário seriam mantidos também pela Reforma Capanema, de 9 de abril de 1942, com alterações basicamente na divisão dos seus dois ciclos, sendo o primeiro chamado de ginásio, e o segundo dividido em apenas duas opções – clássico e científico, que se mantiveram vigentes até princípios da década de 1960.

Em sua “Exposição de Motivos” para a reforma do ensino, com vistas a conferir maior organicidade à cultura escolar e articular o ensino secundário aos níveis primário e superior, Francisco Campos dizia que a sua finalidade não deveria ser apenas a de uma passagem para a matrícula nos cursos superiores, mas a de “construir um sistema de hábitos, atitudes

75 Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 21/09/2020.

e comportamentos, ao invés de mobiliar o espírito de noções e de conceitos, isto é, de produtos acabados, com os quais a indústria usual do ensino se propõe a formar o stock dos seus clientes”⁷⁶. Em outras palavras, pode-se dizer que os termos de sua “exposição” nos remetem tanto à ênfase na escola novista nos aspectos práticos da aprendizagem, quanto às já citadas ideias defendidas por Francisco Campos em sua conferência na Escola de Belas Artes, quando ele se referiu às atividades funcionais do espírito, a uma “atitude para o que vier, o que for e de onde quer que venha”.

Nos anos seguintes, mesmo após deixar de atuar em órgãos públicos diretamente ligados ao ensino, já como ministro da Justiça do Estado Novo, a defesa de uma educação prática ainda se mantinha como uma importante preocupação de Francisco Campos, mas em tons menos escola novistas e mais acentuadamente autoritários. Em princípios do regime, por exemplo, mesmo após anos de implantação de sua reforma do ensino, ele reconhecia a persistência das deficiências e lacunas no sistema de educação nacional, que “ainda não constitui um bem ao alcance de todos ou da maioria” (CAMPOS, 1937, p. 24).

Nesse sentido, dizia Francisco Campos, caberia ao indivíduo o direito a serviços e bens, e ao Estado “o dever de assegurar, garantir e promover o governo desses serviços e desses bens”, sobretudo o direito à educação, “sem cujo exercício não é possível tornar acessível a todos o gozo dos demais bens da civilização e da cultura” (CAMPOS, 1937,

76 CAMPOS, Francisco. *Exposição de Motivos*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-exposicaodemotivos-141249-pe.html>. Acesso em: 21/09/2020.

p. 34). Nesse momento, entretanto, para além de reafirmar o sentido prático e ativo da educação, “que não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir a certos valores”, Francisco Campos dizia haver valores sobre os quais “a discussão não pode ser admitida”, não podendo ser confundida a liberdade de pensamento e de ensino “com a ausência de fins sociais postulados à educação, a não ser que a sociedade humana fosse confundida com uma academia de anarquistas reduzidos a uma vida puramente intelectual e discursiva” (CAMPOS, 1937, pp. 47-48).

Esse não era, evidentemente, o sentido da educação então preconizada por Francisco Campos e pelo Estado Novo, mas o de uma educação que se mantinha fiel aos princípios da escola única, pública, obrigatória e gratuita, mas também aos novos princípios nacionalistas e autoritários do Estado Novo, que, em sua Constituição, determinava ao Estado o dever de promover por meio da educação “a disciplina moral e o adestramento da juventude, de maneira a prepara-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da nação” (CAMPOS, 1937, p. 48).

Em síntese, pode-se concluir que o Francisco Campos mais moderno é aquele ligado à reforma do ensino, que dava atenção aos métodos ativos, à ênfase na prática pedagógica, à formação do alunato e à qualificação dos docentes. Na figura de reformador do ensino, Campos dá mostras objetivas e detalhadas, primeiro, de seu elitismo e da sua ideia de formação de elites e, em segundo lugar, da sua visão do papel da educação na construção de um Brasil moderno e avançado. Os ideais reformistas e autoritários se encontram, nesse ponto, conjugados e interconectados.

Nesse complexo processo de modernização da educação pública e gratuita no Brasil, Campos delineou um sistema educacional que causou alerta e resistência por parte da Igreja católica, e por isso foram feitos acordos, como no caso da manutenção do ensino religioso nas escolas públicas. A construção de Campos na seara educacional também foi marcada por determinados “silêncios”, como ao se evitar falar em autonomia do indivíduo ou de laicismo. Ao mesmo tempo, não se negou a possibilidade do ensino privado. Não por acaso, na época da Legião Liberal Mineira, curiosamente, houve a aproximação da Legião com o clero, defendendo-se o ensino religioso obrigatório, inclusive com a aprovação integral de Dom Sebastião Leme, então membro da alta hierarquia eclesiástica⁷⁷.

Referências

BOMENY, Helena. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOMENY, Helena. Infelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

77 CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira>>.

CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira>>.

CAMPOS, Francisco. **A doutrina da população**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, 1916. These apresentada à Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.^a secção.

CAMPOS, Francisco. A política e o nosso tempo. In: CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 11-38. Conferência no salão da Escola de Belas-Artes, em 28 de setembro de 1935.

CAMPOS, Francisco. Curso de aperfeiçoamento. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 26, p. 53-83, 1928.

CAMPOS, Francisco. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. 202p.

CAMPOS, Francisco. **Imposto progressivo**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1916. These apresentada á Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.^a secção.

CAMPOS, Francisco. **Introdução crítica á Philosophia do Direito**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918.

CAMPOS, Francisco; CAPANEMA, Gustavo; LANARI, Amaro. **Manifesto da Legião de Outubro**. Belo Horizonte: [s./e.], 1931.

CAMPOS, Francisco. **Natureza jurídica da função publica**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916. These apresentada à Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes para o concurso de lente substituto da 5.^a secção.

CAMPOS, Francisco. **O animus na posse**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional e suas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

CAMPOS, Francisco. **Pareceres do Consultor-Geral da República (1934-1935)**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1951. v. 1.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991

CASASANTA, Mário. Como executar os nossos programas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 33, p. 18-30, 1929.

CASASANTA, Mário. Curso de aperfeiçoamento para os assistentes técnicos de ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 35, p. 73-130, 1929.

CASASANTA, Mário. Curso de aperfeiçoamento, para os assistentes técnicos de ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 36, p. 59-110, 1929.

CASASANTA, Mário. Pestalozzi. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, a. IV, n. 36, p. 72- 76, ago. 1929.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 190, maio/ago. 2009.

MALIM, Mauro. Francisco Campos. In: ABREU, Alzira Alves de (Org). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas do ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos nos anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, 2000. 308p.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 552p.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil. A metafísica do latifúndio**: o ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. v. 2. t. 2.

SCHMITT, Carl. Der Begriff des Politischen. **Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik**, Tübingen, v. 58, n. 1, 1927. p. 184.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite. Francisco Campos (1891-1968) – Uma releitura. *In*: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do Direito**. Ordem, razão e decisão. Curitiba: Juruá, 2013. p. 491-525. v. 1.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo**. Seus reflexos no pensamento brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAPÍTULO 6: A Revolução de 1930: Política e Educação

Wagner da Silva Teixeira

Introdução

O texto apresentado a seguir foi resultado das reflexões de um jovem historiador em formação, preocupado em entender como a educação sofria os impactos das mudanças no campo político, de outra forma, até onde o político determina a educação. Para compreender esse processo, a pesquisa se debruçou sobre o período inaugurado com a Revolução de 1930 e seus impactos sobre o sistema de ensino em geral e, mais tarde, com o ensino de História em particular (tema este que não é abarcado por este capítulo).

Nesse sentido, o capítulo se propõe a debater algumas questões referentes à educação brasileira e à organização do sistema de ensino no país a partir de 1930. O processo de enfraquecimento do poder oligárquico iniciado em 1922, resulta na Revolução de 1930 e, por consequência, na adoção de um outro modelo de desenvolvimento. O texto procura explorar as alterações realizadas pelo governo no campo da educação, o abandono das teses liberais da Primeira República, resultou

na constituição de um modelo educacional que reproduziu a nova organização do Estado a partir de 1930. A educação brasileira foi debatida, se consolidou em um campo de disputas entre grupos políticos, e o resultado foi a reorganização de todo o sistema de ensino brasileiro. O texto busca ainda contribuir com a compreensão do desenvolvimento educacional do país e com os debates no interior da historiografia sobre o tema.

Para desenvolver o tema o capítulo foi dividido em três partes: Primeiro procuramos realizar uma análise da conjuntura política que levou ao fim a experiência histórica da Primeira República e abriu caminho para o movimento revolucionário de 1930. Depois realizamos uma avaliação dos principais elementos ideológicos presentes no cenário político brasileiro desde o final do século XIX e estavam presentes na configuração da educação brasileira no pós-1930. Por fim, realizamos um estudo da estruturação do sistema de ensino brasileiro e suas principais características após 1930, tendo em vista o cenário político analisado e as ideologias em disputa. Buscamos compreender a ideia de constituição da nacionalidade presente entre os intelectuais da época, no interior da conjuntura política polarizada, própria dos anos 1930, e como esses fatores impactaram na configuração do sistema de ensino brasileiro.

A Revolução

Os anos finais da década de 1920 e iniciais da década de 1930 foram marcados por sucessivas crises no modelo

agroexportador baseado na monocultura do café. A concorrência externa, a baixa no preço do produto no mercado internacional, além da crise nas bolsas de valores em 1929, foram sinais de que modelo que predominou na economia brasileira desde a segunda metade do século XIX, não estava mais conseguindo manter sua hegemonia econômica.

Do ponto de vista político, é bom salientar, que isso não significou que a oligarquia cafeeira perderia seu poder de uma só vez e, ficasse totalmente “alijada do poder” com os episódios que culminaram com a Revolução de 1930. Ao contrário, como salienta Boris Fausto, as “relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade” (FAUSTO, 1995, p.86).

Podemos situar as origens mais diretas do processo que culminou com a Revolução de 1930, nos diversos acontecimentos ocorridos ao longo do ano de 1922. Fatos importantes que marcaram profundamente a realidade social brasileira, a realização da Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a criação do Centro Dom Vital, as comemorações do centenário da independência, a eclosão do movimento tenentista e a “própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importante dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 389).

Outro fator, iniciado mesmo antes da República e que remete também ao fim do Império, foi o processo de urbanização em curso no país desde as últimas décadas do século

XIX. Um processo cada vez mais avançado, com ele começaram a se desenvolver nos centros urbanos novos grupos sociais, que a partir daí, dentro de um contexto sempre mais complexo, deram início a uma série de movimentos, que atingiram o plano político e cultural (IANNI, 1971, p.15). O proletariado, as classes médias e os intelectuais, foram novos agentes dentro daquela sociedade cada vez mais urbana em desenvolvimento, e que até então fora hegemonizada pelas oligarquias.

O movimento operário até a década de trinta era fortemente influenciado pelo anarquismo. A Confederação Operária Brasileira (COB), fundada no Rio de Janeiro em 1906, congregou muitos sindicatos, atingindo as maiores cidades do país, entretanto, não conseguiu adentrar à cena política brasileira como merecia. Mas isso não significou “que a classe estivesse passiva, mas sim que as suas formas de luta eram inoperantes para pô-la explicitamente na cena política na qualidade de um ator principal” (CHAUÍ, 1978, p. 19). Para Cláudio Batalha, a resposta da classe operária brasileira ao processo de exclusão social imposta pelas oligarquias durante a Primeira República, foi o associativismo, que segundo ele se expressava por meio “de uma rede extremamente diversificada e rica de associações” (BATALHA, 2006, p. 180). De toda forma, a classe operária não conseguiu, durante a Primeira República, superar a exclusão política imposta pelas oligarquias.

Por seu lado, as classes médias urbanas, em pleno processo de crescimento se manifestavam de forma mais heterogêneas, seus vários setores, tendem ora à esquerda, ora à direita. No âmbito religioso, há uma mudança da intervenção

da Igreja Católica na sociedade, a publicação da revista *A Ordem* e a fundação, do já citado, Centro Dom Vital, ambos representaram a nova missão da Igreja que seria a de “cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (MAINWARING, 1989, p. 45).

Os intelectuais do início do século, sofreram naquele momento uma forte influência dos ideais elitistas e nacionalistas. Como assinala Daniel Pécaut, naquele momento havia uma concepção de que era necessário “organizar a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites”. O mesmo autor alerta sobre o viés antidemocrático desses ideais, a grande maioria dos intelectuais “mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa, e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam também a prioridade do imperativo nacional e aderem, explicitamente ou não, a uma divisão hierárquica da ordem social” (PÉCAUT, 1990, p.15).

Outro grupo importante que agiu de forma decisiva foram os militares; desde a Guerra do Paraguai, esta instituição viu seu peso político crescer cada vez mais dentro da sociedade brasileira, em 1922 os tenentes quebraram a hierarquia e se rebelaram contra a oligarquia cafeeira e a cúpula militar que compactuava com as oligarquias. A Coluna Prestes e o tenentismo representaram o descontentamento de parte das forças armadas com o regime liberal.

A crítica ao liberalismo manifestou a revolta com o sistema político da Primeira República, as alianças e disputas entres as oligarquias regionais dominaram a cena política

brasileira republicana. Duas consequências, desse modelo oligárquico de se fazer política, contribuíram para o seu enfraquecimento. De um lado, a marginalização de setores das oligarquias que não se sentiram mais representadas e, portanto, passaram a defender a recomposição do modelo. De outro, a exclusão de novos grupos sociais em ascensão, impedidos de participarem politicamente das decisões. De acordo com Cláudia Viscardi, a crise no sistema político da Primeira República acontece a partir dos anos 1920 e foi resultado “de sua incapacidade de alterar as regras de alocação hierárquica de poder, associada à falta de flexibilidade na incorporação de novos atores emergentes, os elementos responsáveis por sua dissolução” (VISCARDI, 2001, p. 361).

A rejeição ao modelo liberal nos anos 1920 e 1930 cresceu em todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. Não somente entre militares, mas também entre intelectuais e outros setores das classes médias urbanas, a “anarquia” em que se encontrava o país era responsabilidade não só dos governantes, mas do próprio modelo político. A necessidade de um Estado forte e cuja presença na sociedade se fizesse com mais vigor, era vista como a saída mais correta para a superação dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira naquele momento.

Em 1930, a coalizão de forças reunidas na Aliança Liberal, que fora derrotada nas eleições presidenciais, tomou o poder através das armas, levando à derrubada do governo Washington Luís e o impedimento da posse de Júlio Prestes. Essa coalizão era formada por diversos grupos, como afirma Boris Fausto “a articulação revolucionária, que ganhou forças entre marchas e contra marchas, após a derrota eleitoral

da Aliança em março de 1930, nasce do esforço dos quadros jovens, tanto civis como militares". Uma frente composta pela "classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles desvinculadas (Rio Grande do Sul e Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do Estado" (FAUSTO, 1995, p.102).

Neste momento houve na sociedade brasileira, um intenso debate acerca da realidade nacional, a busca por se entender os problemas do país e suas soluções, seguindo assim diversos movimentos políticos, tanto à esquerda, quanto à direita. Se por um lado havia a Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada no nazifascismo europeu, que propunha um Estado autoritário, por outro lado a Aliança Nacional Libertadora (ANL), propunha um projeto mais voltado para os problemas sociais do país. A polarização entre esquerda e direita, neste momento foi muito intensa.

Essa polarização no seio da sociedade civil, serviu de pretexto para que em novembro de 1937, Getúlio Vargas levasse a cabo, com o apoio das Forças Armadas, o golpe do Estado Novo. Com o objetivo de "manter a nação em ordem", o Estado Novo rechaçou a Constituição de 1934, outorgando uma outra em seu lugar; fechou o Congresso Nacional e todo o Poder Legislativo no país; decretou o fim dos partidos políticos, instaurou a censura nos meios de comunicação, proibiu greves e manifestações contrárias ao governo.

O Estado Novo para os seus apoiadores significou a conclusão da obra revolucionária de 1930, para parte de seus opositores, sobretudo os tenentistas à esquerda, foi seu completo abandono. O fato é que "configurou-se uma ideologia

justificadora do novo sistema de autoridade, de dominação, cujas origens se situam nos anos anteriores ao golpe, indo mesmo à década de vinte” (MALATIAN, 1986) Mais tarde foram criados vários departamentos, secretarias, institutos, seções etc. O aparelho estatal brasileiro começou a passar então por uma forte reformulação, aumentando seu poder de controle político e social, consolidou seu papel de principal motor do desenvolvimento econômico do país, e colocou em prática diversas iniciativas que impactaram na vida de toda a sociedade brasileira. Com o golpe do Estado Novo em 1937 ficou assegurado por mais oito anos, nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho, o projeto nacional estatista colocado em execução durante os governos Vargas.

A nacionalidade

Para uma melhor compreensão da reorganização do sistema de ensino brasileiro a partir de 1930, se faz importante a realização de um retrospecto de alguns temas e discussões, em torno dos vários elementos ideológicos presentes entre intelectuais e vários outros setores da sociedade brasileira nas primeiras décadas do período republicano. Esses ideais se manifestaram em praticamente todas as atividades da vida nacional, desde a política, passando pela cultura, alcançando a economia. O ideário político se pautou no nacionalismo, permeado por uma postura fortemente autoritária, que somada a uma visão salvacionista sobre si mesmo, resultou numa prática política centralizadora e excludente.

Em meados do século XIX o nacionalismo começou a fazer parte das discussões de intelectuais, políticos e jornalistas, a

partir da independência em 1822. Esta discussão se deu de forma muito mais intensa, pois a formação do Estado brasileiro propiciou uma oportunidade para o país, de forma independente, pensar seu próprio futuro.

No final do século XIX, o nacionalismo manifestou-se de forma mais intensa, com Afonso Celso ao afirmar em 1900 que o “Brasil é um país privilegiado, reunindo elementos que lhe conferem primazia sobre todos os mais” (OLIVEIRA, 1980, p. 512), inaugurando a corrente ufanista, dando importância aos pontos positivos, como se o Brasil fosse um país perfeito e chegaria ao desenvolvimento de forma natural.

Com Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, inaugurou-se uma corrente não ufanista. Para esses intelectuais, o que determinava a evolução da sociedade era o meio e a raça, sendo que a grande questão era explicar as razões do atraso brasileiro. Para isso apontavam uma possibilidade da nação num futuro próximo, alcançar o desenvolvimento. Para esses autores “o sertanejo, o Estado, o branqueamento são caminhos possíveis para a construção da nacionalidade, que escapam de uma visão idílica inicial, que vê o progresso brasileiro inscrito numa ordem natural. Neste ponto, o modernismo retoma e aprofunda esta tradição: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, atrasado, comandado por uma política incompetente” (OLIVEIRA, 1980, p. 512).

Mais tarde, no início do século, Olavo Bilac à frente da Liga Nacionalista e da Liga de Defesa Nacional, organizou a campanha pelo serviço militar obrigatório, clamando os jovens para que servissem a pátria, “Uma onda desmoralizadora de desânimo que nos abate... depois de um quadriênio

de lutas estéreis e de politicagem sem moral – o problema terrível permanece sem solução: uma terra opulenta em que muita gente morre de fome, um País sem nacionalidade, uma pátria em que se não conhece o patriotismo” (In POERNER, 1979, p. 97).

Como podemos ver no discurso de Olavo Bilac, o nacionalismo se manifesta de forma mais crítica, onde os problemas brasileiros são apresentados e não mais encobertos por uma série de elogios. O atraso no desenvolvimento entrou na pauta de discussão dos intelectuais, a diferença entre o Brasil real e o ideal era muito grande, passou-se então a buscar respostas para o atraso brasileiro. “Urupês”, artigo escrito em 1915, por Monteiro Lobato, é apontado como “marco de preocupação crítica do Brasil”.

Outro elemento ideológico que permeou o ideário político da época foi o autoritarismo; a descrença no liberalismo, concomitantemente ao crescimento do nazifascismo europeu, seduziu um grande número de intelectuais, atingindo também setores das classes médias, da elite e das Forças Armadas. A herança colonial e a experiência frustrada da primeira experiência republicana, deixou como soluções a guerra e a revolução. Nesse sentido, “a revolução deverá ir além da simples conquista do poder: deverá promover não só modificações radicais no aparelho político e financeiro, mas também na ‘própria essência mental’, procedendo à revisão dos antigos valores materiais e espirituais” (OLIVEIRA, 1980, p. 514).

Nesse sentido, a apologia de um Estado forte, com um poder maior de intervenção na sociedade, se fez presente em movimentos como o tenentismo. Em sua origem começou por contestar o monopólio do poder pelas oligarquias e

defender a realização de reformas que pusessem fim à corrupta máquina eleitoral da Primeira República. Ao alcançar o poder em 1930 interferiu na prática política do novo governo orientado por estas ideias. “As primeiras medidas adotada pelo Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas” (PANDOLFI, 2003, p.18).

Todas essas mudanças seriam realizadas sob a liderança de um pequeno grupo, audacioso e disciplinado. A tarefa de se construir uma *Identidade Nacional*, num Estado ainda em consolidação, estava aliada à ideia de que essa identidade deveria ser forjada por uma pequena elite formada por homens preparados e comprometidos com tal missão. Somente a essa elite caberia o papel de conduzir o país ao desenvolvimento e à paz social e política.

Daniel Pécaut, ao analisar o mesmo período, destaca que a principal tarefa colocada aos intelectuais, foi sem dúvida, a de organizar a nação. Esses intelectuais “apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). Essa ideia elitista vai de encontro mais tarde com a dualidade do sistema de ensino nos anos 1930 e 1940, uma minoria seria preparada para ser dirigente, enquanto a maioria através dos cursos profissionalizantes deveriam produzir os bens essenciais à nação.

Essas ideias influenciaram diversos intelectuais, políticos e militares, além de se refletir nas reformas e profundas mudanças no aparelho estatal brasileiro a partir de 1930. Tanto

o discurso nacionalista como a prática política autoritária estavam presentes na elaboração da política educacional após 1930, não sem contestações e propostas alternativas. Entretanto, deixaram profundas marcas na organização do sistema de ensino brasileiro.

A visão de que essas mudanças seriam obra de pouco, resultou numa visão de que a escola deveria ser para todos, mas não da mesma forma. Uma elite deveria frequentar as melhores escolas e as faculdades, enquanto a maioria da população deveria fazer apenas parte do ensino, já que o objetivo era qualificar minimamente a mão de obra para sustentar o processo de desenvolvimento industrial em curso.

A Educação

A educação, desde o início do período republicano, foi pauta de intensos debates e reformas. As Conferências Nacionais da Educação, a fundação da Associação Brasileira de Educadores (ABE), além do grande número de reformas realizadas no sistema de ensino neste período, nos dão uma ideia da enorme relevância das políticas educacionais implantadas pelos governos estaduais e pelo governo federal, como por exemplo: o Código de Ensino de Eptácio Pessoa, em 1901; a Lei Orgânica Rivadávia Correia, em 1911; a Reforma Carlos Maximiliano, em 1915; e a Reforma Rocha Vaz, em 1925. Depois de 1930, essas medidas obedeceram a reformulação sofrida pelo aparelho estatal brasileiro, com uma forte centralização no recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Mais tarde foram criados outros mecanismos para aumentar, ainda mais, este controle sobre o ensino.

Naquele momento, havia a crença entre vários setores da sociedade, de que, através da educação, se poderia moldar a sociedade, utilizando-a como fator de desenvolvimento. É importante frisar que são apresentados vários projetos bem diversificados e conflitantes. O que prevaleceu, como veremos, foi um modelo nacionalista, centralizador e que não visava atender a todos igualmente. Um sistema dual, onde apenas uma pequena elite deveria ser preparada, pois somente ela deveria dirigir a nação, devendo à grande massa despreparada frequentar os cursos profissionalizantes, e produzir os bens necessários para o desenvolvimento do país.

Durante a Primeira República, o sistema de ensino sofreu uma série de reformas. Apesar disso, era fortemente influenciado pelo modelo de ensino francês. O ensino primário era gratuito, entretanto pouco disseminado, com alto índice de analfabetismo. O ensino secundário era predominantemente particular, com a Igreja Católica sendo a maior proprietária de estabelecimentos de ensino secundário – e este nível funcionava somente como um corredor de passagem para o curso superior. Assim como secundário, o terceiro grau era muito elitizado, responsável por suprir os quadros políticos e burocráticos da elite. Formava na sua maioria advogados, médicos e engenheiros. Somente a partir da década de 1930 é que este ramo de ensino vai se desenvolver em São Paulo, com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934.

A partir de 1930 cresce ainda mais o foco da intelectualidade com o ensino formal. Intensos debates foram travados na sociedade. O acirramento entre os adeptos da Escola Nova e os educadores católicos, na primeira metade da década de

1930, é muito importante para se entender a importância do ensino e quais foram as políticas e iniciativas educacionais implantadas neste período. Duas iniciativas marcaram logo de início as ações do Governo Provisório, no campo educacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde, além da Reforma Francisco Campos.

A reforma foi realizada em 1931 e reestruturou todo o ensino secundário brasileiro. Sua principal característica foi a de tentar modificar o curso secundário, até então um simples corredor para o curso superior. Na “Exposição de motivos”, as palavras do próprio ministro da Educação, Francisco Campos, deixam bem claro essa intenção: “O ensino secundário é um simples curso de passagem e um sistema de exames destituídos de virtudes educativas e reduzido às simples linhas essenciais de sua estrutura estreitamente pragmática e utilitária de instrumento de acesso aos cursos superiores” (BRASIL, 1974, p. 429). Neste mesmo texto, Campos já delineia qual deveria ser na sua opinião o verdadeiro objetivo do ensino secundário. É importante notar como, já nesse momento, a preocupação com o nacional se manifesta: “A sua finalidade exclusiva não há de ser a matrícula nos cursos superiores, o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional” (BRASIL, 1974, p. 430).

A Reforma modificou bastante o sistema ensino até então vigente. Os programas passaram a ser expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), com revisão, de três em três anos, por uma comissão formada pelo próprio Ministério. Com isso, as escolas oficiais não poderiam mais elaborar seus próprios programas. Até então, os programas

de ensino eram elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II, sendo repassados às demais congregações que aprovavam de acordo com a sua condição e realidade.

O ensino secundário foi dividido em dois ciclos, o fundamental e o complementar. O primeiro, com a duração de cinco anos; e, o segundo, de dois anos. Foi instaurada também a inspeção federal em todos os estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares. Na fase inicial, a fiscalização tinha um caráter apenas administrativo, mas, em seguida, começou a passar a focalizar também os aspectos pedagógicos.

Entre 1932 e 1934 dois projetos de educação se colocavam em campos opostos. De um lado, os defensores de um projeto liberal de educação pública e, de outro, o tradicionalismo católico. Ambos os grupos se organizaram, elaboraram documentos e se articularam politicamente na defesa de seus ideais. Um importante debate ocorreu no Brasil naqueles anos e algumas mudanças foram realizadas, obedecendo suas respectivas orientações.

Os escolanovistas eram influenciados pelas ideias do norte-americano John Dewey. Defendiam uma renovação no sistema de ensino, uma educação para todos, uma escola pública, universal e gratuita. Para eles, todos deveriam receber o mesmo tipo de educação, proporcionando “assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresciam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 53).

Por seu lado, os católicos, bem mais conservadores e contrários às mudanças, tentavam intervir de forma mais incisiva sobre a sociedade. “Na visão da Igreja, o Estado deveria seguir sua doutrina social e proteger seus interesses, o sistema

educacional, e os meios de comunicação deveriam refletir os princípios e a doutrina católicos. Qualquer instituição que promovesse a secularização ou deixasse de seguir as determinações da Igreja era por ela atacada” (MAINWARING, 1989, p. 48).

Em 1934, durante a Assembleia Constituinte, a Liga Eleitoral Católica (LEC), conseguiu diversas vitórias para a Igreja. “A constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas” (MAINWARING, 1989, p. 48).

Na opinião de Circe M. Bittencourt, as divergências entre católicos e escolanovistas tinham como ponto central “a introdução do ensino religioso nas escolas públicas”. Para a Igreja, a campanha para assegurar o ensino religioso nas escolas públicas “era parte de uma estratégia de buscar impedir a maior interferência do Estado, tanto na organização da educação nacional em todos os níveis do ensino, quanto à tendência de ampliar escolas secundárias”. Além disso, havia ainda uma outra preocupação para a Igreja: “era imprescindível impedir a laicização do currículo”. Dessa forma, para os católicos, a “educação moral e cívica, defendida pelos educadores da Escola Nova, significava um ensino leigo, desvinculado das tradições católicas do povo brasileiros” (BITTENCOURT, 1990, p. 65).

A preocupação com o ensino, na década de 1930, promoveu intensos debates. Os objetivos do ensino secundário, sua transformação de um simples trampolim para o nível

superior em um curso de formação intelectual do aluno, eram frequentemente discutidos entre intelectuais e as escolas.

A Constituição de 1934 previa em seu Artigo 149 que “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados do país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana” (BARRETO, 1971, p.320). Em seu Artigo 150, onde são atribuídas as competências da União para com o ensino, na alínea a) “Fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”(BARRETO, 1971, p.321).

Foi instituído novamente o ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, entretanto, a Carta estabelecia uma porcentagem mínima de aplicação de recursos na Educação para a União, estados e municípios. Conforme o Artigo 156, “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (BARRETO, 1971, p.323).

A Carta de 1937, outorgada em 10 de novembro, pode-se notar também a preocupação com o ensino cívico, com a educação física, os trabalhos manuais e o ensino religioso. Em linhas gerais, durante o Estado Novo, o sistema de ensino sofreu diversas mudanças, influenciadas por uma mistura de elementos autoritários e centralizadores. Uma visão elitista e

embalado por um discurso nacionalista. A educação, nesse contexto, foi utilizada como um mecanismo de propagação desse ideário. Sua expressão se deu pela legislação educacional decretada durante o regime.

A reforma no ensino secundário de 1942, conhecida como Reforma Capanema, alterou a estrutura do curso secundário. Sua preocupação com a “construção de uma identidade nacional” está presente de forma marcante. A preocupação com o caráter formador deste nível de ensino também era latente, além da formação de um sistema dual de ensino, tendo em vista as novas exigências da modernização no país.

Na “exposição de motivos”, Capanema demonstra claramente quais são na sua opinião os objetivos do ensino secundário: “O ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica (...) se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo” (BRASIL, 1974, p. 254).

O curso secundário foi dividido em dois ciclos, o primeiro chamado de ginásial, com a duração de quatro anos; e o segundo se dividindo em dois ramos diferentes, clássico e científico, ambos de duração de três anos.

O Estado Novo não permitiu a existência de outros projetos educacionais diferentes do seu. Iniciativas inovadoras, como as de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, foram reprimidas (CUNHA, 1980, p. 445), bem como as escolas de colônias estrangeiras, principalmente alemães, italianas e japonesas.

Esta política atingiu também algumas escolas operárias de orientação anarquista.

A nacionalização do ensino, durante o Estado Novo, se configurou como uma política educacional, que visava principalmente a uniformização da educação, com atenção especial para as disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil, cujo objetivo principal era assegurar a unidade nacional, a construção da nacionalidade, o ensino a serviço da modernidade, responsável por inculcar na juventude os valores nacionais.

De acordo com Flávia de Sá Pedreira, a política educacional do período do Estado Novo era fortemente influenciada pelo nacionalismo. Isso resultou num ensino centralizador e uniformizador, tanto para o ensino público como o privado. Seu principal objetivo seria atingir “uma padronização de comportamentos, atividades e interesses da chamada “juventude brasileira”, pautando-se naquilo que os teóricos do regime afirmavam ser o “sentido condutor da nacionalidade” (PEDREIRA, 1993, p.5).

Considerações Finais

A Revolução de 1930 marcou o fim da hegemonia política das oligarquias. Não que elas perderam totalmente o poder, pelo contrário, mas que se viram obrigadas a dividi-lo com outros atores sociais. Sob a influência da descrença no liberalismo, o Estado brasileiro, a partir de 1930, ganhou uma nova configuração e uma nova atitude diante dos desafios da sociedade brasileira. Um Estado centralizador e interventor, que foi o responsável por conduzir o processo de

desenvolvimento e, por consequência, a industrialização do país.

As raízes desse processo estão por toda a Primeira República, algumas alcançam o próprio Império. Mas, 1922 se destaca como um marco no processo que resultou na Revolução. As diversas crises políticas e militares e a grave crise econômica terminaram por minar a primeira experiência republicana no Brasil. A incapacidade de atender aos diferentes setores oligárquicos e abrir espaço político para as novas forças e grupos sociais colaboraram para o enfraquecimento das bases políticas do sistema oligárquico.

Com a Revolução, parte das ideias em voga no país, desde o final do século XIX e início do XX, começaram a ganhar forma a partir do próprio Estado. Era o tempo de se colocar em prática teorias e discursos. Uma parcela dos novos ocupantes do poder, em 1930, constituía alternativas baseadas no nacionalismo, no autoritarismo e em uma visão elitista da condução do poder.

Esse ideário teve forte influência sobre a reorganização do sistema de ensino brasileiro, no que pese todo o debate entre católicos e escolanovistas, e de algumas de suas ideias terem se tornado legislações educacionais. O fato é que o Estado brasileiro, a partir de 1930, passou a intervir na educação. Essa intervenção foi pautada no ideário político da época: uma educação centralizada de forma administrativa e burocrática, com modelos nacionais que deveriam ser implantados em todo o país. Predominavam, portanto, forte componente nacionalista de valorização de tudo o que se entendia ser brasileiro e

apelo ao respeito à ordem para se alcançar o progresso. Para isso, havia necessidade de se investir na formação de um sistema dualista de ensino, no qual uma pequena parte da sociedade seria formada para ser dirigente; enquanto a grande maioria seria qualificada para as novas profissões necessárias para alavancar o desenvolvimento e a industrialização do país.

Como nada é simples quando se trata de Brasil, todo esse projeto nacionalista, autoritário e elitista, resultou na transformação econômica do país. Com isso, novos atores sociais entraram em cena. A classe operária finalmente passou a ocupar um espaço de relevo e a influenciar nas decisões políticas. A urbanização e a industrialização transformaram as cidades, sobretudo, as capitais. O sistema de ensino brasileiro foi, aos poucos, passando a atender às classes populares, ainda que de forma desigual, característica que, apesar de alguns avanços recentes agora ameaçados, persiste até os dias atuais.

Referências

BARRETO, Carlos Eduardo. **Constituições do Brasil**, Vol.1, São Paulo, Saraiva, 1971.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N.O **Brasil Republicano Vol. 1 O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Pátria, Civilização e Trabalho**. São Paulo, Loyola, 1990.

BRASIL. Exposição de motivos da Reforma Francisco Campos, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 134, vol. 60, INEP, 1974.

BRASIL. Exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 134, vol. 60, INEP, 1974.

CUNHA, Luís Antônio. A Política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas, in: **A revolução de 30, Seminário internacional**. Brasília, CPDOC-UnB, 1980.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e Historiografia**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

MALATIAN, Teresa M. Estado Novo, Ideologia do Trabalho e Ensino de História, In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As raízes da Ordem: Os intelectuais, a cultura e o Estado. In. **A Revolução de 30, Seminário Internacional**. Brasília, CPDOC-UnB, 1980.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil Republicano Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo, Ed. Ática, 1990.

PEDREIRA, Flávia de Sá. **A construção da história Pátria: Política educacional e literatura didática na era Vargas (1930-1945)**, Brasília, UnB, 1993 (Tese de mestrado).

POERNER, A. J. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Intelectuais e a modernização no Brasil: os caminhos da Revolução de 1930

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo, EDUSP-Paz e Terra, 1984.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

CAPÍTULO 7: O governo representativo após a Revolução de 1930: o que há de novo?⁷⁸

Paolo Ricci
Jaqueline Porto Zulini

Introdução

No Brasil, o governo representativo é uma realidade desde a Independência. A importância das eleições se faz presente nas palavras de José de Alencar, que em sua obra *O sistema representativo*, publicada em 1868, escreveu “agora o povo exerce o poder por meio dos mandatários e apenas conserva o uso próprio do direito constituinte” (Alencar, 1868, p. 14). No Império (1822-1889) assim como na Primeira República (1889-1930), é por meio das eleições que os representantes eram escolhidos.

A Revolução de 1930 não muda esse quadro. Após aprovar mudanças nas regras eleitorais, em 1932, outorgando um Código Eleitoral, o novo regime fixou as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, em maio de 1933. Multiplicavam-se as opiniões contrárias ao reestabelecimento da ordem constitucional e favoráveis a um governo

78 Este texto é produto da pesquisa realizada no âmbito do projeto “Partidos, fraude e mobilização eleitoral entre 1889 e 1964”, financiado pela Fapesp (processo 2018/23060-2) e pelo CNPq na modalidade PQ-2 (processo 306071/2017-7).

ditatorial. Mas como o próprio Vargas escreveu em seu *Diário* poucos meses antes das eleições, “parecia-me muito menos grave adiar por dois ou três meses uma eleição do que dar um golpe de Estado, dissolvendo uma Assembleia. Que isto eu não faria. Boa ou má, teria que aguentá-la”.⁷⁹ O objetivo deste capítulo é analisar as transformações do governo representativo entre a Primeira e a Segunda Repúblicas brasileiras. Em particular, buscamos responder a uma pergunta: houve uma ruptura nos padrões eleitorais?

O caso do Brasil é decerto peculiar na América Latina quando se trata das eleições no século XIX e início do XX. Enquanto a história das eleições em países vizinhos tem sido objeto de intensa revisão desde o final dos anos 1970, a grande maioria dos estudiosos no Brasil mantém a percepção clássica e reproduz as ideias de que i) as fraudes deturpavam o processo eleitoral; ii) o eleitor não era livre e iii) a competição partidária praticamente nem existia.

Anos atrás, o historiador colombiano Eduardo Posada-Carbó, em extensa análise bibliográfica da literatura sobre eleições, voto e participação na América Latina e na Europa até princípios do século XX, não recolocava o caso brasileiro entre os demais países da latino-americanos dignos de revisão. Para o especialista, há de se constatar que para o Império “One of the most ambitious works published during the last decade— *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil* by Richard Graham – at times reinforces the traditional stereotypes of Latin American politics” (POSADA-CARBÓ, 2000,

⁷⁹ Vargas (1995: 184). Sobre as tensões políticas que antecedem as eleições, ver Lopes (2019).

p. 625). Posada-Carbó estendia o diagnóstico ao período republicano: “the work of Murilo de Carvalho on Brazilian citizenship, innovative from other angles, also reiterates traditional views on the electorate” (idem, p. 625).

Após vinte anos desta afirmação, alguns avanços ocorreram. Houve um aumento notável de estudos que ultrapassaram a análise de apenas algumas unidades da federação e propuseram argumentos sob uma perspectiva nacional a partir da revisita do papel das eleições no Império (DOLHNIKOFF, 2008; 2009; FERRAZ, 2017; LIMONGI, 2014), na Primeira República (DOS SANTOS, 2013; PERISSINOTTO et ali, 2017; RICCI e ZULINI, 2014; VISCARDI, 2001; 2017) e na Era Vargas (RICCI, 2019; SILVA e SILVA, 2015).⁸⁰

Entretanto, ainda é preliminar o esforço de reinterpretar os efeitos produzidos pelas mudanças de regime na esfera da representação política. A Revolução de 1930 representa uma oportunidade única para os estudiosos. Os novos atores políticos inovaram ao outorgar um Código Eleitoral, em 1932, que introduziu ao mesmo tempo o voto secreto, concedeu o voto às mulheres, criou a Justiça Eleitoral, adotou a representação (quase) proporcional e o voto obrigatório, por além do voto classista. É mais do que oportuno, portanto, indagar o que pode haver mudado na essência do governo representativo com as inovações impostas pelo Código Eleitoral de 1932.

Neste capítulo, defenderemos que as mudanças eleitorais introduzidas pela Revolução de 1930 levaram a um regime

80 Aqui nos referimos apenas a estudos que apresentam interpretações mais amplas. Para uma lista de autores que estudam as disputas eleitorais nas respectivas unidades da federação na Primeira República ver FERREIRA e PINTO, 2017.

do tipo de *autoritarismo eleitoral*– e distinto da experiência da Primeira República (RICCI, 2019). Mais precisamente, se a democracia não estava no horizonte dos revolucionários e, portanto, a derrota do governismo não era aceita, também cabe reconhecer que houve uma grande mudança no padrão das disputas eleitorais: pela primeira vez, as oposições tiveram acesso à representação no Parlamento.

Para demonstrar o ponto exploramos o impacto das mudanças introduzidas pelo Código Eleitoral. Em particular, discutimos duas dimensões do governo representativo: a participação eleitoral e a competição política. No primeiro caso, seguimos Robert Dahl (1971), enfatizando dois aspectos da participação: eleições “inclusivas” e “livres”. O tema da inclusão será discutido na próxima seção. Este aspecto é geralmente atrelado à questão do sufrágio universal. A q u i , defendemos que é necessário pensar por além da questão do volume dos eleitores ou do voto feminino. Mostraremos que mesmo, após a Revolução de 1930, o eleitor segue o padrão observado durante a Primeira República: vale dizer, continuando fortemente dependente dos vínculos locais.

Na seção seguinte, abordaremos a questão das eleições livres indagando o impacto do voto secreto. Defenderemos que a previsão de uma *cabine indevassável* onde o eleitor pudesse votar sem ser visto não acabava com as pressões exercidas por candidatos e cabos eleitorais, ainda detentores do monopólio da entrega das cédulas eleitorais. Na quarta seção, enfrentamos a segunda dimensão, relativa à competição política. Ainda faltam estudos detalhados para entender se o aumento da competição nos anos 1930 se deve à atuação da Justiça Eleitoral capaz de limitar a manipulação

dos resultados eleitorais. Ainda assim, defendemos que a mudança responsável por causar maior impacto em respeito à Primeira República foi a introdução da representação (quase) proporcional⁸¹. Por meio deste mecanismo eleitoral, defendido desde o Império por Assis Brasil e outros pensadores, o acesso das oposições estava de fato garantido (RICCI e SILVA, 2019). Na última seção, discutimos os futuros passos para a melhor compreensão das eleições na década de 1930.

A dimensão da inclusividade: a importância do voto obrigatório

Há muitos anos tem-se defendido que a essência da democracia se encontra na participação ampla da população no processo de seleção dos representantes (LIPSET e ROKKAN, 1967; MANIN, 1997). Partindo-se dessa perspectiva, vários autores diagnosticaram os limites do governo representativo no Brasil. A Lei Saraiva, aprovada em 1881, é considerada o primeiro momento de retrocesso no direito de voto. Ao tornar diretas as eleições, o legislador introduziu uma série de dispositivos que dificultavam o alistamento. Foi um “tropeço”, como enfaticamente nos lembrou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2001, p. 38).

Na visão da maioria dos analistas, este quadro não se alterou no país no decorrer das sucessivas mudanças de regime. Durante a Primeira República, os eleitores alistados nunca passaram de 10% da população total (LYNCH, 2014; LOVE,

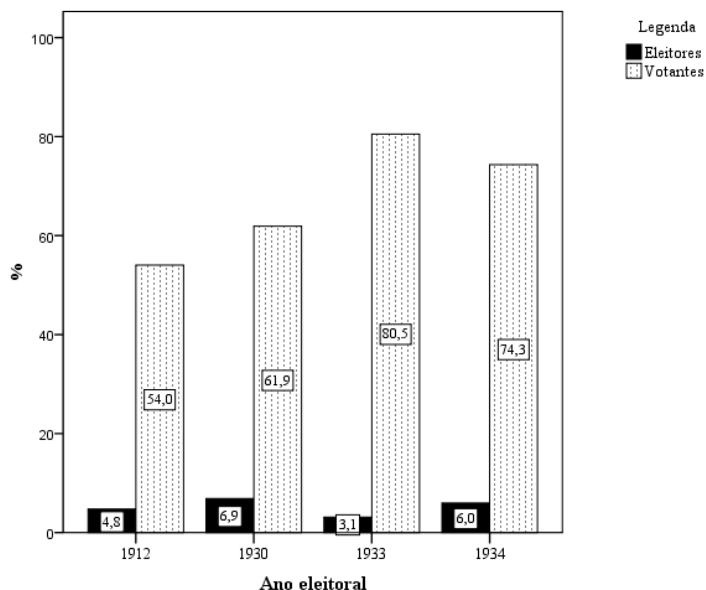
81 Era (quase) proporcional por prever um sistema de contagem dos votos que, em primeiro lugar, distribuía as cadeiras pelo quociente eleitoral e partidário e as eventuais sobras, depois, por um critério majoritário onde se considerava as votações obtidas pelos candidatos.

1970; BETHELL, 2000) e as eleições dos anos 1930 também não teriam conseguido reverter a situação. A primeira experiência democrática (1945-1964) confirmou a exclusão dos analfabetos e permaneceu não obrigando as mulheres a votar (salvo aquelas que exerciam atividade lucrativa), tornando o período uma “quase democracia” (DOS SANTOS, 2017: 20; NOGUEIRA, 2005). O enfoque na exclusão dos analfabetos deixa-nos com a insatisfação de circunscrever o problema à esfera dos meros direitos. No fundo, significa condenar a experiência eleitoral brasileira pelo caráter limitador que o legislador conferiu à participação política.

Antes de criticar esta interpretação é importante observar o que de fato mudou nos anos 1930. Vejamos os números. O gráfico a seguir mostra os níveis de eleitores inscritos (barras escuras) e o comparecimento eleitoral (barras pontilhadas) comparando duas eleições da Primeira República (1912 e 1930) com duas eleições da Era Vargas (1933 e 1934). As eleições de 1912 e 1930 se procederam para a escolha dos membros do Congresso Nacional. A eleição de 1933 foi a primeira realizada sob o novo regime instaurado após a Revolução de 1930 e selecionou os membros da Assembleia Constituinte encarregada de escrever as novas regras que ordenariam o Estado brasileiro. Já a eleição de 1934 tem dupla importância, pois em uma eleição simultânea foram escolhidos os deputados para a primeira legislatura federal e os deputados constituintes estaduais, incumbidos de escrever as respectivas constituições.⁸²

82 O dado para os eleitores expressa o percentual dos alistados sobre o total da população enquanto o dado para os votantes expressa o percentual dos alistados que compareceram no dia da eleição. Ambas as informações foram organizadas a partir de RICCI (2019, pp. 274-279).

Gráfico n. 1 – Eleitores inscritos e comparecimento eleitoral na Primeira República (1912, 1930) e na Era Vargas (1933, 1934)



Fonte: Elaboração própria a partir de RICCI, 2019, pp. 274-277.

Em relação à Primeira República, o que de fato muda são os níveis de comparecimento eleitoral, e não o número de eleitores inscritos. Embora, na teoria, o simples ato de se incorporar as mulheres ao direito de voto tenha o potencial de dobrar o tamanho do eleitorado, na prática o caso foi diferente. A concessão do voto feminino não produziu efeitos substantivos sobre o contingente eleitoral. Conforme KARAJEWICZ (2019, p. 129), o interesse em se alistar foi moderado.

Como o gráfico se utilizou de dados oficiais, é plausível supor que os valores do comparecimento relativos aos

pleitos de 1912 e 1930 estão sobrestimados. Valores expressivos de comparecimento, acima de 50%, já eram denunciados como eleições feitas a *bico de pena*. Na Primeira República, a seção eleitoral permanecia fechada no dia da eleição, impedindo-se o voto. Os encarregados de organizar a eleição se reuniam na residência de um correligionário e preenchiam à mão as rubricas eleitorais, elaborando uma fictícia ata final da seção eleitoral. A ata seguia à risca a lei eleitoral, como também continha as assinaturas dos eleitores, ainda que estes nem tivessem participado da eleição (TELAROLLI, 1982). Tratava-se de um expediente difundido na época, mas que já nas eleições dos anos 1930 não era tão difuso. Em síntese, entre a Primeira República e a Era Vargas não há diferenças significativas no que tange ao volume de alistados.⁸³ A diferença está no maior número de votantes.⁸⁴

A historiografia internacional tem nos alertado há décadas da importância de se pensar a participação sob outro ângulo, enfatizando as práticas sociais da época em detrimento da questão relativa ao número dos eleitores. Desde os anos 1970, afastando-se de quem enfatizava o voto como dominado puramente pelas práticas clientelísticas, a violência política ou a coação exercida sobre os eleitores, os estudiosos começaram a frisar a importância da competição entre as elites e o complexo *network* de atores envolvidos no

83 A bem entender isso significa que a concessão do voto à mulher não influenciou significativamente o tamanho do eleitorado.

84 O fenômeno pode ser imputável à introdução do voto obrigatório para os homens, conforme o Código Eleitoral de 1932. Entretanto, é mais plausível supor que os maiores níveis de comparecimento eleitoral sejam o produto da maior mobilização produzida pelos candidatos e partidos políticos.

controle da população eleitoral. Tais estudos defendem que votar na época não era uma escolha individual, mas coletiva (POSADA-CARBÓ, 2000; RICCI, 2019; SABATO, 2018). Nas palavras de Hilda Sabato, “analisar os votantes como indivíduos seria enganoso: votar era um ato coletivo e os participantes chegavam no comício organizados em grupos previamente constituídos como forças eleitorais” (SABATO, 2009, p. 11).

Uma afirmação válida, aliás, por além do caso latino-americano. Considera-se a história do sufrágio universal. Na Europa, França e Alemanha adotaram o sufrágio universal masculino em, respectivamente, 1873 e 1876, mas nem por isso o eleitor votava expressando uma preferência individual. Na Alemanha Imperial, Anderson (2000) sustenta que apesar da ideia de comunidade não fosse algo de estável, frequentemente redefinida em virtude da religião, classe, partidos, seu fundamento era a ‘*kulturkampf*’, o ‘sentido de solidariedade’ sob o qual se baseava o voto na cidade. A luta entre os partidos se dava pela conquista de grupos de eleitores, não de eleitores individualmente.

Segundo Crook, (2015), para se entender as eleições de 1848, na França, temos que prestar atenção nos atores que mobilizam os eleitores. Na prática, os eleitores eram instruídos a escolher os candidatos por padres, chefes locais, professores de escolas, ou por notáveis locais. Em geral, importa reconhecer que os eleitores eram mobilizados por atores políticos. Clubes, partidos, associações de classe eram, entre outros, formas de mobilização eleitoral que, inclusive, permitiam a participação ao “rito” do voto dos analfabetos, que por lei não poderiam votar.

No Brasil, a literatura sobre a Primeira República conferiu ao coronel um peso central na mobilização dos eleitores. Donos de um considerável lote de votos, os coronéis se encarregariam de coordenar o recrutamento eleitoral e organizar as eleições nos municípios. Nos termos de Victor Nunes Leal, o coronel no dia da eleição levava “magotes de eleitores como quem toca tropa de burros” (LEAL, 1997[1949], p. 63). Vários autores já destacaram as dificuldades no controle deste eleitorado (de Queiroz, 1975), em particular para o caso dos eleitores dos centros urbanos (CASTELLUCCI, 2015; RICCI e ZULINI, 2017a).

O eleitorado urbano gozaria de maior autonomia e não se mostraria um sujeito passivo. Ele seguia às urnas também visando benefícios e vantagens individuais, ambos resultantes de uma negociação com o coronel. Estas práticas, que Surama Pinto qualificou de controle positivo do eleitorado,⁸⁵ evidenciam que a dominação do eleitor não se dava automaticamente. Inclusive, há quem mostrou como o fenômeno ultrapassava as fronteiras da esfera urbana, manifestando-se também no âmbito rural já no final do Império. Mais precisamente, após a abolição da escravidão no Brasil, dentro de um contexto de rearranjo das formas de trabalho em que se afasta “definitivamente a imagem de uma ‘tropa de burros’ docilmente orientada e homogênea”.⁸⁶

O problema que resta ao pesquisador é entender se a mudança de regime nos anos 1930 impactou o papel dos

85 Cf. Pinto, *Só para iniciados*.

86 RIOS, Ana L. Campesinato negro no período pós-Abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. In: Cadernos IHU Ideias. v. 5, n. 76 (2007) p. 1-19.

coronéis. Alguns dados sinalizam para a necessidade de concentrar os estudos menos na atuação dos coronéis como atores isolados e mais na atividade dos partidos políticos como atores-chave na solução dos dilemas da ação coletiva envolvidos no gerenciamento das eleições (RICCI e ZULINI, 2017b).⁸⁷

O aumento dos votantes fez com que o controle sobre os rebanhos eleitorais ficasse mais difícil para os coronéis. Por além do mais, a eleição de 1933 se deu em um contexto político condicionado pela Revolução Constitucionalista deflagrada no ano de 1932 em São Paulo. Isso inviabilizou um rápido processo de alistamento eleitoral que, de fato, iniciou no final de 1932.

As exigências sobre o alistamento previstas pelo Código Eleitoral eram complexas, criando entraves para o cidadão comum. Uma delas chama atenção. Para conseguir o título eleitoral, o pleiteante deveria apresentar três fotografias; algo demasiado caro segundo os padrões da época. Na prática, os partidos arcariam com esses custos, fabricando os eleitores não somente ao bancar os documentos necessários para o alistamento como também ao imprimir a cédula eleitoral (BRAGA e AFLATO, 2019).

O alistamento podia ser feito nas sedes do partido, como também em sindicatos e associações de classe. Pelo que os jornais da época reportam, papel decisivo tiveram candidatos e partidos que se coordenaram para conduzir os eleitores às seções eleitorais. Isso significa que, na ausência de um eleitorado ideologicamente orientado e independente, a

⁸⁷ Para um estudo detalhado sobre o caso baiano remetemos a BATISTA, 2018.

dimensão-chave para se compreender a ampla participação que caracteriza as eleições de 1933 e 1934 passa a ser a capacidade de mobilizar o eleitor.

Nesse sentido, fazer eleitores é a estratégia por trás do sucesso eleitoral e isso exige coordenação. Concretamente, significa atribuir centralidade à ação dos partidos, como ocorreu quando o Governo Provisório alçado ao poder no pós-revolução encarregou os interventores nos respectivos estados de guiar a organização dos partidos (PANDOLFI, 1980; RICCI e SILVA, 2019). Foi por meio dos partidos, como de seus membros – coronéis, mas sobretudo cabos eleitorais, correligionários, e os próprios candidatos – que a coação e a intimidação se fizeram eficazes. Portanto, em comparação à Primeira República, as práticas de voto não mudaram radicalmente. De fato, registraram-se níveis maiores de mobilização eleitorais nos anos 1930. Entretanto, o exercício coletivo do voto continuou dominante.

A dimensão da liberdade: o impacto das medidas criadas para garantir o segredo do voto

A liberdade de escolha implica garantias para que o eleitor possa expressar suas preferências livre de pressões externas. Como bem reconhece Adam Przeworski (2010, p. 122), “the mere fact that people vote need not mean that they have the power to elect”. Daí a ênfase recente do papel do voto secreto na liberalização do regime representativo (TEORELL et. all., 2017). A leitura que acabamos de fazer se distancia das interpretações costumeiras que valorizam o sufrágio universal. Como enfatizado recentemente pelos organizadores de um

número monográfico da *Comparative Politics Studies*, “The establishment of the secret ballot was also a key institutional reform, without which modern representative government is unthinkable” (Teorell et al, 2017, p. 2).

Durante a Primeira República, vários autores advogavam a adoção de alguma medida que pudesse atrair para as urnas o eleitorado mais qualificado, em sua maioria temeroso da violência corrente das eleições na época e, por isso mesmo, propenso ao absenteísmo (Schlegel e Nobrega, 2019). Desde a preparação da Aliança Liberal para corrida presidencial de 1930 e, depois, nas palavras dos revolucionários vitoriosos, havia um discurso político centrado em condenar reiteradamente o regime anterior pelo desvirtuamento da verdade eleitoral.

Exigia-se uma mudança na forma como se davam as eleições. Uma das mudanças defendidas era o voto secreto. Segundo o Código Eleitoral de 1932, o sigilo do voto ficava garantido por uma série de formalidades conjugadas. Primeiramente, o uso da sobrecarta oficial, vale dizer, um envelope uniforme e opaco entregue pelo presidente da seção para o eleitor depositar a cédula de votação. Para proteger o segredo do voto, o presidente da seção ficava encarregado de numerar as sobrecartas de 1 a 9 e rubricá-las. O eleitor deveria, então, entrar em um espaço fechado (denominado *cabine indevassável*) para depositar a sua cédula dentro do envelope recebido do presidente da seção. Quando saísse da cabine indevassável, o eleitor teria de mostrar ao presidente da seção a sobrecarta para que o segundo conferisse a identidade, a numeração e a rubrica do primeiro. Através da numeração das sobrecartas, portanto, pretendia-se impedir a

possibilidade de que o eleitor tentasse substituir o envelope entregue-lhe pelo presidente da seção por outro envelope. A numeração seriada visava dificultar, assim, a fraude dentro da seção eleitoral. Além disso, exigia-se que toda seção contasse com uma urna suficientemente ampla para que os votos se misturassem ao invés das sobrecartas se acumularem na ordem de depósito.⁸⁸

Podemos afirmar que o voto secreto trouxe mudanças significativas para o eleitor? Até recentemente, havia poucos estudos mostrando os efeitos das medidas adotadas em 1932. Jairo Nicolau (2012), apesar de reconhecer que o voto secreto atingiu o objetivo de tornar as eleições limpas, afirmava que as fraudes e as coerções continuaram, sobretudo no interior do país.

A análise da cobertura dos jornais da época sobre as eleições de 1933 mostrou que fraudes pontuais foram encontradas em vários estados (SCHLEGEL e NOBREGA, 2019). A violação do voto secreto foi tamanha nos estados do Espírito Santo e em Santa Catarina que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acabou por anular a eleição inteira nos dois casos após identificar a utilização de sobrecartas transparentes na maioria das seções eleitorais.

O levantamento das denúncias de fraudes que chegaram ao TSE aponta que em vários outros estados o segredo do voto secreto não foi tão eficaz como poderia se supor (RICCI e ZULINI, 2017b). Uma perícia supervisionada pelo TSE das sobrecartas utilizadas no estado de Pernambuco concluiu que o material se mostrava ainda mais transparente

88 Cf. CE 1932, arts. 57, 70 e 81.

comparado às sobrecartas capixabas, mas o assunto acabaria abafado e não levaria à anulação das eleições pernambucanas. Com efeito, estudo recente relativizou a suposta imparcialidade creditada à Justiça Eleitoral, sobre tudo por conta de situações do gênero onde prevaleciam indicativos dos tribunais eleitorais valerem-se de *dois pesos e duas medidas* na tomada de decisões, colocando em xeque o respeito a verdade emanada das urnas(ZULINI, 2019a).

Por além disso, há um elemento adicional que deve ser mencionado. O Código Eleitoral não introduziu de fato o voto secreto, já que não foi prevista a cédula oficial de votação.⁸⁹ Ainda que os eleitores votassem em uma cabine fechada, as cédulas eram impressas e distribuídas pelos partidos aos eleitores na boca da urna. Em síntese, o voto segredo previsto pelo Código Eleitoral, de 1932, não pode ser sobredimensionado. Na prática, a previsão da cabine resolvia o problema da pressão exercida na hora do ato do voto. Entretanto, a ausência de uma cédula eleitoral oficial seguia abrindo margem para um controle sobre os eleitores. Em geral, vale ainda o argumento teórico apresentado por Victor Nunes Leal:

O código de 1932, apesar dos louvores que mereceu, não punha fim à costumeira coação

89 Há um consenso de que a garantia do voto secreto se dá quando os países adotam o chamado *Australian Ballot*. Trata-se de um formato de voto secreto adotado pela primeira vez na Austrália no século XIX, baseado em quatro componentes. No caso, i) a adoção de cédulas eleitorais impressas e distribuídas pelo poder público - denominadas de cédulas oficiais; ii) a inclusão dos nomes dos candidatos/partidos nas cédulas oficiais (possibilitando a livre escolha deles); iii) a distribuição das cédulas aos eleitores no dia da eleição, no lugar de votação; iv) a garantia do segredo no ato do voto, através da disponibilidade de em lugar privado, fora do alcance de outras pessoas.

dos partidos oficiais. Não nos referimos à coação direta e material no dia do pleito ou no ato de votar. Nem era esta a mais freqüente modalidade de compressão do voto na vigência das leis anteriores. Aludimos à coação difusa mas efetiva, que em muitos lugares precede às eleições no interior do país; ao ambiente de insegurança adrede criado para os eleitores da oposição, que nos menores municípios toda gente conhece; à violência preparatória, atual ou iminente, manifestada com pertinácia em pequenas ou grandes façanhas, dias, semanas e até meses a fio. Só para esse tipo de coação não havia remédio no código, segundo a interpretação restritiva que lhe deu o Tribunal Superior Eleitoral” (LEAL, 1997, p. 116).

A dimensão da competição política: o impacto do Código Eleitoral de 1932 na representação política

De acordo com o senso comum, as eleições no Brasil se tornam competitivas apenas em 1945 (LIMONGI, 2015). Esta interpretação ainda se fundamenta na definição clássica de Schumpeter (1950) responsável por associar democracia aos regimes de governo que selecionam os representantes políticos através da competição eleitoral. Basicamente, uma ideia centrada na suposição de que os governantes devem ser escolhidos pelo voto popular e, quanto os desafiantes da oposição ganharem o jogo eleitoral, os incumbentes reconhecem a derrota e asseguram a posse dos rivais, admitindo a rotatividade do poder. Uma postura motivada pela expectativa dos então derrotados em futuramente recuperarem as condições de retornar ao governo (PRZEWORSKI, 2010).

Ao endossar esse raciocínio e enfatizar que o respeito à

vitória das oposições e a entrada delas no poder só ocorreu no Brasil a partir da democracia de 1946-1964, a literatura automaticamente enquadrava as eleições ocorridas antes de 1945 como *não competitivas*. A principal evidência disso utilizada pelos analistas para comprovar a ausência de competição na Primeira República são os resultados eleitorais às corridas presidenciais da época, em geral pouco renhidas (CARVALHO, 2003).

Pensar a competição política dentro de um contexto liberal demanda um deslocamento metodológico crucial em relação à abordagem típica do mesmo problema nos estudos sobre regimes democráticos. As eleições não ocorrem apenas dentro de contextos democráticos nem sequer têm, por definição, o propósito de criar condições que favoreçam a todos igualmente (MANIN, 1997).

Para tanto, propomos partir do reconhecimento de que deve haver uma estrutura das oportunidades políticas para que novos e velhos competidores disputem o poder (BARTOLINI, 1999). Tais oportunidades podem ser especificadas em três dimensões:

- *Primeira dimensão*: se há periodicidade das eleições como método de escolha dos representantes. A periodicidade se refere à manutenção do calendário eleitoral estabelecido pela legislação vigente sem que ocorra qualquer interrupção condicionada à vontade dos governantes. Na Primeira República, o artigo 16 da Constituição Federal de 1891 fixava a duração da legislatura em três anos, deixando a cargo do Congresso Nacional a competência para estabelecer o dia da eleição. Fato é que entre 1894

e 1930 as eleições ocorreram regularmente a cada três anos, sempre no primeiro trimestre do ano previsto para o escrutínio. Apenas em uma ocasião, ainda em 1894, a eleição foi postergada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em razão da eclosão de uma insurreição iniciada no Rio Grande do Sul contra o governo federal.⁹⁰ Entretanto, meses depois, no mesmo ano, se deram as eleições naqueles estados.⁹¹ Na prática, não há dúvida de que as eleições periódicas eram a *condicio sine qua non* da escolha dos representantes durante o regime oligárquico. O mesmo pode ser dito para a experiência pós-revolucionária. As eleições de 3 de maio de 1933 foram fixadas por decreto ainda em 1932 e antes da eclosão da revolução constitucionalista.⁹² Vargas, portanto, manteve o calendário eleitoral, como também não impediu a realização do pleito de 14 de outubro de 1934 para a seleção dos representantes federais e estaduais.

- *Segunda dimensão*: se há impedimento legal à entrada dos partidos de oposição no mercado eleitoral. Com relação à Primeira República, a Constituição

90 Trata-se da Revolta Federalista, uma bandeira empunhada pelos defensores da autonomia estadual e que acabou desencadeando uma guerra civil estendida aos territórios dos estados de Santa Catarina e Paraná.

91 As eleições federais de 1894 foram procedidas em todo o país a 1º de março, exceto naqueles estados situados na região da revolta, onde os pleitos foram sobrestados. Em Santa Catarina, as eleições realizaram-se a 09 de setembro e, no Rio Grande do Sul, a 10 de outubro de 1894. No Rio Grande do Sul, o feito se repetiu por causa de nova revolta em 1927, mas as eleições, originalmente programadas para fevereiro, logo ocorreram em maio, após o fim do levante.

92 Cf. o Decreto n. 21.402 de 14/05/1932.

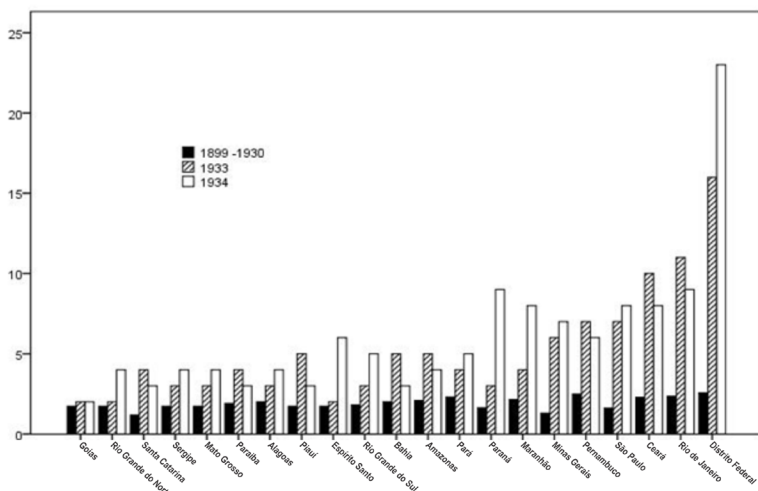
de 1891 nem sequer mencionava o termo *partido*, conferindo poder privativo ao Congresso Nacional para regular as condições e o processo eleitoral. Na parte relativa aos elegíveis, a lei eleitoral era bem inclusiva, estabelecendo como condições de elegibilidade para o Congresso Brasileiro estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistável como eleitor⁹³, admitindo a incompatibilidade na candidatura para determinadas categorias e pessoas. Com isso, abria-se oportunidade para candidaturas independentes, não apenas vinculadas a siglas partidárias. Portanto, inexistiam leis que limitassem a competição entre as forças políticas no Brasil republicano. Inclusive, vários movimentos operários apresentaram suas candidaturas às eleições na época (CASTELLUCCI, 2015). É verdade que, sobretudo no final dos anos 1920, foram aprovadas várias leis repressivas às liberdades de organização e associação visando controlar o conflito social crescente. Tais leis, porém, não foram impeditivas à apresentação de candidatos de oposição, como ocorreu em 1928, quando os comunistas apresentaram duas candidaturas vitoriosas para o Conselho Municipal do Distrito Federal (KAREPOVS, 2006). Na Era Vargas, o Código Eleitoral inovou ao incorporar o termo *partido*. A permissibilidade da disputa partidária era amplamente garantida pelo artigo 58, parágrafo

93 Art. 29 da lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892. O critério permanece nas outras duas leis importantes da época, a nº 1.269, de 15 de novembro de 1904 (art. 105) e 3.208, de 27 de dezembro de 1916 (art. 34).

1º, pelo qual se garantia a “qualquer partido, aliança de partidos, ou grupos de cem eleitores, no mínimo, registrar, no Tribunal Eleitoral, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus candidatos, encimada por uma legenda”.

- *Terceira dimensão:* se de fato há partidos de oposição competindo. Esta última dimensão enfatiza a presença efetiva dos grupos de oposição na disputa eleitoral. O gráfico n.2 sintetiza as informações por estado mapeando os partidos políticos concorrendo às eleições federais entre 1900 e 1934.

Gráfico n. 2 – Número de partidos políticos competindo, por estado (1900-1934)



Fonte: Reproduzido de Ricci e Silva (2019:68).

Os dados mostram um cenário distinto do previsto pela literatura clássica. No caso da Primeira República

(representada pelas barras escuras), todos os vinte e um estados apresentam mais de uma força política competindo. Os casos extremos do Distrito Federal e do Rio de Janeiro mostram uma disputa exacerbada e, no esteio, a intensa atividade partidária que sediavam em pleno contexto liberal.

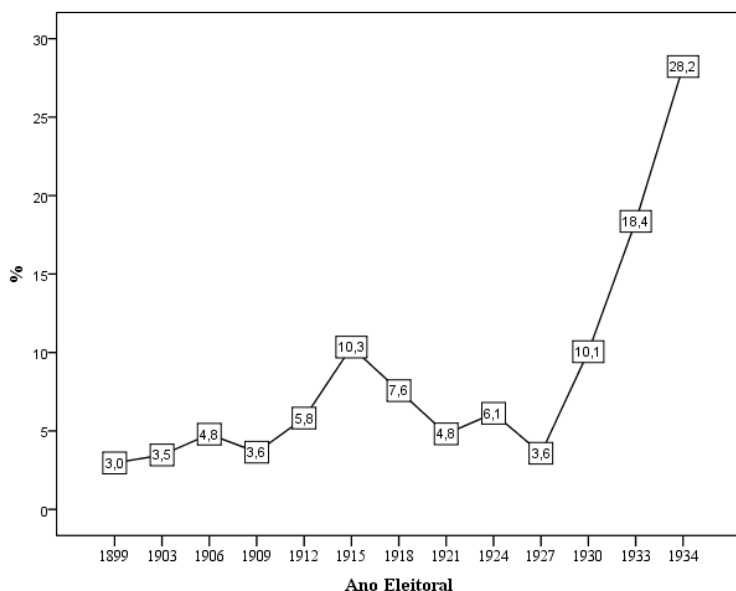
De acordo com estudos recentes, isso se deve à incapacidade dos partidos cariocas e da capital da República em se constituírem enquanto siglas fortes e coesas (FERREIRA, 1994; FREIRE, 2000; PINTO, 2011; VENEU, 1987). Entretanto, mesmo nos estados mais politicamente estáveis, com partidos políticos dominantes como São Paulo e Minas Gerais, o número de competidores é sempre superior a um. A explicação é dúplice. Por um lado, sobretudo a partir dos anos 1920, nascem novas forças políticas como o Partido Democrata e a Aliança Liberal com claras intenções de desfalcas o monopólio da representação do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Mineiro, respectivamente. Ao mesmo tempo, vale lembrar o fato de ambos os partidos terem passado por momentos de turbulência interna que culminaram em cisões como em 1901 e 1924, em São Paulo. A própria institucionalização do Partido Republicano Mineiro ocorreu gradualmente, processando-se por completo apenas em 1906 (RESENDE, 1982).

Com relação às eleições de 1933 e 1934 notamos um crescimento significativo no número de partidos. Cabe lembrar que o formato da competição não muda entre um regime e outro. Ou seja, antes de 1945 não houve partidos nacionais e cada estado apresentava partidos diferentes, sem nenhuma relação direta.

O fato de todas estas três dimensões se revelarem

plenamente satisfeitas quando confrontadas com a realidade empírica mostra que no Brasil havia espaço real para os candidatos concorrerem ao poder. Passamos agora a observar como a competição impactou sobre os resultados eleitorais. Um indicador evidencia as diferenças entre Primeira e Segunda República. O próximo gráfico organiza, por ano eleitoral, as informações relativas ao percentual médio de candidatos derrotados pelos partidos vitoriosos.

Gráfico n. 3 – Proporção média das cadeiras ocupadas pelos partidos vitoriosos, por ano eleitoral



Fonte: Reproduzido de Ricci e Silva (2019:76).

No caso da Primeira República, o levantamento das bancadas eleitas entre 1900 e 1930 informa-nos que, em média,

elas eram constituídas por 4/5 das vezes por deputados do mesmo partido. A não unanimidade da bancada se deve à presença de candidatos independentes que conseguiram se eleger. Já em 1933 e 1934, o quadro muda, observando-se uma proporção considerável de cadeiras ocupadas por outros partidos. Outro indicador foi coletado por Ricci e Silva (2019). De acordo com os autores, em 1933 e 1934 alguns partidos oficialmente apoiados pelos interventores perderam as eleições. O caso mais emblemático é o do Ceará, onde a Liga Eleitoral Católica derrotou o partido do interventor nos dois anos eleitorais, levando o interventor Roberto Carneiro de Mendonça à demissão do cargo. A grande diferença entre a Primeira e a Segunda Repúblicas é, então, a entrada das oposições na Câmara dos Deputados. A tabela a seguir sintetiza as dimensões da competição enfatizando a diferença crucial entre os dois períodos estudados.

Tabela n. 1 – Dimensões da competição política entre a Primeira e a Segunda Repúblicas brasileiras

Dimensões da competição política	Primeira República (1889-1930)	Segunda República (1930-1937)
Periodicidade das eleições	Garantida	Garantida
Oposições impedidas por lei de participar das eleições	Ausente	Ausente
Participação efetiva das oposições	Presente	Presente
Resultados eleitorais que respeitaram a representação das minorias	Ausente	<i>Presente</i>

Fonte: Elaboração própria.

A que se deve este resultado? Se a competição política esteve presente na Primeira República, como explicar o fim do monopólio da representação política pelos partidos governistas? Uma resposta é que as eleições nos anos 1930 são mais limpas. No caso, significa endossar a hipótese de que a Justiça Eleitoral possa ter cumprido o seu papel, anulando as fraudes e permitindo a contabilização dos votos recebidos pelos candidatos oposicionistas. Entretanto, é difícil imaginar que de um dia para outro a Justiça Eleitoral se institucionalize como órgão independente de pressões externas.

Estudo recente tem mostrado que a criação dos tribunais eleitorais ocorreu às pressas, basicamente implementados após o fim da Revolução Constitucionalista. Ao contrário do prescrito pelo Código Eleitoral, não se realizaram concursos para a provisão dos cargos dentro da Justiça Eleitoral e as vagas acabaram ocupadas pelo destacamento temporário dos servidores públicos então em disponibilidade. Uma sorte de problemas correlatos se sucedeu, desde a ausência de transparência no loteamento dos cargos dos tribunais eleitorais até à falta de pagamento e de mobiliário e material mínimo para os servidores trabalharem. Além disso, um exame atento sobre os recursos eleitorais analisados pelo TSE em 1933 mostra que houve denúncias de interferência dos resultados eleitorais por parte da magistratura. Quase 40% das alegações de fraude registradas especificamente contra a Justiça Eleitoral naquele ano denunciavam a parcialidade ou as arbitrariedades cometidas no momento da apuração pelos juízes eleitorais, em prejuízo do voto expresso nas urnas (ZULINI, 2019a).

A nosso ver, a melhor resposta para explicar o sucesso

parcial das oposições se deve à introdução do sistema eleitoral (quase) proporcional (RICCI e ZULINI, 2017b; RICCI e SILVA, 2019; SILVA e SILVA, 2015). O método proporcional era uma defesa histórica do político e intelectual Joaquim Francisco de Assis Brasil, membro da Comissão criada em 1930 para escrever o Código Eleitoral e que teve protagonismo na redação do anteprojeto do conjunto de medidas inicialmente propostas para mudar a tônica das eleições no Brasil. Com o decurso do tempo, o ator perdeu centralidade e a sua contribuição se tornou marginal, mas serviu para cravar o sistema proporcional como um mecanismo inquestionável dentro de um pacote maior de reformas eleitorais (ZULINI, 2019b).⁹⁴

Ao permitir que a distribuição das vagas na Câmara fosse feita considerando a proporção dos votos expressos nas urnas, a representação proporcional garantia espaço também às minorias. Ou seja, ainda que coação, violência e fraude constituíssem o *mainstream* do processo eleitoral, a partir de 1933 os opositores enxergam chances reais de ver alguns de seus candidatos vitoriosos. O respeito à vitória das minorias é admitido não apenas no papel e na disputa eleitoral, mas também no Congresso, onde as oposições ingressam pela primeira vez. Esse é de fato o primeiro elemento mais inovador do governo representativo pós-revolucionário.

94 Mais recentemente, soube-se que a interferência de Assis Brasil no produto final do Código Eleitoral de 1932 foi muito menor do que o normalmente pensado. O político teria motivos para se aliar aos propósitos continuistas do Governo Provisório e contribuiu para adiar o processo de reforma eleitoral, deixando os trabalhos na comissão encarregada desta tarefa assim que pode (ZULINI, 2019b).

Conclusão

Neste capítulo discutimos as mudanças observadas entre a Primeira e a Segunda Repúblicas brasileiras. Entendemos que dentre todas as inovações prescritas no Código Eleitoral de 1932, a adoção da representação proporcional merece protagonismo por se fazer o principal instrumento de mudança prática no padrão das eleições brasileiras. A adoção da representação proporcional garantiu a efetiva representação das oposições, algo inusitado até então. Ainda assim, a entrada das minorias no Poder Legislativo não deve chamar em causa a ideia de democracia.

As mudanças nas regras eleitorais promovidas pelo Governo Provisório não visavam à democratização do país. Os padrões em que o voto se materializava nos anos 1930, desde a violência política até o voto coletivo, estavam mantidos. Razão pela qual entendemos que se tratava de um *autoritarismo eleitoral*, isto é, um regime que valorizava a dimensão da competição política, mas sem por isso admitir uma disputa completamente honesta.

Gostaríamos de encerrar com um apontamento para estudos futuros. Mais especificamente, sobre a necessidade de esforços multidisciplinares na retomada da análise do governo representativo no Brasil antes da democracia. Por um lado, observa-se que raras tem sido as incursões da ciência política na avaliação das eleições ocorridas no país durante os regimes vigentes antes de 1945. Tanto por um preconceito temático que até recentemente não concebia a plausibilidade de se enveredar pelo exame de eleições em regimes liberais quanto pela resistência dos especialistas a fazer pesquisa de

campo, preferindo temas dignos de investigação facilitada pela análise remota, através de grandes bases de dados públicos pré-organizados.

De outro lado, fica claro que a historiografia abandonou por muito tempo o estudo da política e de assuntos centrados em fontes oficiais de informação em favor da chamada *história vinda de baixo*, em favor de tópicos sociais revelados sobretudo por fontes extra-oficiais. Foram os entusiastas da história regional que investiram na retomada das experiências da Primeira República e da Era Vargas, centrando-se na análise dos casos estaduais. Está na hora de conjugar-mos uma agenda de pesquisa comum que integre a ciência política e a história, adaptando os referenciais teóricos e as ferramentas de análise das duas áreas para se tornar viável uma reflexão capaz de ultrapassar as fronteiras estaduais e relativizar antigas teses normativas.

O trabalho seminal de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, continua pautando as premissas sobre como supostamente se definiam as formas tradicionais de poder por trás do sucesso eleitoral do governismo. Entretanto, pouco se investiu até hoje na sistematização de dados para testar os argumentos do autor. É preciso adentrar os arquivos públicos espalhados pelo país atrás de informações sobre a organização e preparação dos partidos para as corridas eleitorais em se tratando de, de fato, compreender como se faziam eleições no Brasil. Bastava a força do coronel? Pelas nossas evidências preliminares, definitivamente, não. Havia uma teia de atores-chave envolvidos no processo eleitoral que precisamos reconstruir para interpretar a construção de alianças políticas e da fabricação de eleitores. No limite,

trata-se do exercício capital para podermos repensar a própria transição do Brasil rumo à democracia.

Referências

ALENCAR, José de. O sistema representativo. Rio de Janeiro: Garnier Editores, 1868.

ANDERSON, M. Levine. **Practicing Democracy: Elections and Political Culture in Imperial Germany**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2000.

BARTOLINI, Stefano. "Collusion, Competition and Democracy Part I". **Journal of Theoretical Politics**, vol. 11, nº 4, pp. 435-470, 1999.

BATISTA, Eliana Evangelista. **A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)**. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2018.

BETHELL, Leslie. "Politics in Brazil: from elections without democracy to democracy without citizenship." **Daedalus**, 129.2, pp. 1-27, 2000.

BRAGA, Maria do Socorro S. e AFLALO, Hannah Maruci. "Origens do voto obrigatório no Brasil", In. RICCI, Paolo (Org.). **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, José Murilo. "Os três povos da República". **Revista USP**, nº 59, pp. 96-115, 2003.

CASTELLUCCI, Aldrin AS. **Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República**. EDUNEB, 2015.

CROOK, Malcolm. "Universal Suffrage as Counter-Revolution? Electoral Mobilisation under the Second Republic in France, 1848–1851." **Journal of Historical Sociology**, 28.1, pp. 49-66, 2015.

DAHL, Robert. **Poliarchy: participation and opposition**. New Haven, Yale University Press, 1971.

DOLHNIKOFF, Miriam. "Império e governo representativo: uma releitura." *Caderno CRH* 21.52, pp. 13-23, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. "Representação na monarquia brasileira." **Almanack Braziliense** 9, pp. 41-53, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "O sistema oligárquico representativo da Primeira República." **Dados-Revista de Ciências Sociais**, 56.1, pp. 9-37, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia Impedida**. O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. "A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)." **Revista de Sociologia e Política** 25.62, pp. 63-91, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Editora Ufrj, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. "Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas." **Tempo**, 23.3, pp. 422-442, 2017.

FREIRE, Américo. **Uma capital para a República**: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

KARAWJCZYK, Monica. "Voto feminino: tramitações legais e movimento sufragista", In. RICCI, Paolo. **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Editora Appris, 2019.

KAREPOVS, D. **A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Renato. **A invenção da República**. São Paulo: Vértice, 1989.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** 91, pp. 13-51, 2014.

LIMONGI, Fernando. “Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo.” **Dados**, 58.2, pp. 371-400, 2015.

LIPSET, Seymour Martin e ROKKAN, Stein. “Cleavage structures, party systems and voter alignments: introduction”, In. ROKKAN, Stein; LIPSET, Seymour Martin. **Party systems and voter alignments. cross-national perspectives**. New York: Free Press, pp. 3-64, 1967.

LOPES, Raimundo H. “O Poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório”, In. Paolo RICCI (org.). **O Autoritarismo Eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932**. Curitiba: Appris, 2019.

LOVE, Joseph L. “Political Participation in Brazil, 1881-1969”. **Luso-Brazilian Review** 7.2, pp. 3-24, 1970.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014.

MANIN, Bernard. **The Principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOGUEIRA, Octaciano. **A Constituinte de 1946**: Getúlio, o sujeito oculto. Martins Fontes, 2005.

PANDOLFI, Dulce C. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascensão política. In. GOMES, Angela C. *et. al.* (Coord.). **Regionalismo e centralização política**: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. “Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934)”. **Dados**, 60.1, pp. 79-110, 2017.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...** o jogo político na antiga capital federal. MauadEditoraLtda, 2011.

POSADA-CARBÓ, Eduardo. “Electoral Juggling: a Comparative History of the Corruption of Suffrage in Latin America, 1830-1930”. **Journal of Latin American Studies**, 32 (3), pp. 611-644, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the limits of self-government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Editora Alfa-Omega, 1976.

RESENDE, M.E.L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte, UFMG, 1982.

RICCI, Paolo e SILVA, Glauco. “A representação (quase) proporcional e os pleitos de 1933 e 1934”, In. Ricci, Paolo (Org.). **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

RICCI, Paolo, and Jaqueline Porto ZULINI. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República”. **Dados**, 57.2, pp. 443-479, 2014.

RICCI, Paolo, and Jaqueline Porto ZULINI. "The meaning of electoral fraud in oligarchic regimes: lessons from the Brazilian case (1899-1930)." **Journal of Latin American Studies**, 49.2, pp. 243-268, 2017a.

RICCI, Paolo, and Jaqueline Porto ZULINI. "The politics of electoral reforms: the origins of proportional representation in Brazil and the Electoral Code of 1932." **Institutional innovation and the steering of conflicts in Latin America**, pp. 57-84, 2017b.

RIOS, Ana L. "Campesinato negro no período pós-Abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto". **Cadernos IHU Ideias**, v. 5, n. 76, pp. 1-19, 2017.

SABATO, Hilda. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX. **Almanack Braziliense**, nº 9, pp. 5-22, 2009.

SABATO, Hilda. **Republics of the new world**: The revolutionary political experiment in nineteenth-century latin america. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SCHLEGEL, Rogério e NÓBREGA, Josué. "Qual voto secreto? O Código Eleitoral de 1932 e as transformações no sigilo do voto". In. RICCI, Paolo. **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Editora Appris, 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York, Harper & Brothers, 1950.

SILVA, Thiago e SILVA, Estevão. "Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934." **Revista de Sociologia e política** 23.56, pp. 75-106, 2015.

TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. Vol. 56. Brasiliense, 1982.

TEORELL, Jan, ZIBLATT, Daniel; LEHOUCQ, Fabrice, "An introduction to specialis sue: the causes and consequences of secret ballot reform". **Comparative Political Studies**, 50 (5), pp. 531-554, 2017.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. 1930-1936. Volume 1. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”. **Dados**, Vol. 30, n. 1, 1987, pp. 45-72, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. C/Arte, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ZULINI, Jaqueline. “Por além do discurso moralizador: os interesses políticos e o impacto da criação da Justiça Eleitoral em 1932”. In. RICCI, Paolo. **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Editora Appris, 2019a.

ZULINI, Jaqueline. “Obra de Assis Brasil? A tramitação do Código Eleitoral de 1932”. In. RICCI, Paolo. **O Autoritarismo Eleitoral dos Anos Trinta e o Código Eleitoral**. Editora Appris, 2019b.

CAPÍTULO 8: A receção em Portugal da Revolução de 1930 no Brasil⁹⁵

Ernesto Castro Leal

O presente capítulo pretende abordar aspetos da receção em Portugal do movimento revolucionário no Brasil (3-24 de outubro de 1930), consagrado na historiografia brasileira como Revolução de 1930⁹⁶, sob o comando supremo de Getúlio Dornelles Vargas (presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1928-1930) e a chefia do estado-maior das forças militares sublevadas pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro (comandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente em São Luiz Gonzaga), que pôs fim à Primeira República (1889-1930) (FAUSTO, 1990, p. 227-255;

95 Os organizadores deste livro optaram pela preservação da escrita original do autor português, sem adaptações editoriais para o estilo de escrita da língua portuguesa praticada no Brasil.

96 A pesquisa e a escrita deste texto foram feitas durante o “estado de emergência” e depois o “estado de calamidade” declarado em Portugal no contexto da pandemia covid-19. Foi, portanto, muito condicionado o acesso a fontes, particularmente a periódicos, em sede da Biblioteca Nacional de Portugal. O essencial da informação teve como base empírica fontes digitalizadas e disponíveis *online*, destacando-se o jornal *Diário de Lisboa*, a revista semanal *Seara Novae* e a revista quinzenal *Ilustração*. Estas publicações são de grande qualidade no periodismo informativo, cultural e gráfico português, inseridas no campo das ideias democráticas, com as limitações de expressão pública na época decorrentes do regime vigente de Ditadura Militar, cada vez mais antiliberal e antidemocrático a caminho do Estado Novo, sendo os seus números visados pela Comissão de Censura, criada em 22 de junho de 1926, quase um mês depois da Revolução de 28 de maio de 1926.

ABREU e OLIVEIRA, 2010; SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 322-355). Formalizou a viragem política iniciada por oficiais subalternos do Exército, através do “tenentismo” da década de 1920, contra a dominação oligárquica republicana: revoltas de 1922 (Rio de Janeiro), de 1923 (Rio Grande do Sul), de 1924 (São Paulo) ou a revolta e a marcha nacional da Coluna Prestes (1924,1925-1927).

Começaria a “Era Vargas”, numa visão progressivamente autoritária entre 1930 e 1945, com o regresso à chefia do Governo entre 1951 e 1954 numa visão democrática, exercendo o domínio governamental durante quase 20 anos, em diversos ciclos(1930-1934, 1934-1937, 1937-1945, 1951-1954), usando a tática da confrontação, e em derivas ideológicas (republicanismo autoritário, autoritarismo corporativista, republicanismo democrático), daí a caracterização, conforme os momentos, de progressista, reaccionário, populista, ditador ou democrata, traduzindo-se em desgaste que levou ao suicídio em 1954 (SCHWARCZ e STARLING, 2015, pp. 356-418).

A Revolução de 1930 articulou num compromisso instável personalidades civis e militares de formação ideológica diversa que entraram em choque antes e depois da formação do Governo Provisório (3 de novembro de 1930). Manifestou um foco de esperança modernizadora para a construção de uma República democrática de classes médias com integração do povo na cidadania, dando corpo às críticas sobre o sistema da República oligárquica dos fazendeiros (destaque para os cafeicultores) desde o pacto oligárquico estadual na presidência Manuel Ferraz Campos Sales (1898-1902) entre as elites agrárias de São Paulo (café) e de Minas Gerais

(leite), de rotatividade política na presidência da República: a política dos governadores ou a República café com leite.

O intelectual e sociólogo Fernando Henrique Cardoso interpretou com acutilância analítica o dilema político entre a tradição oligárquica das elites do sector agrário-exportador e a modernidade democrática das classes médias urbanas, salientando que tinha vindo novamente do Exército o impulso político regeneracionista:

Com a vitoriosa Revolução de 1930, Getúlio Vargas à frente (ele próprio expressão do domínio oligárquico anterior, como ministro da Fazenda de Washington Luís e, depois, governador do Rio Grande do Sul), voltaram os militares a exercer influência (...). Coube outra vez à sedição militar de 1930, aliada à insatisfação de segmentos oligárquicos, levar adiante as bandeiras reformistas e mesmo liberais. Só que o movimento revolucionário da Aliança Liberal, embora ultrapassando os limites de uma quartelada, veio marcado pela origem patrimonialista e estamental: uma dissidência entre oligarquias estaduais. E pelo agente principal que o executou, o Exército, saudosista dos ideais republicanos dos exaltados de 1889, dos quais os ‘tenentes’ e o ‘Clube 3 de Outubro’ foram a expressão maior (...). A centralização republicana, até à Revolução de 1930, era frágil. Vivia-se mais de um equilíbrio entre parceiros poderosos e um *primus inter pares*, cuja aceitação estribava exatamente em ser o garante da ordem patrimonialista. (CARDOSO, 2013, pp. 253, 255 e 258).

Em Portugal, o ano de 1930 foi decisivo na transição da Ditadura Militar, de 1926, que se traduziu no colapso da

Primeira República (1910-1926) por meio da Revolução, de 1926, para o Estado Novo, de 1933. Esse processo evidenciou o choque entre vias político-militares para superar o regime demoliberal republicano, que foi percorrido por um estado de guerra civil intermitente, incapaz, por exemplo, de institucionalizar o funcionamento regular de um Estado de direito democrático e a participação popular no sistema representativo, apesar de progressos modernizadores na política, na cultura, na sociedade ou na economia (MARQUES *et al.*, 1991; PEREIRA, 2016).

Dentro da Ditadura Militar, estiveram em confronto quatro projetos políticos: a via de reforma política republicana autoritária conservadora, derrotada por um golpe militar (17 de junho de 1926); a via de revolução política com ditadura política, caudilhismo militar e mobilização civil, derrotada por outro golpe militar (9 de julho de 1926); a via de revolução política com ditadura política e institucionalismo de Estado, que será hegemônica na Ditadura Militar a partir de 1928 e se prolongará durante o Estado Novo; e a via de revolução política com ditadura política, caudilhismo civil e mobilização de massas, protagonizada pelo Movimento Nacional-Sindicalista (1932-1934), chefiado por Francisco Rolão Preto, que se inscrevia na mesma linhagem político-ideológica da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), chefiada por Plínio Salgado (LEAL, 1999; PINTO, 2015; TRINDADE, 1979).

A constituição do governo do general Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira (21 de janeiro de 1930 a 5 de julho de 1932) marcou o triunfo da via de revolução política com ditadura política e institucionalismo de Estado, sob a liderança político-ideológica de António de Oliveira Salazar, que

continuava a ser ministro das Finanças desde 1928, rumo à longa ditadura do Estado Novo (1933-1974). Oliveira Salazar reafirmou-se ideólogo através do discurso comemorativo do 4º aniversário da Revolução de 1926 – “Ditadura administrativa e revolução política” (28 de maio de 1930) – e do discurso sobre as bases da União Nacional, futuro partido único – “Princípios fundamentais da revolução política” (30 de julho de 1930).

No cargo de ministro das Finanças, Oliveira Salazar reforçou a centralidade desse ministério na organização governamental e exigiu ser ministro das Colônias até finais de julho de 1930 para coordenar a elaboração do Ato Colonial (decreto nº 18570, de 8 de julho de 1930), que teria estatuto jurídico-constitucional na Constituição de 1933 (Título VII – Do Império Colonial Português), sendo o diploma essencial da nova política centralista colonial. Durante este ano de 1930, em particular nos meses de junho e de outubro, continuaram sem sucesso as conspirações revolucionárias civis e militares – conhecidas por “reviralhismo” – para o regresso a um regime político democrático.

Circulação de notícias na imprensa

As notícias sobre a Revolução de 1930, divulgadas pelo *Diário de Lisboa*, tiveram origem principal em telegramas enviados do Rio de Janeiro (agências United Press, Americana e Havas), de Buenos Aires (agência Havas) e de Montevideu (agência United Press), e podemos encontrar um ambiente informativo de “guerra telegráfica” decorrente das fontes diversas auscultadas pelos jornalistas e das informações oficiais

do Governo. O jornal colocou, quase sempre, na sua última página (página oito), dentro da secção “Últimas notícias”, os relatos telegrafados sobre os acontecimentos, lidos como um conflito entre as forças federais e as forças revoltosas.

A primeira notícia (6 de outubro) – “A Revolução no Brasil” – surgiu na primeira página do jornal, a partir do telegrama enviado do Rio de Janeiro (agência United Press). Comunicava a aprovação pelo Congresso do estado de sítio, ações militares com mortos (Porto Alegre ou Belo Horizonte), a decisão de mandar seguir navios de guerra e submarinos para Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo e o envio ao Congresso da mensagem do Presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa comunicando que a maior gravidade era a revolta ser dirigida pelas autoridades políticas dos estados sublevados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba).

Na verdade, Getúlio Vargas (presidente do estado do Rio Grande do Sul e candidato à presidência da República), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (presidente do Estado de Minas Gerais) e João Pessoa (presidente do estado da Paraíba, candidato à vice-presidência da República, viria a ser assassinado em 26 de julho de 1930) lideravam a Aliança Liberal (constituída em agosto de 1929), que saiu derrotada nas eleições presidenciais (1 de março de 1930). Venceu a candidatura de Júlio Prestes (presidente do estado de São Paulo e candidato à presidência da República) e de Vital Soares (presidente do estado da Bahia e candidato à vice-presidência da República), patrocinada pelo então presidente da República Washington Luís. Lançaram-se pouco tempo depois as bases do movimento revolucionário, imaginado

antes dessas eleições.

A segunda notícia (7 de outubro) – “Os acontecimentos no Brasil” – teve por base telegramas enviados do Rio de Janeiro (agências Americana e Havas) e reportava que o governo federal declarara que “está senhor da situação”, o que seria verdade por exemplo para o Rio de Janeiro e para São Paulo, “enquanto os rebeldes levantam alguns estados do sul” (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), não se aludindo a revoltas militares em curso nas cidades de Belo Horizonte, João Pessoa ou Recife.

A terceira notícia (8 de outubro) – “A revolução alastra no Brasil” – foi construída fundamentalmente com telegramas enviados do Rio de Janeiro (agências Americana e United Press) e de Buenos Aires (agência Havas). Iniciava-se assim: “Apesar do optimismo oficial... A Revolução alastra no Brasil tendo-se produzido já recontros sangrentos entre os insurretos e as tropas federais”. Pode ler-se ações oficiais, como o envio do general Firmino Paim Filho para o Estado do Rio Grande do Sul, a nomeação do general Azevedo Costa para comandante-geral das operações e dos generais Santa Cruz e Nepomuceno Costa para comandarem as operações respetivamente no Norte e no Sul, a organização de batalhões patrióticos em vários estados e a reorganização da Legião Paulista (comandada pelo advogado e coronel Ataliba Leonel Ferreira, com o título honorário de general), a convocação de reservistas ou o bombardeamento do Palácio presidencial de Belo Horizonte (informação falsa).

Do lado dos revoltosos, escrevia-se que o movimento alastrava pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba e Pernambuco e que

uma força de 5000 revolucionários, dirigida pelo oficial do Exército Juarez Távora (mítico combatente do “tenentismo” da década de 1920), assaltara as cidades de Recife e de Natal, apoderando-se de muitas municiões. Na verdade, Juarez Távora era o chefe militar do movimento revolucionário no Norte e no Nordeste, tendo como chefe civil José Américo de Almeida, que será presidente do Estado da Paraíba (4-9 de outubro de 1930). É justamente sobre esta personalidade política paraibana que a notícia emitida de Buenos Aires estava errada ao divulgar que os revolucionários o tinham assassinado por combater a política do Governo de Washington Luís.

Nem Álvaro Pereira de Carvalho (morre em 1952), que foi o presidente substituto (desde 26 de julho de 1930, dia do assassinato de João Pessoa, até 4 de outubro de 1930) e era vice-presidente na presidência de João Pessoa, nem o presidente seguinte, José Américo de Almeida (morre em 1980), foram assassinados pelos revolucionários pois estavam comprometidos com o movimento. Já é correta a notícia do assassinato de João Dantas (assassino de João Pessoa), dentro da Casa de Detenção do Recife (6 de outubro de 1930), após a invasão das instalações por oito homens que participaram nas ações militares revolucionárias. Por fim, o telegrama informava a ocupação revolucionária da Bahia e dos portos das cidades de Natal e do Recife.

Estas primeiras notícias apresentavam uma evolução contraditória do movimento revolucionário que tinha já uma importante dimensão nacional vitoriosa. Até ao final do mês de outubro, quais foram as mais relevantes informações transmitidas, apesar da confusão informativa, em parte devido à

guerra de propaganda? Um dado significativo decorre das notícias divulgadas de Buenos Aires e de Montevideu, que ampliavam os avanços dos revolucionários, o que pode ser explicado pela presença nessas cidades de exilados políticos brasileiros das revoltas do “tenentismo” da década de 1920, interessados na desestabilização do poder vigente.

Dentro do rigor jornalístico do *Diário de Lisboa*, a característica que se retirava dos telegramas das agências noticiosas até ao dia 24 de outubro de 1930 estava bem sintetizada neste título: “A situação continua indecisa aumentando cada vez mais a confusão das notícias contraditórias” (14 de outubro de 1930, p. 8). Prova disso, são estes exemplos: combates iminentes entre tropas federais e revoltosos que continuam a avançar sobre São Paulo e conquistam posições no Norte e Nordeste (10 de outubro de 1930, p. 8); as tropas federais ganham terreno no estado de Minas Gerais onde os revoltosos começam a recuar (11 de outubro de 1930, p. 8); os revoltosos perdem terreno segundo os informes governamentais (13 de outubro de 1930, p. 16); os rebeldes já começaram a arrear a bandeira nacional nalgumas cidades (16 de outubro de 1930, p. 8); os federais continuam a contar vitórias e os rebeldes também (18 de outubro de 1930, p. 8); fortes confrontos em Itararé, município do estado de São Paulo na fronteira com o estado do Paraná (20 de outubro de 1930, p. 4); os rebeldes invadiram o estado de São Paulo por três pontos cortando as comunicações com o Rio de Janeiro e preparam a ofensiva geral (22 de outubro de 1930, p. 8); São Paulo não foi invadido pelos rebeldes segundo as informações do governo (23 de outubro de 1930, p. 8).

As notícias davam conta, do lado das forças federais, da

organização de milícias civis, como o Batalhão Acadêmico no Rio de Janeiro, sob o comando do tenente-coronel Homero Maisonette (cerca de 800 inscritos), a Legião do Brasil, em Juiz de Fora, sob o comando do general reformado Ferreira da Cunha (cerca de 1000 inscritos), e a Legião da Capital da República, sob o comando do coronel Mário Hermes (só com elementos da classe trabalhadora); do lado dos revoltosos, a constituição do quartel-general revolucionário na cidade de Ponta Grossa, a informação da morte do general Miguel Costa (agência Americana, São Paulo) e o desmentido da sua morte (agência United Press, Buenos Aires), ou a chegada de Getúlio Vargas à cidade de Curitiba.

Quanto às atitudes de elementos da comunidade portuguesa, há informação sobre a direção da Beneficência Portuguesa que visitou Júlio Prestes e colocou à disposição do presidente do estado de São Paulo os serviços daquela instituição, o qual agradeceu e “manifestou a sua estima por Portugal e pelos portugueses” (15 de outubro de 1930, p. 8), e sobre a direção do Liceu Literário Português que resolveu manter as instruções para que os professores daquela casa de ensino, que sejam reservistas, se incorporem nas fileiras do Exército (22 de outubro de 1930, p. 8).

A Revolução triunfou no dia 24 de outubro de 1930 sem ter lugar o esperado e certamente violentíssimo confronto em São Paulo. A guarnição militar do Rio de Janeiro, dirigida por uma Junta Revolucionária, obrigou o presidente da República a resignar e o governo a demitir-se, constituindo-se em Junta Governativa Provisória. Conforme analisou profundamente o intelectual, cientista político e historiador José Murilo de Carvalho, dava-se assim mais uma

intervenção militar vitoriosa, com predomínio do Exército, na esfera política durante o tempo contemporâneo brasileiro, ocorrência cíclica desde 1889, de durabilidade maior ou menor (CARVALHO, 2019).

O *Diário de Lisboa* colocou estes títulos: “Triunfou a revolução do Brasil? O Presidente Washington Luís resignou e o Governo demitiu-se” (24 de outubro de 1930, p. 1); “Triunfou a revolução? As tropas do Rio de Janeiro aderiram ao movimento obrigando o Presidente da República a resignar. O Governo demitiu-se também” (24 de outubro de 1930, p. 8). Divulgou a sua posição: “Não nos cumpre fazer comentários sobre tão importante acontecimento. Mas, como portugueses, só desejamos que a nova ordem de coisas, no Brasil, mais cimente e fortaleça a unidade e o prestígio desse grande país, ao qual nos unem laços sempre fortíssimos de fraternal afeição” (p. 8).

No dia seguinte, o título das notícias mantinha alguma incerteza: “Na República do Brasil. A revolução terminou mas a situação política não está ainda suficientemente esclarecida”. Informava sobre o golpe de Estado pacífico no Rio de Janeiro, motivado pela ideia de “evitar maior efusão de sangue”, mas advertia que os “homens que decidiram do pleito não representarão, talvez, as ideias nítidas dos revolucionários do Norte e do Sul”; Washington Luís era transferido para o Forte de Copacabana e os ministros estavam presos no Palácio de Guanabara; o vice-presidente Melo Viana também foi preso assim como diversos deputados e senadores. O jornal divulgou a primeira nota oficial transmitida pela Embaixada do Brasil em Lisboa:

Acaba de instalar-se no Rio de Janeiro a Junta do Governo composta do general de divisão Augusto Tasso Fragoso, presidente; general de divisão João de Deus Mena Barreto e contra-almirante Isaías de Noronha. O ex-presidente Washington Luís entregou o Governo hoje, recebendo todas as considerações devidas ao seu alto cargo. Os ministros de Estado foram exonerados. O programa do Governo Provisório é o seguinte: confraternização imediata da família brasileira; manutenção dos compromissos nacionais e exteriores; e pacificação dos espíritos dentro do país. O movimento foi realizado sem sangue, na máxima ordem e respeito às autoridades depostas. O povo acompanhou entre aclamações o desenrolar dos acontecimentos. A cidade apresenta o aspeto dos dias de grandes festas nacionais. a) Ronald de Carvalho, respondendo pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores. (25 de outubro de 1930, p. 1).

Ronald de Carvalho pertencia ao quadro de pessoal dirigente do Ministério das Relações Exteriores desde a década de 1920 e será secretário da Presidência da República no tempo de Getúlio Vargas, cargo que ocupava quando da sua morte em 1935 devido a um acidente de automóvel. Tinha sido, com Luís de Montalvor, codiretor do n. 1 (janeiro-março de 1915) da revista *Orpheu*, “revista trimestral de literatura”, que foi efêmera mas emblemática do modernismo português, editada por António Ferro, onde publicou poemas sob os títulos de “A alma que passa”, “Lâmpada noturna”, “Torre ignota”, “Elogio dos repuxos” e “Reflexos”; a revista destacava a sua obra poética *Luz gloriosa* (Paris: Edição do

autor, 1913). No n. 2 (abril-junho de 1915), o último publicado, os codiretores eram agora Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro.

A revista *Ilustração*, onde colaborava o intelectual democrata Aquilino Ribeiro, divulgou estas fotos legendadas: dr. Júlio Prestes (“presidente eleito do Brasil, que devia tomar posse no próximo dia 15 de novembro. Os revolucionários, triunfantes, decidiram o contrário”); dr. Washington Luís (“que se recusou a resignar ao cargo de Presidente da República Brasileira, apesar do triunfo dos revoltosos”); dr. Antônio Carlos (“ex-presidente do estado de Minas Gerais e um dos principais elementos dirigentes do movimento revolucionário”); almirante Pinto da Luz (“ministro da Marinha demitido pelos revolucionários”); general Mena Barreto (“que em nome da guarnição do Rio de Janeiro enviou um *ultimatum* ao governo legal, forçando-o a demitir-se”); dr. Getúlio Vargas (“candidato ao lugar de Presidente da República, vencido nas últimas eleições, e que comandou as tropas revoltadas do Rio Grande do Sul”) (1 de novembro de 1930, p. 12).

No mês seguinte, essa revista inseriu o texto de João Sarmento Pimentel, assinado com as iniciais S.P., “Dias vermelhos: memórias duma testemunha presencial da grande revolução brasileira”, e datado de São Paulo, em outubro de 1930 (1 de dezembro de 1930, p. 21-24), onde se relatava os distúrbios provocados por adeptos do movimento revolucionário na cidade de São Paulo (24-25 de outubro de 1930) e depois a confraternização com as tropas revolucionárias gaúchas e paranaenses aí chegadas.

O capitão de cavalaria João Sarmento Pimentel estava

exilado no Brasil devido à participação na revolta republicana falhada de 3 de fevereiro de 1927 (Porto) contra a Ditadura Militar e pertencia ao grupo da revista *Seara Nova* desde 1924, a convite de Jaime Cortesão. Chegou ao Rio de Janeiro, em abril de 1927, radicando-se depois em São Paulo, onde exerceu inicialmente o cargo de subgerente da filial nessa cidade da Companhia Sousa Cruz, uma tabaqueira com sede no Rio de Janeiro. O passado revolucionário começou na revolução republicana (5 de outubro de 1910), sendo cadete da Escola do Exército, foi combatente no sul de Angola (1915) e depois na Flandres (1917) no contexto da I Guerra Mundial, continuou contra a Monarquia do Norte (início de 1919), tendo dirigido as forças militares que restauraram a República (13 de fevereiro de 1919) no Porto, ou no combate à Ditadura Militar (1926-1927).

No referido texto, Sarmento Pimentel colocava-se solidário com o lado revolucionário. “Cada partido tinha a sua ideia, a conceção política da Pátria” e opunha os “revoltados, democratas, convictos”, que “vinham eles mesmos para o campo de batalha dar a vida pela democracia”, aos “do Governo, oligarcas”, que “mandaram os seus súbditos defender uma insaciável e desmoralizada oligarquia, detentora do Poder desde o Império”. Louvava a guarnição militar do Rio de Janeiro por ter posto um “termo imprevisto à guerra civil”, que ia ser “uma guerra de alguns anos, pois nem governistas nem revoltados, de armas na mão, eram gente para se aquietar com meia dúzia de tiros” (p. 21). Na chefia revolucionária, salientou o “heróico” Juarez Távora, o “guerrilheiro” Flores da Cunha, o general Miguel Costa, o general Isidoro Dias Lopes, “grande ídolo do povo humilde”, e não

esqueceu o “sargento Granja do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, figura popular da revolução”. Várias fotos tiradas por si ilustram o texto: o sargento Granja rodeado de civis; destroços de casas saqueadas na rua do Carmo; destroços da invasão à sede do jornal *A Gazeta*; incêndio de casa de lotarias; confraternização entre militares revolucionários e civis.

Na manhã de sexta-feira (24 de outubro), soube-se em São Paulo do sucesso da revolta militar do Rio de Janeiro e de imediato a multidão encheu espaços públicos da capital paulista. Entre essa massa humana estava Sarmento Pimentel: “Eu vou seguindo, transido de pavor, como Dante, este Inferno de imprecações e atitudes. Quero fixar um detalhe que me sufoca a respiração pelo assombro do seu imprevisto, mas logo outro me desorienta e aturde. Já não posso fugir. Já sou, também, eletrizado, pela malta que ulula, que corre, que acorda afita do terrível pesadelo” (p. 21). Informou sobre a destruição das instalações do jornal *A Gazeta*, ligado ao Partido Republicano Paulista, que presenciou, ou sobre os destroços de casas comerciais saqueadas na rua do Carmo: “Tinha terminado o primeiro *auto da fé*. Só a noite dispersa aquela gente insubmissa e desvairada e implacável que por umas horas se assenhorou da cidade” (p. 22).

Na segunda parte do texto, Sarmento Pimentel relatou a continuação da alegria da multidão (25 de outubro), provocando mais destruição de lojas e pequenos incêndios e aguardando a chegada das primeiras tropas sob o comando do gaúcho José Antônio Flores da Cunha, líder mítico de revoltas da década de 1920 no Estado do Rio Grande do Sul, que pertencia a uma segunda geração republicana mais

liberal desse estado, com Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura ou Joaquim Maurício Cardoso. Mas, mesmo em “áreas abertas de fronteira”, como “as pampas argentinas, o Uruguai e a região brasileira do Rio Grande do Sul”, onde “floresceu um ambiente social e económico muito mais ‘democrático’, a igualdade era muitas vezes vista como parte do problema e não da solução.” (EISENSTADT, 2007, p. 55).

A chegada dos primeiros militares revolucionários foi descrita com muito pormenor por Sarmiento Pimentel no texto em análise, começando desta forma:

Os gaúchos! Os gaúchos! E a multidão delira, bate palmas, deita flores, sorri, vitorizando os homens do Sul. São primeiros os *farroupilhas* [alusão às “tropas irregulares, célebres desde a revolta de Bento Gonçalves que há um século implantou a República do Rio Grande”] de Flores da Cunha, guarda avançada da coluna do general Miguel Costa com os *pingos* [“cavalos”] arreados à moda argentina, *bombachas* [“calças muito largas que apertam no tornozelo”] de muitas cores e *poncho* [“capa larga e comprida”] quase arrastando, pé descalço, enorme espora chilena que tilinta na calçada. Metem só o dedo grande no estribo, e na cela coberta de pele de carneiro não falta o bernal de franjas de couro nem o laço de *cowboy*. Altos, ora mesclados de índio e são bronzeados, ora louros de descendência alemã, ora aquilinos como castelhanos, às vezes quase pardos, todos olham à direita e se inquietam por o casario lhes tapar o horizonte largo que a pampa marca na linha contínua e ensanguentada do longínquo poente. (p. 24).

Nesse desfile militar imponente, onde se manifestavam características antropológicas de uma complexa sociedade multirracial, seguiam depois os lanceiros das “tropas de cobertura”, a infantaria montada, as metralhadoras, a artilharia de campanha, a bandeira do Rio Grande do Sul marchando logo atrás o general Isidoro Dias Lopes (líder da revolta paulista de 1924, inicialmente liderada pelo então major Miguel Costa) e o seu estado-maior, várias unidades militares, bandas de música, cozinhas de campanha, camionagem, ambulâncias, Cruz Vermelha, etc. (p. 24).

O *Diário de Lisboa* noticiou a transição para o novo poder. Numa edição, sobre as ações de Getúlio Vargas, que se encontrou com as tropas revolucionárias em Itararé e ia a caminho de São Paulo, e do general Miguel Costa, acompanhado de oito oficiais revolucionários, que tinha chegado ao Rio de Janeiro, de regresso da sua entrada apoteótica em São Paulo com enorme força militar, e sobre o fim das hostilidades no Brasil (28 de outubro de 1930, p. 8); noutra, sobre a posse do Governo Provisório, pelas 16:00 do dia 3 de outubro, dada pelo general Augusto Tasso Fragoso (presidente da Junta Governativa Provisória), afirmando que a tinha dado “por não haver presidente do Congresso que pudesse fazer a transmissão de poderes” (4 de dezembro de 1930, p. 12).

Portugal esteve na rota dos dois maiores protagonistas políticos derrotados. O *Diário de Lisboa* publicou uma reportagem da autoria de Artur Portela, um dos mais importantes jornalistas portugueses, sobre o desembarque de Washington Luís em Lisboa (2 de dezembro de 1930, p. 1, 4 e 5), a quando da curta paragem a caminho do exílio inicial em França (regressou ao Brasil em 1947), e noticiou o desembarque de

Júlio Prestes (8 de dezembro de 1930, p. 7 e 12), que permaneceu exilado em Portugal, no Estoril, município de Cascais (regressou ao Brasil em 1934).

Discursos culturais e políticos de intelectuais

Os três textos editados no *Diário de Lisboa* sob o título de “O Brasil”, com estatuto de editorial, apesar de não estarem assinados, devem ser atribuídos ao fundador e diretor do jornal Joaquim Manso (1878-1956) pelo destaque dado na primeira página e pela forma de escrita igual face aos que raramente assinou. Intelectual de relevo, muito ligado ao intelectual democrata João de Barros, foi ordenado padre em Coimbra, advogado com curso de Direito tirado em Lisboa, jornalista e escritor (escreveu, por exemplo, *O fulgor das cidades*, 1924, ilustrado por José de Almada Negreiros, ou *História da colonização dos portugueses na América do sul*, 3 v., 1951).

O primeiro texto (10 de outubro de 1930, p. 1) saiu uma semana depois do início do movimento revolucionário. Situou as suas causas no ambiente comum a toda a América do Sul em busca de outros equilíbrios político-sociais e de uma resposta à crise económica e financeira mas demonstrou perplexidade com a “insólita violência” em sítios tão diversos e distantes. Afirmou que pretendiam subordinar “o Rio de Janeiro e São Paulo ao predomínio dos Estados do Sul, que se não resignam a um segundo papel, dada a sua vasta prosperidade”, e reconhecia a existência de profundas diferenças entre os vários estados do Brasil quanto à riqueza agrícola, à densidade da população, aos métodos de administração ou ao predomínio político, que a forma federativa não tinha

ainda conseguido corrigir. Desejava que “a luta fratricida, que já fez derramar tanto sangue, termine”, para não se pôr em causa a “consciência una e íntegra do Brasil”.

Essa desigualdade entre os estados, apesar das políticas de construção nacional republicana, afirmou a hegemonia de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, com a dominância dos dois primeiros entre 1898 e 1930. Aqueles seis estados tinham sido justamente os principais núcleos do tempo da propaganda republicana, embora não fosse esse o projeto hegemônico estadual imaginado pela geração fundadora da República federal de 1889. As elites e as oligarquias desses estados entrariam em disputa política e social, celebrando pactos oligárquicos ou alianças políticas na gestão complexa das relações de poder entre o nível federal e os níveis estaduais e municipais (VISCARDI, 2017, p. 67-101, 129-191).

Os outros dois textos saíram após a vitória revolucionária. No primeiro (1 de novembro de 1930, p. 1), aderiu a uma “nova política” reformadora, convertendo “o passado decrépito em mocidade animosa”, confiava na energia política de Getúlio Vargas e advertia: “Os homens, quando vencem outros homens, têm obrigação de os exceder pela inteligência e pela moral”. No segundo (1 de dezembro de 1930, p. 1), mostrou indignação pela aprovação de dois decretos (11 de dezembro de 1930): um, proibia toda a emigração, em benefício de migrações internas; o outro impedia a transferência de divisas para o exterior. Apelou à revisão dos decretos para não penalizar a comunidade portuguesa e provocar más relações diplomáticas com o Brasil.

O intelectual e escritor democrata João de Barros

(1881-1960) publicou no *Dário de Lisboa* o texto “Espírito de continuidade” (17 de outubro de 1930, p. 1). Pensador da educação/ensino (*A República e a Escola*, 1914, ou *Educação republicana*, 1916) e das relações Portugal-Brasil (*Uma campanha luso-brasileira*, v. I-*Caminho da Atlântida*, 1920, v. II-*Sentido do Atlântico*, 1921, ou a direção da revista *Atlântida*, 1915-1920), foi também poeta, professor de liceu e político na I República. No texto destacou três elementos do prestígio brasileiro: a hegemonia na América do Sul, a política econômica e a orientação cívica da educação e os métodos de ensino, “criadores de unidade e de consciência patriótica”. Não comentou as ocorrências mas considerou ser o Brasil uma “indestrutível unidade geográfica, histórica, étnica e social”.

O intelectual açoriano Vitorino Nemésio (1901-1978) escreveu no *Diário de Lisboa* o texto “A convulsão brasileira trará um novo equilíbrio à vida constitucional da Federação” (5 de novembro de 1930, p. 1), partilhando ainda o seu passado republicano juvenil. Seria professor de Literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e ensaísta histórico-literário e escritor (destaque-se a tese de doutoramento *A mocidade de Herculano até à volta do exílio*, 1934, ou o romance *Mau tempo no canal*, 1944). Partiu do princípio da existência de uma “supernacionalidade” cultural, cuja raiz era a ideia de Comunidade Luso-Brasileira (LOURENÇO, 2015, p. 73-107) que foi pensada na forma cultural, política e geopolítica de Confederação Luso-Brasileira por intelectuais portugueses e brasileiros entre 1917 e 1924 (LEAL, 2009, p. 316-334). Desse modo, exigia o dever de solidariedade mas não tomava posição na “triste guerra civil” que, no entanto, era “um sinal de *vitalidade* do Brasil” para um “novo equilíbrio”.

Vitorino Nemésio diagnosticava o predomínio paulista, englobando na sua hegemonia o fluminense, e “cioso da sua individualidade étnica e territorial”, o gaúcho resolveu afrontar, afirmando periferias face ao centro que eram portadoras das “pisadas aspirações brasileiras” mais do que uma “luta de grandes regiões”, em busca do ajustamento nacional igualitário. Concluiu que não se tratava de “vindicta privada” o duelo político entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, tendo-se desenvolvido essa “guerra civil” sem quebra da unidade do Brasil, e perguntou: “Poderão os rebeldes de agora, volvidos quarenta anos [da proclamação da República], reconduzir o Brasil a um sistema genuinamente representativo que lhe traga a paz e a grandeza? Oxalá!”.

Os dois últimos textos em análise foram editados após o triunfo da Revolução de 1930 na revista *Seara Nova*, que tinha então um corpo diretivo formado por António Sérgio, Luís da Câmara Reis, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Raul Proença, José Manuel Sarmiento de Beires e João Sarmiento Pimentel. O primeiro texto foi escrito por João Sarmiento Pimentel (1888-1887), intitulado “Revolução triunfante” (27 de novembro de 1930, p. 179-181), e era mais interpretativo do que aquele que saiu na revista *Ilustração*. Denunciou uma oligarquia instalada no Estado desde o Império, que “punha e dispunha”, face à qual um grupo de intelectuais, políticos e militares reagiram de forma revolucionária após a derrota nas eleições presidenciais.

Concluía, Sarmiento Pimentel, afirmando o que não está provado, que o candidato da oposição teria vencido as eleições “se desonestidade nas urnas e o dinheiro do banco do Brasil cá por fora (consta que se gastaram 500 mil contos para

se eleger o Sr. Prestes) não lha houvesse roubado 850 mil votos contra 1100 mil”, conduzindo os oposicionistas à revolução, onde se tinham salientado, para ele, Getúlio Vargas, “homem moderno, inteligente e culto”, e Assis Brasil, “um dos mais ilustres e hábeis homens públicos que chefiaram a Revolução” (p. 180). Fica, ao invés, esta observação e pergunta: “A ‘máquina’, nas eleições de 1930, fraudou votos em todos os estados: as cifras atribuídas a Júlio Prestes não expressam a realidade, mas como explicar a vitória de Getúlio, no Rio Grande, por 298 627 votos contra 982?” (FAUSTO, 1990, p. 237).

Gerardo Seguel (1902-1950) escreveu o segundo texto “Significado social da Revolução Brasileira” (25 de dezembro de 1930, p. 218-222), um ensaio de “história do presente” do Brasil (1922-1930). Intelectual chileno, educador, poeta e professor de Arte e Desenho na Escola Normal “José Abelardo Nuñez” (Chile), inseriu a Revolução de 1930 dentro da propagação das ideias de liberdade individual e de justiça social e recordou, por um lado, as revoltas do “tenentismo” de julho de 1922, de julho de 1924 e da coluna Prestes contra a oligarquia dominante, e por outro lado, a sociabilidade de militares brasileiros exilados em Buenos Aires, onde debateram com exilados políticos chilenos, peruanos ou bolivianos, e a formação da Aliança Liberal em 1929, que dividiria a oposição em dois programas/manifestos: o de Juarez Távora, dentro da matriz demoliberal e social da Aliança Liberal, e o de Luís Carlos Prestes, na altura de matriz socialista revolucionária, aderindo em 1934 ao Partido Comunista Brasileiro.

Os campos políticos brasileiros em 1930 foram assim mapeados: a “velha oligarquia conservadora” (Presidente

Washington Luís, doze presidentes de estados e partidos políticos ligados ao poder); os “liberais democráticos” (presidentes dos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, e partidos políticos da oposição); os “comunistas independentes” (liderados por Luís Carlos Prestes); e os núcleos ilegais do “Partido Comunista da 3ª Internacional” (p. 220-221). Em relação aos revolucionários, destacou os militares Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes e João Alberto Lins de Barros (Sul) e Juarez Távora (Norte) mas esqueceu a relevância militar de Pedro de Góis Monteiro, e os civis Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Maurício de Lacerda.

Salientou as ideias de dois protagonistas revolucionários. O militar Juarez Távora, quando chegou ao Rio de Janeiro vindo do Norte, em entrevista dada a um jornalista de *La Nación* (Buenos Aires), afirmou a necessidade de substituir o “congresso de bacharéis legislando em causa própria” por “conselhos técnicos para os diversos problemas nacionais: advogados para a justiça, médicos para a saúde, professores para a educação e tribunais especiais para os conflitos de trabalho” (p. 221). Na saudação messiânica que fez a Getúlio Vargas, durante a posse como presidente do Governo Provisório (03 de novembro de 1930), o civil Maurício de Lacerda declarou: “Vamos, Getúlio, sê mais estadista do que general, mais cidadão de que soldado. A questão social espera-te com o punhal da revolta ou os louros do triunfo. Que estes coroem a tua frente, em lugar daquele te ensanguentar o peito. Vai ao encontro dele, sê digno, sê forte, sê gaúcho diante da vida, com o foste diante da morte!” (p. 221-222).

A composição do Governo Provisório revelou um sincretismo ideológico, combinando, por exemplo, personalidades

republicanas devedoras do duplo movimento intelectual interior ao pensamento positivista do Brasil, tal como acontecia em Portugal ou em França: uma corrente reformista liberal (próxima de Émile Littré), “que está na origem da revolução republicana de 1889”; e uma corrente reformista autoritária (próxima de Auguste Comte), “crítica das utopias liberais individualistas, partidária da conservação de elementos genuínos do corpo social e da evolução orgânica” (HESPANHA, 2012, p. 447). Os “representantes” ministeriais mais relevantes nesse Governo eram Assis Brasil (primeira corrente) e Francisco Campos (segunda corrente).

Referências

Periódicos:

Diário de Lisboa, Lisboa, 1 de outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1930.

Ilustração, Lisboa, 1 de outubro de 1930 a 16 de dezembro de 1930.

Seara Nova, Lisboa, 2 de outubro de 1930 a 29 de dezembro de 1930.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. Revolução de 1930; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A Revolução e suas versões**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em 13-15 de junho de 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

EISENSTADT, S. N. **Múltiplas modernidades**: ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milénio. Coimbra, Edições Almedina, 2012.

LEAL, Ernesto Castro. **Nação e nacionalismos**: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

LEAL, Ernesto Castro. A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 3, p. 316-334, 2009.

LOURENÇO, Eduardo. **Do Brasil**: fascínio e miragem. Lisboa: Gradiva Publicações, 2015.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.). Portugal da Monarquia para a República. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova História de Portugal**. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

PAULA, Christiane Jallesde; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em junho e julho de 2020.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Primeira República**: na fronteira do liberalismo e da democracia. Lisboa: Gradiva Publicações, 2016.

PINTO, António Costa. **Os camisas azuis e Salazar**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Lisboa, Edições 70, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: Editora CRV, 2017.

Sobre os autores

Antônio Dimas Cardoso, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB, professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com atuação em estudos sociológicos sobre América Latina, desigualdades e desenvolvimento regional.

Eliana Evangelista Batista, doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Áreas de atuação e interesse: História Política / Brasil República.

Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro Leal, doutor e agregado em História pela Universidade de Lisboa (ULisboa), professor associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, atuando nos Programas de Graduação e de Pós-Graduação em História. Áreas de atuação e interesse: História Política, História das Ideias, História Intelectual.

Jaqueline Porto Zulini, doutora em Ciência Política pela USP, professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, atuando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens

Culturais. Áreas de atuação e interesse: Eleições e representação política, Instituições políticas brasileiras, História Política.

Laurindo Mekie Pereira, doutor em História pela USP, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, atuando nos Programas de Pós-Graduação em História/PPGH e Desenvolvimento Social/PPGDS. Áreas de atuação e interesse: História Política, História Intelectual/dos Intelectuais.

Luciano Aronne de Abreu, doutor em História Latino-Americana pela UNISINOS, professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Áreas de Atuação e Interesse: História Política, História Intelectual/dos Intelectuais, Autoritarismo/Direitas, Era Vargas.

Luis Rosenfield, doutor em Direito pela UNISINOS, professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, atuando no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH. Áreas de interesse: História do Pensamento Constitucional, História do Direito, História Intelectual, História das Ideias.

Martinho Guedes dos Santos Neto, doutor em História pela UFPE, professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, atua nos Programas de Pós-Graduação em História - PPGH/UFPB e no Mestrado Profissional em História - ProfHistória/UFPB. Áreas de atuação e interesse: História Política, Ensino de História, Elites políticas e poder.

Monique Cittadino, doutora em História Econômica pela USP, professora do Dpto. de História da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH). Áreas de atuação e interesse: História Política, História do Brasil e da Paraíba na República, Direitos Humanos, Memória e Verdade.

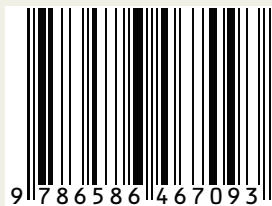
Paolo Ricci, doutor em Ciência Política pela USP, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, atuando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Áreas de atuação e interesse: Eleições e representação política, Instituições políticas brasileiras, Partidos políticos, Democracias e Autoritarismos.

Paulo Santos Silva. Doutor em História pela USP. Docente na Universidade do Estado da Bahia. Atua no Programa de Pós-Graduação em História PPGH-UNEB/Campus II. Áreas de atuação e interesse: Teoria da História / História Política / História Intelectual / dos intelectuais.

Wagner da Silva Teixeira, possui graduação e mestrado em História pela Unesp/Campus de Franca, doutorado em História pela UFF. Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT). Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nos seguintes temas: Educação e Política, Esquerdas, Movimentos Sociais, Cultura Política e Fotografia. Desenvolve projeto de extensão universitária na área de Cinema e Ensino de História.



ISBN: 978-65-86467-09-3



9 786586 467093